



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
JOSÉ MARIA CARDOSO SACRAMENTO

**GESTÃO COMUNITÁRIA E INDIVIDUAL DOS RECURSOS NATURAIS NAS
VÁRZEAS DO BAIXO TOCANTINS: O CASO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) ILHA DE SUMAÚMA EM
IGARAPÉ MIRI/PA.**

Belém
2011

JOSÉ MARIA CARDOSO SACRAMENTO

**GESTÃO COMUNITÁRIA E INDIVIDUAL DOS RECURSOS NATURAIS NAS
VÁRZEAS DO BAIXO TOCANTINS: O CASO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) ILHA DE SUMAÚMA EM
IGARAPÉ MIRI/PA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Orientador: Prof. Heribert Schmitz, Dr.

Belém

2011

S123g Sacramento, José Maria Cardoso

Gestão comunitária e individual dos recursos naturais nas várzeas do Baixo Tocantins: o caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) ilha de sumaúma em Igarapé Miri/PA / Jose Maria Cardoso Sacramento. — 2011.

122 f. : il.; 31 cm.

Orientador: Heribert Schmitz.

Dissertação (mestrado) – UFPA / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, 2011.

1. Recursos naturais – várzea. 2. Gestão comunitária. 3. Ação coletiva. 4. Produção agroextrativista. I. Schmitz, Heribert. II. Universidade Federal do Pará. III. Título.

CDD: 333.9811

Elaborado pela Bibliotecária Maria José Souza dos Santos CRB-2 nº 1094

JOSÉ MARIA CARDOSO SACRAMENTO

**GESTÃO COMUNITÁRIA E INDIVIDUAL DOS RECURSOS NATURAIS NAS
VÁRZEAS DO BAIXO TOCANTINS: O CASO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) ILHA DE SUMAÚMA EM
IGARAPÉ MIRI/PA.**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural e aprovado em sua forma final pelo Curso em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Belém, 05 de setembro de 2011.

Prof. e Orientador Heribert Schmitz, Dr.
Universidade Federal do Pará – IFCH

Prof. Aquiles Vasconcelos Simões, Dr.
Universidade Federal do Pará – NCADR

Prof. Noemi Sakiara Miyasaka Porro, Dra.
Universidade Federal do Pará – NCADR

Prof. Luiz Fernando Cardoso e Cardoso, Dr.
Universidade Federal do Pará – IFCH

Às pessoas mais importantes da minha vida, e que fazem tudo ter sentido, José Maria Maués Sacramento (in memoriam), que com seu suor me deu condições de sonhar, Ana Maria Cardoso Sacramento, pelo amor e dedicação incondicional e ao Pedro, Cris e Thiago pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu querido pai **José Maria Maués Sacramento** (In memorian) que padeceu na estressante labuta de manter com dignidade sua família, da qual muito se orgulhava por ter conseguido, apesar de não ter concluído o ensino fundamental, ter posto todos seus filhos na universidade e um deles no mestrado. PAI EU TE AMO.

À minha Mãe **Ana Maria Cardoso Sacramento**, simplesmente por tudo. Registro nessa oportunidade que dificilmente alguém substituirá no posto que ocupa de ser humano mais importante na minha vida.

Aos meus queridos irmãos **Pedro e Thiago**, grandes companheiros dos quais tenho muito orgulho do caráter e a minha “maninha” querida **Ana Cristina**, pelo prazer da intransigente convivência diária, da qual, hoje, morro de saudade.

À minha querida avó **Miracy Sacramento** (In memorian), sem ela nada disso teria acontecido.

Agradeço a todos os funcionários, prestadores de serviço e professores da Universidade Federal do Pará, em especial aos do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural e ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, que proporcionaram momentos maravilhosos de aprendizados nos espaços de sala de aula, bibliotecas, laboratórios de informática e em campo.

Agradeço a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, que demonstra reconhecer a importância não só da pesquisa, mas também do ensino na região amazônica ao dispor sua estrutura e servidores para compor o MAFDS, o que me permitiu interagir com três professores maravilhosos entre os quais faço questão de destacar meu muito obrigado à **Dalva Maria da Mota**, que sem dúvidas, acolhe seus estudantes, orientandos e “agregados” com a dedicação e preocupação de quem quer vê-los superar os desafios mais difíceis e aposta em suas capacidade e competências, defendendo-os e apoiando-os fervorosamente.

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos que me concedeu a possibilidade de cursar uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, aos funcionários da biblioteca por me permitirem utilizar o acervo e usufruir do espaço do laboratório de informática.

Em especial, entre tantas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram ou me incentivaram nessa difícil caminhada, gostaria de agradecer ao meu orientador **Heribert Schmitz**, o qual considero como um grande amigo que proporcionou espaços de interação e aprendizados que foram para além da orientação. Além disso, compreendeu como ninguém durante a construção dessa dissertação minhas dificuldades e os desafios que a vida me lançou. **MUITO OBRIGADO!**

Agradeço aos moradores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Sumaúma, compositores deste trabalho, que me permitiram conhecer suas práticas e relações na gestão e manejo dos recursos naturais. Em especial, a família do Sr. **Pedro Geraldo** e Sra. **Raimunda** que me acolheram durante os dias que necessitei passar para a construção deste trabalho.

Agradeço à professora **Noemi Sakiara Miyasaka Porro** pelo “diálogo de saberes” e pela contribuição na qualificação da proposta deste trabalho. Estendo esse último agradecimento ao professor **Pierre Teisserenc**.

Agradeço também a **Maria das Graças Pires Sablayrolles**, pela dedicação, competência e pelo carinho que executa seus trabalhos no NEAF. A **Delma Pesanha Neves**, pelo incentivo. A **Aquiles Simões**, pela amizade e aprendizado. A **Gutemberg Armando Diniz Guerra**, pela austeridade que fez avançar e dedicação, a **Oswaldo Ryohei Kato**, pelo conhecimento científico e prático e amparo em Tomé-Açu. A minha querida **Dona Dora**, pelo carinho, incentivo e amizade, a **Vera Fadul** e **Dircélia Moraes**, pelo apoio e carinho que sempre me dedicaram no NEAF.

Ao CNPq pela possibilidade que me deram com a bolsa de mestrado de fazer pesquisa e me tornar mestre.

A todos os amigos de turma do MAFDS 2009, na qual mantive uma prazerosa e rica convivência, em especial a **Ketiane**, a **Raissa**, a **Gláucia**, a **Margarette**, a **Tati**, a **Dani**, a **Jaci**, a **Ione**, a **Fernandinha**, a **Clarissa**, o **Carlos** e a **Silviane**.

Aos colegas do grupo de estudo e pesquisa que hoje tem o nome de “Ações coletivas e conflitos sociais no campo” em especial ao **Sebastião**, **Gláucia**, **Tati Izidoro**, **Rosi**, **Jaciel**, **Lélia**, **Newton**, **Silvio** e **José Eliada**.

Aos amigos **Itajury Kishi**, **Rodrigo(s)**, **Abimael**, **Glailson**, **Jairo Bastos**, **Edilson Máximo**, **Acácio**, **João Thiago**, **Peter Müller**, “**Pessoa**”, **Kamila Leão**,

Bianca Holanda, Jorge Quaresma, Árison, Matheus (Vassourito), “Pity”, Diana, João Paulo, Ângela, Charles Vilarinho, Bruno, Helenzinha, Eliene, Fernanda, Flávia, Gabriel (Miojo), Gilson Costa, Nara, Raquel Poça, Thiara, Willian, Aldrin e Luana Rocha.

Ao amigo do IFPA que muito me instigou a não deixar a “peteca cair” diante de tantos desafios cotidianos, Prof. **Paulo Spyer**.

À minha companheira **Betânia Alves de Aguiar Glória** pelo carinho, apoio e por se permitir compartilhar comigo momentos difíceis da construção desse trabalho.

“Era uma vez na Amazônia, a mais bonita floresta
Mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
No fundo d'água as IARAS, caboclo lendas e mágoas
E os rios puxando as águas

Papagaios, periquitos, cuidavam das suas cores
Os peixes singrando os rios, curumins cheios de amores
Sorria o jurupari, uirapuru, seu porvir
Era: flora, fauna, frutos e flores

Toda mata tem caipora para a mata vigiar
Veio caipora de fora para a mata definhar
E trouxe 'dragão-de-ferro', prá comer muita madeira
E trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
Prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:
Se a floresta meu amigo tivesse pé prá andar
Eu garanto meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá

O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar
E o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar?
Depois tem o passarinho, tem o ninho, tem o ar
Igarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar

Mas o dragão continua a floresta devorar
E quem habita essa mata prá onde vai se mudar?
Corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
Tartaruga, pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiurá

No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé da Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão:

Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro
Disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro
Roubou seu lugar

Foi então que um violeiro chegando na região
Ficou tão penalizado e escreveu essa canção
E talvez, desesperado com tanta devastação
Pegou a primeira estrada sem rumo, sem direção
Com os olhos cheios de água, sumiu levando essa mágoa
Dentro do seu coração

Aqui termina essa história para gente de valor
Pra gente que tem memória, muito crença, muito amor
Pra defender o que ainda resta sem rodeio, sem aresta
Era uma vez uma floresta na linha do equador”.

(Vital Farias)

RESUMO

O trabalho analisa as regras na gestão comunitária dos bens comuns efetuada por camponeses da Ilha Sumaúma, antes e depois da regulamentação fundiária na ilha, através da modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Sabe-se que o PAE tem como objetivo contemplar as reivindicações históricas das comunidades tradicionais, tais como: uma reforma agrária que não apenas garanta aos camponeses o direito à terra, mas também respeite o modo tradicional de vida e que tenha como princípio combinar a conservação dos recursos naturais com a realização de atividades agroextrativistas. Mais especificamente, a dissertação analisa a história da gestão dos recursos naturais na região do Baixo Tocantins antes e depois da chegada dos europeus que colonizaram a região no século XVI; as atividades que passaram a estabelecer nesse processo; a influência dessas atividades nas formas de relação de trabalho e produção agroextrativistas dos principais produtos da ilha atualmente. Demonstro, ainda, como as regras de convivência entre os moradores da ilha, que de certa forma se confundem com as regras de gestão dos recursos, foram sendo construídas ao longo do tempo, também analiso a influência da igreja católica na constituição de mecanismos que mediam a relação entre os camponeses, ou seja, as normas e arranjos institucionais para gerir coletivamente os recursos naturais. Concluo que, apesar da preocupação do PAE em valorizar a democracia e a participação através da valorização dos arranjos institucionais não formais desenvolvidos pela população, a forma de planejar a gestão comunitária dos recursos naturais contida no PAE ainda apresenta limitações significativas, principalmente, por não prever a possibilidade de algumas regras estabelecidas não serem cumpridas, e de outras não planejadas inicialmente serem incluídas no “plano de uso”.

Palavras-chave: Ação coletiva. Projeto de Assentamento Agroextrativista. Gestão dos recursos naturais

ABSTRACT

This work is about rules related to the management of common resources by peasant communities in the Sumaúma Island, State of Pará, Brazil, before and after its land regularization through an Agroextractivist Settlement Project (Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE in Portuguese). It is known that the PAE aims to take into consideration the traditional communities' historical claims, such as: an agrarian reform that guarantees not only the right to land to the peasants, but also respects their traditional way of life, and that has as principle combining the conservation of natural resources with the implementation of agro-extractive activities. This dissertation also analyses the history of natural resources management in the Lower Tocantins before and after the arrival of the Europeans, who colonized the region in the sixteenth century; the activities gradually established in this process; the influence of these activities on the forms of labor relations and the agricultural and extractive production of the current main products of the island. In addition, this dissertation describes the historical process in which social rules of coexistence among the inhabitants of the island are intertwined with rules for natural resources' management. It was also analyzed the influence of the Catholic Church in the establishment of mechanisms to mediate the relationships among the peasants, including the rules and other institutional arrangements to manage natural resources collectively. In conclusion, despite the alleged concern of governmental agents in enhancing democracy and participation, respecting non-formal institutional arrangements developed by local people, the proposed plans for natural resource management for communities at PAE still has significant limitations: there are no provisions for when some rules are not accomplished and for the inclusion of new unplanned rules in the formal Plan for Natural Resources' Use

Keywords: Collective action. Agroextractivist Settlement Project. Natural Resources Management

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA	01	Imagem da localização da Região do Tocantins no Estado do Pará.....	22
FIGURA	02	Localização da Ilha Sumaúma, município de Igarapé-Miri no Estado do Pará.....	23
FOTO	01	Pesca realizada em uma região chamada de Baía, próximo a Ilha Sumaúma.....	26
GRÁFICO	01	Exportação de borracha da Amazônia, 1855-85.....	64
FOTO	02	Calosidade no painel da seringueira (<i>Hevea brasilienses</i>) provocados pelo uso da machadinha.....	65
FOTO	03	Uruá (<i>Pomacea canaliculata</i>) onde a “casca” era utilizada na coleta de látex.....	65
FOTO	04	Placa fixada na área da Ilha com plantios da empresa Bony.....	85
FOTO	05	Uso de madeira de outras regiões da ilha para reparos na embarcação.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Áreas de Proteção Permanente
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO - Fundo Constitucional do Norte
FLONA - Floresta Nacional
IBD - Instituto Biodinâmico
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
P.A. - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE- Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural
PRODEX - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agroextrativismo
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RESEX - Reservas Extrativistas
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
SEDECT - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU - Secretaria do Patrimônio da União

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TL - Teologia da Libertação

UHT - Usina Hidroelétrica de Tucuruí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1 LÓCUS DE PESQUISA.....	21
2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
2.2.1 Observação Direta.....	28
2. 2. 2 Entrevistas.....	29
2. 2. 2.1 Entrevistas Estruturadas.....	30
2.2.2.2 Entrevistas Semi-estruturada.....	30
2.2.2.3 Entrevista Informal.....	31
2.2.3 Caminhada Transversal.....	32
2.2.4 Dados Secundários.....	33
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
3.1 O QUADRO TEÓRICO DA AÇÃO COLETIVA.....	35
3.1.1 A Problemática da Ação Coletiva.....	35
3.2 CAMPESINATO.....	40
3.3 REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	42
3.4 PLANOS DE USO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	47
4. É DO CAMINHO DE PEQUENAS CANOAS QUE SAEM AS GRANDES RIQUEZAS: BAIXO TOCANTINS, IGARAPÉ MIRI E O AGROEXTRATIVISMO....	53
4.1 PERÍODO COLONIAL.....	53
4.2. CABANAGEM E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	59
4.3 CICLO DA BORRACHA.....	61
4.4 TEMPOS DIFÍCEIS.....	65
5. ANALISAR AS REGRAS INSTITUÍDAS PELO PROJETO.....	69
5.1 CONSTRUÇÃO DAS REGRAS	69
5.2 REGIME DE PROPRIEDADES E NATUREZA DOS RECURSOS NA ILHA.....	80
5.3 A LÓGICA COSTUMEIRA QUE REGE O ACESSO AOS BENS COMUNS NO PAE ILHA SUMAÚMA.....	88
5.3.1 Madeira.....	90

5.3.2 Açaí.....	95
3.3.3 Pescado.....	101
5.3.4 Outros Recursos.....	108
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	114

1. INTRODUÇÃO

As grandes mudanças ambientais discutidas cotidianamente nos últimos anos, em todo o mundo, têm posto em “xeque” a assertiva de um modelo de desenvolvimento que possa se assentar na premissa da inesgotabilidade da oferta de recursos naturais, o que para a humanidade até pouco tempo não parecia óbvio. Os efeitos dos desequilíbrios ambientais (poluição, secas prolongadas, chuvas excessivas), ao atingir o cotidiano das pessoas e afetar as atividades econômicas, tornam obrigatórias iniciativas do Estado, não só através de leis, mas também de políticas públicas que busquem preservar e/ou conservar ambientes que contenham recursos de reconhecida importância de modo a mitigar os impactos sobre os mesmos.

Nesse contexto, adquire relevância a proposta de criação de modalidades de regulamentação fundiária por parte da União que visavam a conservação ambiental com a presença de grupos sociais específicos, como: as Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Terras de Quilombo, assim como, outras modalidades propostas por alguns Estados da Federação, como parques estaduais e reservas estaduais de desenvolvimento sustentável. Estas modalidades procuram combinar desenvolvimento com proteção aos recursos naturais, através de uma “releitura” da agricultura e do extrativismo, onde os excluídos se transformam em potenciais parceiros da implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Este trabalho centrou no estudo de caso do PAE Ilha Sumaúma. Entendendo que o PAE e a RESEX apresentam poucas diferenças, e que ambas procuram conciliar produção pelo extrativismo e conservação, esta pesquisa analisou as estratégias dos camponeses (FERNANDES, 2000) da região do Baixo Tocantins-PA, no que se relaciona à gestão coletiva e individual dos recursos naturais do ecossistema de várzea, frente às recentes iniciativas de regulamentação fundiária, através da modalidade de PAE, implantada pelo INCRA em acordo com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Estudos comparativos entre o PAE e outras modalidades de regulamentação fundiária, que buscavam caracterizá-la de forma mais precisa, foram realizados por Allegretti (1994, p. 28). Analisando o PAE e a RESEX como possibilidades de regulamentação fundiária, uma de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outra hoje de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a autora concluiu que não há grandes diferenças entre ambas, mesmo quando comparadas características como tamanho das áreas, que poderiam ser a ponto como significativa, onde as RESEX seriam maiores do que o PAE, não é uma diferença pertinente. Um exemplo é a comparação entre a RESEX Mandira em Cananéia-SP com 1.175,93 ha com o PAE Ilha Grande Pajacá em Portel-PA com 37.033,58 ha.

Para a autora, a regulamentação legal das RESEX's mantém os mesmos termos já previstos anteriormente pelo INCRA para o PAE e proposto pelo antigo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas, um dos movimentos engajados na criação dessas modalidades de regulamentação fundiária.

Essa idéia é compartilhada por Menezes (1994, p. 54) que afirma que não existe nenhuma diferença essencial, senão de forma, nos conceitos oficiais do que sejam Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas.

Para ela, genericamente, ambas podem ser definidas como áreas dotadas de potencial extrativo, incorporadas ao processo produtivo, nas quais as populações extrativas desenvolvam atividades auto-sustentadas do ponto de vista ecológico e economicamente rentáveis, e o Estado assegura a co-gestão das atividades econômicas e sociais.

Para Pedro Ramos, uma veterana liderança na luta pelas RESEX no Amapá, as características que diferenciam as modalidades de regulamentação fundiária são: que a área a ser declarada RESEX possui integralidade física e ecológica, enquanto que a do PAE normalmente já mostram um nível avançado de degradação e atividades agropecuárias. Além disso, os moradores das RESEX's devem ser integralmente nativos, diferente de alguns PAEs.

No entanto, essas características apresentadas que diferenciam o PAE e a RESEX não estão presentes em muitos dos PAEs criados, por exemplo, no Baixo Tocantins, o que, de certa forma, desqualifica essa caracterização como elemento generalizante para diferenciar PAE e RESEX.

O que também se buscou entender sobre as alterações trazidas por esse tipo de modalidade (PAE) na região para as famílias e como essa experiência tem refletido no propósito de sua criação, que, segundo a PORTARIA INCRA/P/Nº 627 de 30 de julho de 1987, é uma modalidade de assentamento voltada à “exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas.”

A proposta de criação do PAE que, para o Estado, visa aumentar a segurança e manutenção dos recursos naturais, é objeto de diferentes interpretações, que vêm nela, oportunidades e limitações. Para Allegretti (1994, p. 30), entre os benefícios imediatos da sua criação, destacam-se:

- a) a criação de um estoque de áreas preservadas que possibilite a manutenção de bancos genéticos, assegure a diversidade biológica, o equilíbrio climático e/ou que represente um potencial econômico para futura exploração;
- b) estabelecer uma limitação imediata sobre os desmatamentos;
- c) permitir a implantação de programas visando a melhoria das condições de vida dentro da floresta, na medida em que a regulamentação fundiária constitui importante pré-requisito para programas mais abrangentes de apoio econômico à produção, tecnologia e serviços públicos básicos;
- d) fixar a população na floresta, na medida em que a estabilidade nas reservas fica assegurada e o êxodo para as cidades torna-se um atrativo menor; e
- e) estabelecer parâmetros claros para um modelo regional de desenvolvimento para a Amazônia baseado no estímulo econômico a novos produtos e mercados.

Essas ideias são corroboradas por outros autores como Menezes (1994, p. 50) que considera que o extrativismo auto-sustentado faz de iniciativas como o PAE uma forma adequada e moderna de ocupação de espaços e uma alternativa ao desmatamento da Amazônia.

A afirmação de que a criação do PAE é um importante pré-requisito para programas mais abrangentes de apoio econômico a produção, tecnologia e serviços públicos básicos, presente em vários textos governamentais, de fato pôde ser confirmada através dos projetos criados no Baixo Tocantins, onde os camponeses, tiveram acesso à crédito moradia e fomento de imediato, ampliando a possibilidade de outros financiamentos. Contudo, algumas pesquisas questionam a idéia de que a

regulamentação fundiária e suas políticas anexas aumentem necessariamente a conservação dos recursos. Wood e Walker (2009 apud PACHECO, 2009, p. 4) verificam que a posse formal da terra está positivamente correlacionada ao aumento do investimento nas propriedades o que leva, também, ao crescimento do desmatamento.

A partir da segunda metade da década de 1980, o extrativismo vegetal passou a ser considerado pelos movimentos ambientais (nacional e internacional), organismos internacionais e governos estrangeiros, como atividade relevante para um novo paradigma de desenvolvimento agrícola adequado a região amazônica Homma (1993). Essa idéia, segundo o autor, ganhou maior impacto e reverberou na opinião pública com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, pelo apoio que ganhou na mídia e de figuras formadoras de opinião pública, criando uma expectativa irrealista.

Segundo o autor (1993, p. 175) confunde-se, a questão agrária com a questão ecológica, em que não existem apenas problemas no extrativismo vegetal, mas também um conjunto de problemas comuns a toda a agricultura amazônica. Para o autor (1992, p 252-256), modalidades como o PAE não podem ser consideradas como uma opção ao desmatamento na Amazônia.

A manutenção da floresta não garante a sustentabilidade econômica do extrator. As causas do desmatamento da Amazônia têm origem na pobreza do Nordeste brasileiro, na estrutura fundiária do país, nas correntes migratórias, no crescimento populacional, nas políticas de desenvolvimento, no nível tecnológico da agricultura e na rentabilidade, entre inúmeras outras variáveis. Deve-se abandonar a idéia romântica de que os extrativistas não praticam o desmatamento, pois esta atitude está muito relacionada com a situação econômica dos mesmos.

Homma afirma ainda, que foram os movimentos ambientalistas que propuseram o PAE como um modelo viável de desenvolvimento para Amazônia e para evitar o desmatamento na floresta. No entanto, uma saída para insustentabilidade econômica do extrativismo seria a criação de mercados para os produtos gerados, que, em curto prazo, poderia até aumentar a viabilidade econômica dos extratores, mas a médio e longo prazo, estimularia os plantios domesticados, inviabilizando o extrativismo vegetal e, conseqüentemente, essa modalidades como modelo de desenvolvimento. Usa como exemplo a coca no Peru e na Bolívia para comparar o que ocorre com o cupuaçu no Pará.

Essa opinião é corroborada por Grimoaldo (2008, p. 32), um colaborador de Homma. Ele acredita que as propostas como o PAE e a RESEX são grandes equívocos, uma vez que o ato de desmatar é um reflexo da situação econômica do extrator. Se, em termos relativos, os preços de produtos agrícolas forem superiores aos dos produtos extrativos, a tendência inevitável é proceder ao desmatamento para o plantio de roças e abandonar as atividades extrativas. Este fenômeno tem levado à contínua queda da produção da borracha extrativa e da castanha-do-pará na Amazônia, o que é mais significativa que o efeito da própria domesticação.

Nota-se, que visões sobre o PAE e demais formas de regulamentação fundiária na Amazônia de base conservacionista, despertam posições diferentes e por vezes divergentes. Na base dessa divergência encontra-se um questionamento das atividades predominantes, o extrativismo e a agricultura, como alternativas econômicas para o desenvolvimento das populações que residam nessas áreas de conservação, assim como, da possibilidade de realmente conservar estes recursos e garantir a sua manutenção para as gerações futuras.

Some-se a isso o fato dos camponeses estarem no centro da gestão dos recursos da ilha, que em função da cessão da área para praticarem suas atividades em regime comunitário, o sucesso de suas estratégias de reprodução não depende exclusivamente das regras de um núcleo familiar, muito menos dos objetivos de quem externamente idealizou essa modalidade de assentamento, mas também de uma ação coletiva exitosa.

Mesmo diante desse quadro de divergências e complexidade, o PAE parece ter “ressurgido” fortalecido como alternativa, com mais força do que uma Fênix, pássaro da mitologia grega, que, quando morria, entrava em autocombustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas. Durante muitos anos, poucas foram às experiências de criação dessa modalidade que, com a criação das RESEXs, ficou quase esquecida. No entanto, ultimamente, observa-se um crescimento vertiginoso em termos numéricos, tendo grande relevância os projetos de assentamento agroextrativistas criados principalmente na região do Baixo Tocantins que já passam de 100, segundo o portal do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e dados do INCRA.

A criação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista como modalidade de regulamentação fundiária, de certa forma, traz em si a expectativa distinta dos Projetos de Assentamento comumente criados pelo INCRA,

principalmente no que diz respeito à relação com o meio ambiente, na qual se espera ser mais harmoniosa.

Diante disso, justifica-se a importância de analisar a influência dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas criados no Baixo Tocantins nas estratégias dos assentados no que diz respeito à gestão e manejo dos recursos naturais. Cabe questionar: quais os arranjos institucionais e normas elaboradas pelos camponeses da Ilha de Sumaúma para gerir coletivamente os recursos naturais antes e depois do PAE? O que a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha de Sumaúma mudou na prática da população de gerenciar esses recursos? E PAE instituiu novas práticas de manejo?

Nesse sentido, analisar as mudanças na gestão dos recursos naturais, seja a gestão coletiva ou individual, a partir do estudo de caso realizado no PAE Ilha de Sumaúma demonstra a relevância desse trabalho, que tenta trazer a tona os recônditos da relação homem e natureza no ecossistema de várzea do Baixo Tocantins.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada a partir do estudo de caso do PAE Ilha de Sumaúma em Igarapé-Miri – PA. Segundo Becker (1994, p. 118), o estudo de caso tem um propósito duplo, por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: Quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interações recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais.

Sendo assim, as regras instituídas pelo PAE, os significados atribuídos pelos camponeses, a reação em relação à criação do projeto, os saberes, os valores, as práticas de manejo e a relação homem e natureza no ambiente de várzea, bem como, a percepção da necessidade da manutenção da biodiversidade estiveram no foco da investigação.

A característica central da construção metodológica deste estudo de caso foi utilizar uma diversidade de procedimentos com vistas a levantar as informações relativas à gestão dos recursos naturais da Ilha de Sumaúma.

2.1 LÓCUS DE PESQUISA

O trabalho foi realizado no PAE Ilha de Sumaúma localizado no Município de Igarapé-Miri – Pará. O assentamento foi criado pela portaria Nº 27, de 06 de setembro de 2006, com aproximadamente 4.897,4389 ha em “terreno de marinha”¹ na região das ilhas com influência da bacia do rio Tocantins e do Oceano Atlântico, e

1 A legislação atualmente em vigor determina que são propriedades da União: os terrenos de marinha e seus acrescidos (Constituição Federal de 1988, artigo 20, inciso VII e Decreto-Lei nº 9.760/46, artigo 1º, AX“a”) e os terrenos marginais de rios navegáveis e as ilhas neles situadas, na faixa da fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés (Decreto-Lei nº 9.760/46, artigo 1º, “c”).

conhecida como Baixo Tocantins. Nos últimos seis anos foram criados nessa região 211 PAE's em áreas ambientais e socioeconomicamente semelhantes.

A região do Baixo Tocantins, localizada no Norte do Pará, abrange uma área de 36.024,20 Km² (BRASIL, 2011) e é formada por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. No entanto, apesar desses municípios estarem atrelados há muito tempo a essa região, a atual divisão regional do Estado não mais a reconhece oficialmente, sendo os mesmos distribuídos entre as microrregiões de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará), Tomé-Açu (Acará, Moju e Tailândia), vinculada à mesorregião Nordeste do Estado, e a microrregião de Belém (Barcarena) pertencente à mesorregião metropolitana de Belém (Figura 1).

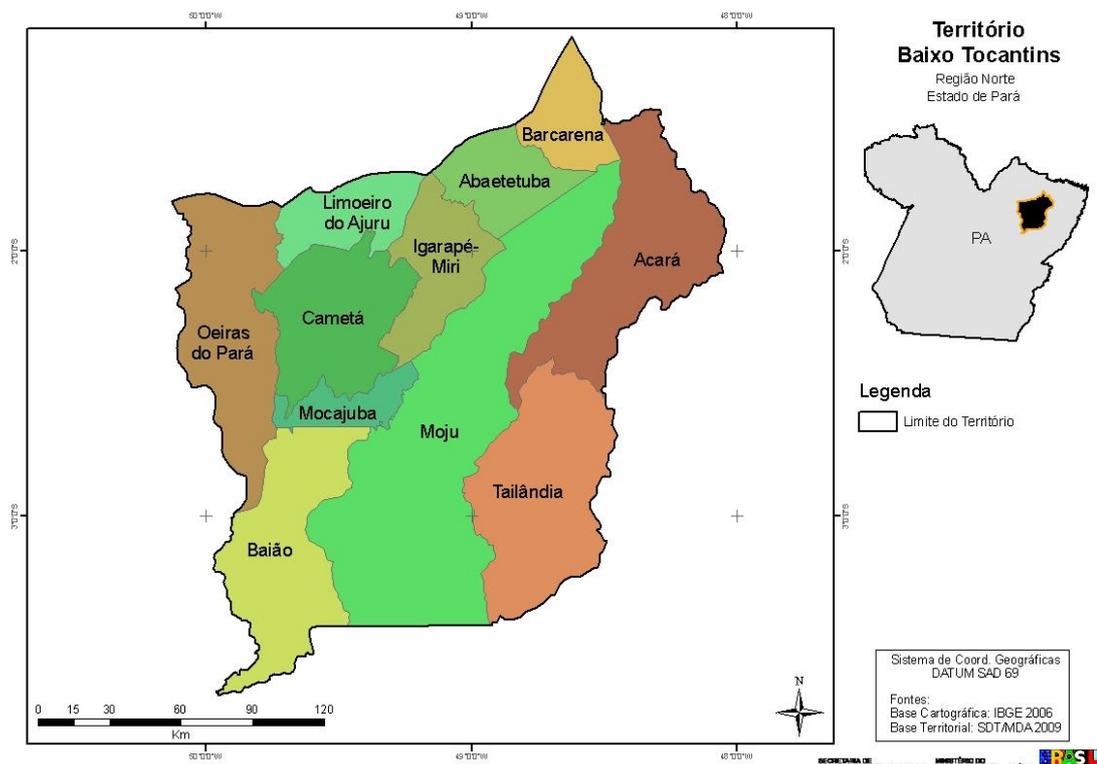


Figura 1: Imagem da localização da Região do Tocantins no Estado do Pará.
Fonte: <http://sit.mda.gov.br>, 2010.

Figura 2: Localização da Ilha Sumaúma, Município de Igarapé-Miri no Estado do Pará.

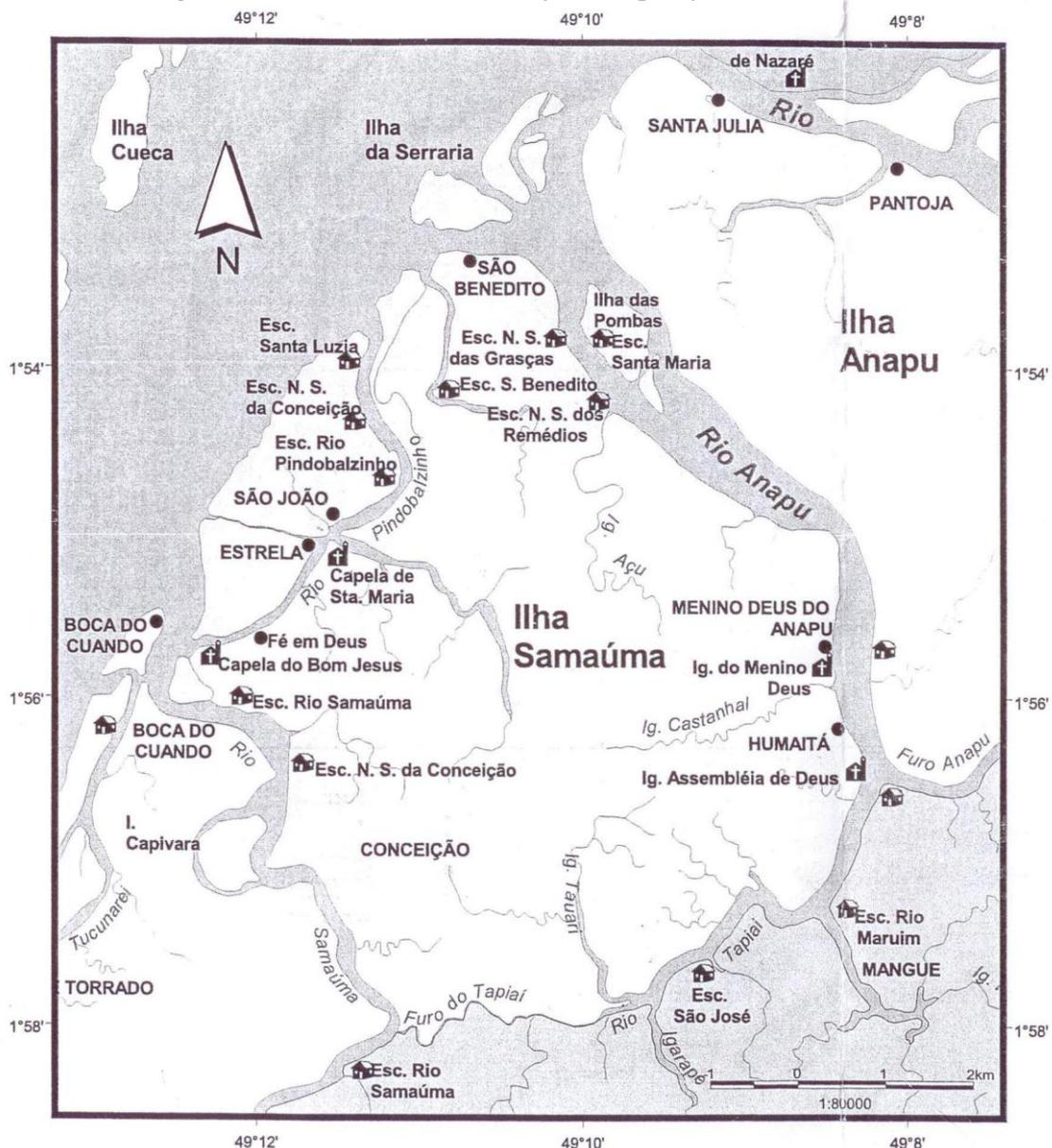


Figura 2: Localização da Ilha Sumaúma, Município de Igarapé-Miri no Estado do Pará.
Fonte: IBGE, 2010

Segundo Diegues (2002, p. 199), o principal tipo de vegetação desta região é a floresta ombrófila densa que ocorre ao longo das margens dos rios, com matas de várzea e de igapó que são muito extensas. Nesse tipo de vegetação, as espécies características são: castanheira (*Bertholletia excelsa*), mogno. (*Swietenia* sp), seringueira (*Hevea brasiliensis*), andiroba (*Carapa guianensis*), cedro (*Cedrela odorata*), sucupira (*Bowdichia nitida*), quaruba (*Vochysia máxima*), quaruba-rosa (*Qualea rosa*), angelim-pedra (*Hymenolobium*), dentre outras. Nas matas de várzea e de igapó as espécies arbóreas de maior importância são ucuúba (*Virola*

surinamensis), Andiroba (*Cerapa guianensis*), sumaúma (*Ceiba petrandra*), açaí (*Euterpe Oleracea*) e babaçu (*Orbignya phalerata*, Mart).

Este autor (2002, p. 199) destaca ainda as espécies características de avifauna desta região: quero-quero (*Vanellus chilensis*), biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), socó-boi (*Tigrisoma lineatum*), garça-real (*Patherodius pileatus*), curicaca (*Theristiculus caudatus*), cigana (*Opisthocomus hoazin*), colheiro (*Ajaia ajaia*) e cabeça-branca (*Mysteria americana*). Quanto aos mamíferos característicos da região estão o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), boto-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), lobo-guará (*Chrysocion brachyurus*), onça-pintada (*Panthera onça*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e capivara (*Hydrochoeros hydrochaeris*). Quanto aos répteis, os mais comuns são o jacaré-tinga (*Caiman crocodilus*), tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*); entre os peixes destacam-se o pirarucu (*Arapaima gigas*), tucunaré (*Cichla* sp.), dourado (*Salminus hilarii*), cachorra (*Hidrolycus sacomberoides*), matrinxã (*Brycon* sp), curimatã (*Prochylodus* sp.), piranha (*Serrasalmus calmoni*), acará (*Plagioscion* spp.), jaraqui (*Semaprochilodus* sp.), mapará (*Hypophtalmus perporosum*), aracu (*Leporinus facinatus*), pacu (*Myleus pacu*), sardinha (*Rhipotheus* sp.) e raia (*Potamotrygon* ssp.).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o município de Igarapé-Miri tem 58.023 habitantes sendo que 54,8% moram na zona rural, muitos destes às margens dos rios, igarapés e furos, como é o caso da maioria dos entrevistados nesse trabalho. Os principais produtos da extração vegetal e silvicultura, em 2008, foram o açaí, com 6.500 toneladas (o que representou a entrada no município de estimados 9,75 milhões de reais), seguido de madeira para lenha com extração de estimados 16.000 m³, o palmito com 450 toneladas, fibras de buriti com 226 toneladas, madeira em tora com 25 m³ e carvão com 21 toneladas. Nos últimos anos, o açaí vem se destacando como um dos principais produtos da economia do município. Essas informações contribuíram na escolha do açaí e de árvores para a madeira como recursos prioritários na análise desse trabalho.

O principal produto destinado ao mercado no PAE Ilha de Sumaúma é o açaí sendo acompanhado por diversos outros produtos do extrativismo vegetal que não aparecem nas estatísticas do IBGE, o que de certa maneira não diferencia as atividades desenvolvidas nesse PAE das de outras regiões.

Segundo o Diagnóstico da Pesca e da Aqüicultura no Estado do Pará (2008, p. 47), a Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins apresenta uma ictiofauna com

aproximadamente 300 espécies de peixes com predominância de *caracídeos*, *silurídeos* e *ciclídeos*.² As comunidades ícticas se diferenciam entre o baixo (peixes típicos da Amazônia Central), médio e alto Tocantins (espécies não-amazônicas).

Desse total, 100 espécies são comercializadas para o consumo. Aproximadamente 5.400 t/ano de peixes são capturados no rio Tocantins. Cerca de 70 espécies são exploradas no baixo rio Tocantins, sendo o Mapará (*Hipophthalmus ssp.*) o principal alvo das pescarias (29%), seguido do camarão (21%) e o curimatã (*Prochilodus ssp.*) (9%).

Não encontrei estatísticas de fontes confiáveis sobre o volume ou massa de pescado apropriados nos rios do Município de Igarapé-Miri, principalmente pela pesca da região ser classificada na maioria dos casos como pesca artesanal³. No entanto, observou-se que o pescado é um dos principais recursos extraídos no entorno da Ilha, por isso daremos uma maior importância a esse recurso em nossas análises (Foto 01).

2 Caracídeos se caracterizam pela presença de dentes maxilares e por ter nadadeira adiposa. Peixes comuns no Baixo Tocantins tem como membro dessa família o Lambari e Traíra. Já os silurídeos são importantes peixes de águas doces e quentes que tem como principais espécies presentes na região a Pirarara, o filhote e Mapará. Já os Ciclídeos é a família de peixes mais numerosa de água doce do mundo, onde se destaca na região o acará, que inclusive da nome a uma cidade do Baixo Tocantins.

3 A pesca artesanal (tradicional) ou de pequena escala define-se como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho que tem como base, parcerias. Os pescadores utilizam pequenas quantias de capital e embarcações pesqueiras de madeira, relativamente pequenas, com ou sem motor, que realizam viagens curtas, geralmente em águas costeiras litorâneas ou interiores, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos e, cujo produto, é geralmente direcionado para o consumo local ou, em menor escala, para exportação (NACIF, 1994; DIEGUES, 1995; ISAAC e BARTHEM 1995; NERY, 1995; FAO, 2001).



Foto 01: Pesca realizada em uma região chamada de Baía, próximo a Ilha Sumaúma.
Fonte: Sacramento, 2010

A escolha do PAE Ilha de Sumaúma no Município de Igarapé-Miri - PA como locus de pesquisa deve-se inicialmente a algumas particularidades: primeiro, por fazer parte das recentes regulamentações fundiárias do INCRA baseadas nessa modalidade de assentamento. Em segundo, por ser um dos maiores projetos criados na região cobrindo uma área de 4.897,43 ha. Em terceiro, pelo fato de algumas lideranças que fazem parte das organizações envolvidas na criação do PAE na região lá morarem. Em quarto, a facilidade de acesso, localizada próximo à Belém, o que reduz custos com deslocamento. E por último, o fato de que antes de se tornar projeto de assentamento, o pesquisador já mantinha relações com moradores nessa área, o que (apesar dos riscos metodológicos, principalmente no estranhamento necessário ao levantamento de dados) facilitou o entrosamento com os mesmos.

2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para identificar, descrever e analisar quais os arranjos e normas elaboradas pelos camponeses do PAE Ilha de Sumaúma e, assim, gerir coletivamente os recursos naturais, fez-se necessário a adoção de metodologias de pesquisa que estimulassem a associação estreita entre o pesquisador, as famílias e suas organizações representativas, com perspectiva de perceber a estrutura social das comunidades, ou seja, sua relação entre si e seu mundo social e natural, seu modo de pensamento, seus sistemas classificatórios, seus mitos e a atribuição de significados à natureza, aos membros do grupo e aos atores externos ao PAE.

A metodologia adotou a abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que o enfoque qualitativo foi uma prioridade na análise da gestão coletiva e individual dos recursos naturais selecionados.

Para a construção desse trabalho tive a preocupação de por quatro vezes ir à cidade de Igarapé-Miri com o propósito de consultar bibliografias e fontes documentárias que contribuíssem com o propósito deste trabalho, o que foi satisfatório, pois encontrei informações importantes que ajudaram a entender a trajetória de apropriação dos recursos naturais no município.

Segundo Mazzotti (1998, p. 37), as pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados. Entre os mais aplicados, encontra-se a entrevista em profundidade (individual e grupal), a análise de documentos e a observação participante.

A expressão “observação participante” geralmente é empregada para métodos de pesquisa, na qual o observador fica tão próximo de seu objeto quanto um membro do grupo que estuda, participando das atividades corriqueiras deste.

Nesse trabalho tentei aproveitar os laços existentes entre a minha família nuclear e os membros da ilha, tendo em vista que meus pais nasceram e moraram por mais de vinte anos na Ilha e sociabilizaram-se com a maioria dos seus moradores que na entrevistas me recebiam como se estivessem recebendo um grande amigo ou parente, o que facilitou uma aproximação ao reconhecerem afinidades e a existência de algo em comum entre eles e o pesquisador.

Apesar de ter laços familiares com muitos membros do PAE Ilha de Sumaúma, isso não comprometeu a aplicação da metodologia, pelo contrário facilitou o entrosamento com os mesmos, o que me permitiu realizar conversas informais nas casas de quase todos os 20 camponeses entrevistados. Muitas vezes iniciei as entrevistas com indagações sobre como estão os parentes e amigos ou contribuindo na execução de atividades cotidianas, como as que envolveram a pesca, obtendo assim informações preciosas para as conclusões deste trabalho, o que não teria sido possível se estes não tivessem estabelecido uma relação de confiança comigo.

2.2.1 Observação Direta

A observação direta é um exercício de coleta de dados que foi feito durante todo o tempo de estadia em campo, no contato com os camponeses da Ilha. Este método está entre os extremos que Becker (1994, p. 120) apresenta, no qual, de um lado, o observador não pode participar em absoluto, como quando ele se esconde atrás de uma tela que permite que ele veja os participantes, mas não permitam que eles o vejam; no outro, ele pode ser um participante em caráter integral, morando na comunidade em estudo ou tendo um emprego em tempo integral na organização que estuda, e assim estando sujeito as mesmas chances de vida que qualquer outro membro do grupo.

Trata-se, portanto, da experiência pura do sujeito-pesquisador, em situações de contato face-a-face com os agentes observados, possibilitando a observação direta e intensa do fenômeno em estudo, observações estas que se desenrolam por tempo relativamente menor de contato do que a observação participante. Tal metodologia foi utilizada com vista a aprimorar as informações previstas e inserir as não previstas que considerei importantes para o entendimento do estudo de caso.

2. 2. 2 Entrevistas

Fiz entrevistas com os moradores das comunidades Vila Menino Deus, Anapu, Baixo Anapu, Pindobal e Sumaúma que compõem a Ilha, perfazendo um total de 20 pessoas de núcleos familiares distintos, o que permitiu conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação. Shorter Oxford Dictionary (1973, apud Mann, 1973, p. 99), define entrevista como um encontro de pessoas face a face, especialmente com a finalidade de consultarem-se oficialmente sobre vários aspectos.

Existem, na literatura, várias sugestões para resolver o problema da amostragem. Segundo Flick (2007, p.126) o importante para o sucesso na determinação da amostra como um todo é observar se essa escolha é rica em informações relevantes. As decisões relativas a amostragem sempre oscilam entre os objetivos de cobrir um campo da forma mais ampla possível e realizar a amostra com maior profundidade possível.

Como se trata de um ambiente, ao qual tenho familiaridade, os critérios adotados para escolher as pessoas entrevistadas constituíram-se de uma combinação entre as indicações por mim definidas, por acreditar na relevância das informações que alguns poderiam fornecer, assim como a indicação feita por membros mais idosos e experientes nas organizações da Ilha.

Mesmo adotando a combinação desses dois critérios, no decorrer do trabalho de campo identificaram-se algumas pessoas com reconhecida importância entre os membros da ilha que forneceram informações preciosas para esse trabalho, e que não estavam na lista de entrevistados, sendo incluído posteriormente.

Para isso, minha primeira ida ao campo, teve como um dos objetivos apresentar os objetivos da pesquisa para alguns informantes que ocupam espaços destacado na Ilha ou Comunidade Eclesial de Base (CEB), na associação da Ilha, na colônia de pescadores e na associação Tupicuama.

Com as indicações em mãos, verifiquei quais os argumentos apresentados para indicar determinada pessoa para as entrevistas, quais as mais

indicadas e se uma mesma era indicada por pessoas com orientação política divergentes.

2. 2.1 Entrevistas Estruturadas

As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário em que as perguntas são previamente formuladas com o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que reflitam as diferenças entre os entrevistados.

A pesquisa estruturada foi realizada principalmente durante a primeira atividade de campo, na qual elaborei um questionário com o objetivo de coletar dados mais gerais sobre os componentes da fauna, flora e demais elementos do meio biofísico da Ilha Sumaúma. Além disso, com a aplicação deste questionário, busque elementos sobre a demografia, a infra-estrutura, as atividades produtivas desenvolvidas, o manejo dos recursos naturais, as atividades coletivas e a criação e gestão do PAE.

2.2.2.2 Entrevistas Semi-estruturadas

A entrevista semi-estruturada é aquela em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo, que permite respostas livres e espontâneas do mesmo. As questões elaboradas para a entrevista levam em conta o embasamento teórico da investigação e as informações que se quer obter sobre o fenômeno social.

As características da entrevista semi-estruturada centraram-se numa conversação focada em determinados assuntos, não rígida, mas pré-determinada. Apesar de ter as perguntas previamente preparadas, outras surgiram no decorrer da entrevista permitindo assim a flexibilidade para aprofundar ou confirmar, se necessário, algumas informações obtidas no decorrer da pesquisa. A maioria das

entrevistas foi planejada, o que não impossibilitou que outras acontecessem espontaneamente, como a que ocorreu na taberna do Sr. Nanito, quando fui comprar pilhas, ou ainda a que realizei com Sr. Sabazinho durante o torneio de futebol, o que me permitiu coletar importantes informações.

O uso deste método tornou-se um complemento aos demais métodos de investigação para conduzir algumas conversas em campo sobre temas de interesse da pesquisa. O entrevistado discorria livremente revelando particularidades importantes para a pesquisa e foi através desse método que obtive a maior quantidade de informações sobre a gestão comunitária dos bens comuns da Ilha.

2.2.2.3 Entrevistas Informais

Mann (1973, p. 103) conceitua a entrevista informal como aquela onde o entrevistador, tendo iniciado a entrevista acerca do tema em que está interessado, permite ao informante impor a situação subsequente. É possível que o entrevistador tenha algumas frases provocativas que use para estimular o informante a falar, mas fora disso ele se limita a escutar.

Ainda segundo Mann (1973, p. 103), a vantagem dessa forma de entrevista é que, como situação social, a entrevista informal é muito natural; a conversa flui muito mais com duas pessoas com um interesse comum palestrado. Não há uma porção de perguntas diretas que poderia dar à entrevista o ar de uma relação de advogado e testemunha. O informante dispõe de muito mais liberdade para estender-se e expor suas idéias e essa “liberdade de perambular” pode ser extremamente útil para se chegar ao fundo de complexos acontecimentos e situações sociais. Em vez de apenas replicar com um “sim” ou “não” à pergunta cautelosamente formulada pelo entrevistador, o próprio informante pode controlar muito mais a direção da discussão e ele mesmo pode decidir, portanto, o que é relevante ou não para uma determinada situação. Isso possibilita ao entrevistador aprofundar-se muito mais na complexidade de algumas situações e pode muito bem induzi-lo em fatores relevantes, dos quais nem sequer tivera notícia.

Para Mann (1973, p. 105), duas funções particulares parecem vir a calhar para a entrevista informal: primeiramente ela é uma inestimável técnica exploratória;

em segundo, pode ser uma investigação, onde o pesquisador esteja emprenhado em trabalho exploratório, muitas vezes de tipo acadêmico. Aí trata-se de situações sociais ainda relativamente inexploradas e onde levantamentos de amostragem talvez sejam bastantes inadequados. Esse tipo de entrevista aconteceu principalmente em alguns momentos festivos em casa de parentes meus em Belém, onde estavam presentes moradores da Ilha, momentos em que pude entrevistá-los sem que eles percebessem o objetivo da conversa o que permitiu coletar algumas informações importantes.

2.2.3 Caminhada Transversal

Segundo Souza (2009, p. 43), a caminhada transversal consiste em percorrer uma determinada área, acompanhado de informantes locais que conheçam bem a região. Nessa caminhada observa-se todo o ecossistema por onde se passa, realizando as devidas anotações a respeito, para o qual deve se estar atento e indagando ao informante sobre questões pertinentes àquele local, sobre situações no passado, a situação social presente, perspectivas, potencialidades e limitações. Em alguns casos esta atividade pode ser útil também para coletar amostras de vegetação, solo, etc. Um gravador pode ser utilizado para que não se preocupe muito com as anotações e as informações sejam mais fidedignas.

Esse método foi utilizado principalmente no reconhecimento do meio biofísico da ilha. Foram realizadas caminhadas com o auxílio de moradores da ilha nas áreas, onde a vegetação era manejada. Fiz ainda uma volta em torno de toda a ilha acompanhado por um morador que a medida que navegávamos por determinados trechos, tecia uma série de comentários que formaram um conjunto de informações importantes a serem considerados e analisados, como por exemplo, o fato de que em determinados pontos da ilha Sumaúma, não ter sido possível fazer plantios de cana-de-açúcar no passado, ou ainda sobre as vegetações que foram totalmente retiradas, mas que já se regeneraram.

2.2.4 Dados Secundários

Em linhas gerais fiz um levantamento sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que forneceram dados atuais e relevantes. Este abrangeu, principalmente, a legislação ambiental que envolve a criação das unidades de conservação, publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Além disso, visitei a associação da ilha, e tive a oportunidade de ter acesso a documentos que relatavam encaminhamentos sobre regras de gestão a serem executadas pelas famílias da Ilha de Sumaúma.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O QUADRO TEÓRICO DA AÇÃO COLETIVA

A ação coletiva pode ser entendida como "toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confiam e aplicam recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns" (TILLY et al., 1981, p.17)

O estudo da gestão coletiva de bens comuns por camponeses remete às condições de emergência e manutenção da família que demandam ações coletivas. Dessa forma a categoria ação coletiva assume uma grande importância, pois é em torno dela que a situação social foi pesquisada e analisada.

Por outro lado, como a organização dos PAE's estabelece que, portanto o acesso a áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso em regime comunal, torna-se importante recorrer às teorias sobre ação coletiva.

3.1.1 A Problemática da Ação Coletiva

Segundo Ostrom e Walker (2005, p.19), a contribuição da ação coletiva perpassa pelo entendimento dos dilemas sociais que ocorrem quando indivíduos em situação de interdependência encaram escolhas, nas quais a maximização de interesse próprio e de curto prazo produz resultados que deixam todos os participantes pior do que outras alternativas possíveis. A autora define dilemas sociais como um termo que:

refers to a great number of situations in which individuals make choices in interdependent circumstances. If each individual in a one-shot or finitely repeated social dilemma selects strategies based on the currently accepted, rational-choice model of individual, all individuals will realize a payoff at an equilibrium outcome of less value than one or more of the available alternatives (OSTROM; WALKER, 2005, p.19).

A partir de Hardin (1968), consolidou-se a crença de que o manejo de recursos naturais baseado na propriedade “comunitária” estava destinado a provocar a ruína ambiental, ou seja, “a tragédia dos comuns”. Para isso, o autor apresentou a discussão de que os indivíduos defenderiam preferencialmente seus próprios interesses e, conseqüentemente, seria impossível a ação coletiva para regular o uso dos recursos naturais.

Segundo Cunha (2002, p. 55), os pressupostos básicos aceitos por este pesquisador é que o fracasso da cooperação entre indivíduos com vistas a alcançar um benefício comum não é necessariamente um sinal de ignorância ou irracionalidade, ao contrário, é justamente porque os indivíduos tendem a agir racionalmente na busca de garantir seus melhores interesses que sua ação individual pode colocar em xeque os interesses da coletividade. É esta contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva que está na base dos dilemas de ação coletiva, ou seja, num ambiente em que não há certeza sobre a participação de todos na cooperação, cada indivíduo pode considerar mais vantajoso romper com o acordo comum e garantir logo a aquisição de algum benefício, ainda que em menor quantidade do que aquele esperado caso a cooperação prosperasse.

Observou-se presente também nas reflexões de Hardin (2002), a relação entre os interesses individuais e coletivos. Em seu artigo clássico “A tragédia dos comuns”, analisa as conseqüências do crescimento demográfico sobre os bens comuns, contestando à teoria econômica da mão invisível de Adam Smith. Para o autor não há promoção do interesse público, mas a destruição de todos. No exemplo clássico da pastagem comum, o autor demonstra que cada indivíduo agindo racionalmente tende a ampliar de forma ilimitada seu rebanho, levando à ruína de todos ocasionada pela degradação do recurso (HARDIN, 2002, p. 37).

A partir das contribuições de Hardin, conclui-se que seus trabalhos não consideraram a possibilidade de indivíduos que exploram um recurso comum, constituírem um processo de cooperação (ação coletiva) com o objetivo de garantir seu manejo. Formula assim, uma teoria dos comuns de aspecto simplista e determinista.

Olson (1965) apresenta conclusões que também têm grande importância para o estudo das possibilidades de sucesso da gestão coletiva dos recursos naturais. A partir da análise dos custos da ação coletiva e da sua partilha entre os membros do grupo, da natureza do “bem coletivo” fornecido e da dimensão e

estrutura dos grupos, o autor deriva um conjunto de conclusões, entre as quais, a que o “indivíduo” assume ser racional, no sentido em que escolhe ações adequadas para alcançar seus objetivos. Essa racionalidade define a estratégia de ação do indivíduo na organização. Também refuta a idéia de que indivíduos com interesses comuns normalmente tentam promover estes interesses comuns. Introduce a noção de “aproveitador” (free rider), ou seja, alguém que por não poder ser excluído dos benefícios de um bem coletivo tem pouca motivação para contribuir voluntariamente para o fornecimento desse bem.

A idéia de Olson (1998) estaria presente, segundo o próprio autor, explícita ou implicitamente, em teorias sobre sindicatos, na tese marxista da ação de classe como caminho para o socialismo, nos conceitos de contra poder e teoria dos grupos nos Estados Unidos, dessa época.

As contribuições de Olson e Hardin ajudam a explicar os dilemas da ação coletiva e entender, porque indivíduos agem no sentido de maximizar seus interesses, mas não tem sido capaz de explicar as situações em que os indivíduos têm se engajado em ações coletivas para gerir os recursos comuns. Diante dessa lacuna, Ostrom e Walker (2005), propõe a substituição da noção de racionalidade completa por racionalidade limitada. Para os autores o ponto central para resolver os “dilemas sociais” está na cooperação, reciprocidade e confiança. Entendem que “the abundant evidence of cooperations and reciprocity, focusing on the issue of how traditional noncooperative game theory might be enriched to become a behavioral-based theory.” (Ostrom e Walker, 2005, p. 8). A autora revê as previsões teóricas da teoria da escolha racional, refere-se aos “social dilemmas” e resume os desafios para “the reliance achieve results that are ‘better than rational’ by building conditions under which reciprocity, reputations, and trust help to overcome short-run, self-interested temptations.”

Independentemente dos desafios apontados para a “reliance”, o mais importante nesse momento é ressaltar a astúcia introduzida por Ostrom sobre a teoria da escolha racional, na qual considera que pode até ajudar a explicar os dilemas da ação coletiva e a entender, porque os indivíduos agem no sentido de maximizar interesses, mas não é capaz de explicar, porque muitas vezes os indivíduos têm se engajado em uma ação coletiva para manejar recursos comuns sem que uma autoridade externa tenha que oferecer recompensas ou impor sanções para que a cooperação seja mantida.

Há, no entanto, situações em que as ações coletivas têm maiores chances de serem bem sucedidas. No caso dos grupos pequenos, a ação coletiva é mais provável, por ser mais fácil acompanhar quem contribui ou não, permitindo que o indivíduo possa ser sancionado pelo grupo. E ainda o fato de que com o número menor de participantes, a parcela para cada indivíduo dos ganhos globais será maior (OLSON, 1968).

Em grupos grandes, os indivíduos podem ter como tática não cooperar, ou porque consideram sua contribuição sutil, no agregado, ou por que os outros não poderão excluí-lo de desfrutar do fornecimento do bem pela ação coletiva (indivisibilidade do bem), situação na qual não cooperar produz o melhor resultado racional para o indivíduo.

Feeny et al. (2001) abrem novas possibilidades de analisar a gestão dos recursos naturais ao apresentarem a classificação dos recursos comuns quanto à natureza e quanto ao regime de propriedade. Para os autores (2001, p. 19), os recursos de propriedade comunal compartilham duas características importantes:

- 1) a dificuldade do controle de acesso. A natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por usuários pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Recursos migratórios como peixe, vida selvagem e águas subterrâneas impõem óbvios problemas para a regulação do acesso.
- 2) a característica básica dos recursos de propriedade comunal relaciona-se à subtração: a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Mesmo que os usuários cooperem no incremento da produtividade de seus recursos, por exemplo, através de reflorestamento, a natureza dos recursos é tal que o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário.

Com o intuito de facilitar a análise, definem quatro categorias de direito de propriedade, no âmbito das quais os recursos são manejados: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal. Para eles, na prática, em muitos casos existe sobreposição de categorias analíticas de regime de propriedade e, às vezes, esses recursos são manejados por combinações conflitantes das categorias, além de existir variações em cada uma delas (FEENY et al, 2001, p. 20).

O regime de propriedade de livre acesso caracteriza-se pela ausência de direitos de propriedade bem definidos. O regime de propriedade privada ocorre

quando os direitos de exclusão de terceiros são delegados a indivíduos ou grupos. No regime de propriedade comunal os recursos são manejados por uma comunidade identificável e interdependente que excluem os membros externos e regulam o acesso aos membros comuns. Por fim o regime de propriedade estatal define-se por estarem alocados no governo os direitos de decisões de acesso e uso dos recursos (FEENY et al., 1990, p. 20-23).

Os recursos de gestão comunitária incluem peixes, vida selvagem, recursos hídricos, pastagens e florestas. Ostrom (2000, p. 50), acrescenta que os bens comunitários podem ser não somente naturais, como também artificiais, localizando entre os últimos os sistemas de irrigação, por exemplo. O caso empírico desse trabalho priorizou a análise do uso de árvores para madeira, do pescado e do açaqueiro.

Ostrom (2000, p. 51), assim como Feeny et al., (2001), considera ingênuo os pressupostos nos quais está baseada a teoria convencional de Hardin (2000), sobre bens comuns. Sustenta que a teoria convencional simplesmente desconsidera a possibilidade dos usuários de um sistema de recursos, se auto-organizarem para iniciar e manter mudanças institucionais que resultem numa saída oposta à “tragédia dos comuns.

Além disso, pequenos grupos e populações maiores são capazes de criar instituições, elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns (OSTROM, 1990; CHANG, 1988). Mas se reconhece que fatores externos podem dificultar a permanência desses modos de uso coletivo, como o apontado também por Homma, e que pode ser observado no caso dos remanescentes de mangabeiras (Schmitz, 2010) que estão sujeitas à pressão exercida pelos proprietários de terras que as destroem, cada vez mais, para os cultivos de coqueiro e cana-de-açúcar, a construção de infra-estruturas turísticas e de viveiros de camarão, atividades cuja implantação depende do corte das mangabeiras.

Segundo Cunha (2002, p. 54), estudos de caso indicam que interações complexas entre as características do recurso, o regime de propriedade e outros arranjos institucionais de um lado, e o contexto sócio-econômico por outro, influenciam no grau de “sucesso” do manejo. E que o “sucesso” e “fracasso” podem ser associados a regimes de propriedade comunitária, privada ou estatal segundo Feeny (2001), quanto de livre acesso (SCHMITZ et al., 2010).

3.2 CAMPESINATO

A categoria social presente na ilha não permitiu determinar com clareza qual os unifica, já que alguns se apresentavam exclusivamente como pescadores, apesar de realizarem atividades agricultura e extrativismo, outros se identificavam como ribeirinhos ou trabalhadores e outros como agricultores, e alguns se identificavam como agricultores e pescadores.

Muito já foi discutido sobre as categorias usadas para denominar as populações rurais que não são patronais e nem proletárias, e o porquê de sua adequação ou não para o estudo da realidade brasileira. Apesar disto, observa-se que o debate permanece, e que, segundo Schmitz (2008, p. 12) deve-se ter certa cautela na distinção entre autores que tratam a realidade brasileira e os que tentam elaborar uma proposta conceitual para o universo dos camponeses no mundo.

Partindo desta cautela, nesse trabalho fiz a opção de denominar como camponeses aqueles que não são apenas agricultores, mas exercem também atividades nas quais a agricultura é marginal ou inexistente, por exemplo, a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria, etc. no espaço da Ilha Sumaúma.

Segundo Moraes (1998 p.123), "o campesinato incorpora a diversidade das populações agrárias" não-patronais e nem proletárias, "conquista hegemonia na análise destas populações" e dá "unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra e tomando corpo como uma identidade política, fundamental às lutas agrárias neste contexto".

Revisando bibliografias e abordagens para analisar o campesinato, Schmitz (2008) identificou diferentes conceitos sobre a categoria relacionando-a à aspectos ligados ao mercado, ao modo de vida e à luta por terra e principalmente pelo atendimento de suas necessidades básicas. Segundo Schmitz e Mota (2007 p. 04) atualmente pode-se distinguir cinco denominações de agricultura não patronal (ou não empresarial): o campesinato; a agricultura familiar; a pequena produção; a produção familiar rural; e a produção (familiar) coletiva. Utilizarei nesta pesquisa campesinato para descrever o setor não patronal e não proletária na Ilha Sumaúma, o que segundo Wanderley (1996 p. 03) é diferente do que atualmente se caracteriza como agricultura familiar. Para a autora a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a

relação indicada entre propriedade, trabalho e família, tendo como uma das suas características mais ressaltada o maior grau de integração aos mercados do que o tipo camponês.

O critério "grau de integração ao mercado" é criticado por vários autores como Fernandes (2002) e Costa (2000). Para Costa (2000, p. 114) os camponeses são "aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativa, agrícola e não-agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Entre os que defendem essa posição encontra-se Fernandes (2000). Para ele "no capitalismo, a sua destruição [do campesinato] não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária" (FERNANDES, 2000, p.279-280). A luta pela terra e por melhores condições de vida é uma ação constante dos camponeses da Ilha Sumaúma, que não se engajam em ações apenas por crédito, moradia, saúde, ou seja, pelo atendimento daquilo que consideram suas necessidades básicas.

Segundo Martins (1983, p. 22) a palavra camponês não designa apenas um nome, mas também o seu lugar social, não apenas o espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

A categoria "camponês" é utilizada em diversos trabalhos acadêmicos no Brasil e como categoria de ação política por diversos movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra, Movimento das Mulheres Camponesas, centrais sindicais como a Central Sindical Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS) ou INTERSINDICAL e partidos de influência marxista como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), para a compreensão de situações sociais agrária baseado na análise de sua história e de seu conteúdo sócio-político e cultural.

3.3 A REFORMA AGRÁRIA E A CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A criação das primeiras unidades de conservação tinha como objetivo fundamental proteger áreas naturais de grande beleza cênica e oferecer às pessoas opções de lazer e entretenimento. O Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos foi o primeiro do mundo instituído em 1872, e no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia criado em 1937. Estas unidades foram criadas a partir da idéia de que é necessário preservar espaços “intocados”, selvagens (DIEGUES, 1994, p. 22).

A partir da década de 1980, movimentos sociais que lutavam pela posse da terra na Amazônia e contra a derrubada da mata que continha espécies exploradas por quem nela vivia, como a seringueira e castanha-do-pará, se organizaram e reivindicavam a “realização de uma reforma agrária que respeitasse o modo tradicional de vida, a introdução de tecnologias novas para melhorar a produção e implantação de um sistema educacional e de saúde adequado” (ALEGRETTI, 1994, p. 24). Segundo a autora, esse conjunto de demandas passou a ser denominado de reserva extrativista, que é a regularização de áreas tradicionalmente habitadas. A partir desse momento no Brasil se inicia um processo de “reforma agrária” através de unidades de conservação.

No entanto, como descrevem Bergamasco e Norder (1996 p. 39), a implementação dos assentamentos pela legislação apresentava obstáculos decorrentes da conjuntura política e do tamanho da área que cada família ocupava na Amazônia. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária tornava-se ainda mais complicada diante do cálculo do valor de terras, quase sempre consideradas produtivas devido à extração de madeira, borracha, minérios, plantas medicinais ou outros frutos. A estratégia adotada pelo CNS foi a realização de um deslocamento para a legislação ambiental: o IBAMA criaria uma nova modalidade de conservação ambiental, batizada de “reserva extrativista”, destinando seu usufruto às tradicionais populações da floresta. Em janeiro de 1990, um decreto do presidente José Sarney passou a regulamentar a criação de reservas extrativistas - RESEXs.

A primeira experiência no Brasil de unidade de conservação que permitia o convívio entre a natureza e o homem, o interesse ecológico e social foi introduzida pela portaria 627 INCRA, de 30 de junho de 1987, que criou o PAE (BENATTI, 2003,

p. 208). Segundo Treccani (2006, p. 473), o PAE pode ser considerado como uma forma de legitimação de posse em favor de populações tradicionais, o mesmo ocorrendo com a RESEX e a RDS, para as quais se deverá elaborar um plano de utilização.

As RDS inspiraram-se na experiência de Mamirauá que, segundo Nascimento, (2003, p. 15), é uma categoria pertencente ao grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e que tem por objetivo preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução biológica e social, ou seja, reprodução das espécies e da população local, conservando os recursos naturais e proporcionando uma melhoria na qualidade de vida e uso sustentado dos recursos naturais.

A idéia desse tipo de unidade, segundo Treccani (2006, p. 464), é também incentivar a pesquisa científica voltada para a conservação da natureza e a melhor relação das populações residentes com seu meio através e principalmente da educação ambiental, assim como valorizar e aperfeiçoar os conhecimentos e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações.

A RDS surgiu de uma construção que iniciou entre os anos de 1984 e 1985, quando ocorreu a primeira tentativa de assegurar uma área de proteção para o macaco cabeça de cheiro e urucari branco, através de uma medida sancionada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF do Amazonas. A portaria oficializava o primeiro lago protegido da região do Solimões e abrangia inicialmente uma área menor que a atual, correspondente apenas ao entorno do lago (REIS, 2005, p. 44).

Em março de 1990, seis anos depois da primeira portaria, Mamirauá foi decretada finalmente como estação ecológica pelo Governo do Amazonas. Essa categoria prevista pelo Código Florestal Brasileiro dispôs 10 % do território para serem utilizados para investigação científica, enquanto 90 % deveriam permanecer intocáveis e livres da presença humana.

Essa distribuição era pouco compatível com as pretensões de seus idealizadores em termos de princípios ordenadores, porém foi considerado um passo importante no sentido de assegurar a legalidade da nova área de preservação que seria colocada em prática. Contudo, nesse momento ainda não representava uma forma de regularização fundiária para os moradores. Diante de objetivos tão

dispares e, a princípio, inconciliáveis pela legislação ambiental vigente na época, a iniciativa não se imobilizou (REIS, 2005, p. 44-45). Em 1996, a área teve sua classificação alterada para RDS. Este fato ampliou sensivelmente as possibilidades de implementação institucional do que a constitui hoje, como também, permitiu tornar-se uma modalidade de regulamentação fundiária.

Na semana do meio ambiente do ano de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso presidiu uma solenidade em Mamirauá, consagrando ao Instituto Mamirauá status de organização social, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos ligada ao Ministério do Meio Ambiente, um acontecimento aguardado com expectativa por integrantes e parceiros do projeto (REIS, 2005, p. 47). Em 2000, a categoria RDS foi reconhecida pelo SNUC, o que possibilitou dar maior estabilidade fundiária aos que lá vivem, desde que cumpram o que diz a lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o SNUC.

Já o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade praticada mais recentemente pressupondo que seriam áreas de concessão coletiva, onde não há criação de gado bovino, nem existe a individualização de parcelas e as titulações são feitas pela concessão de uso, sendo que a Reserva Legal pode ser usada para manejo florestal, permitindo a possibilidade de exploração madeireira (PACHECO et al., 2009, p. 19).

Esta modalidade foi criada através da portaria n° 477, de 4 de novembro de 1999 e, segundo Alegretti (1994 apud Treccani 2006, p. 478), “o projeto de desenvolvimento sustentável apresenta-se como alternativa aos projetos de assentamento convencionais, mostrando-se mais adequado às especificidades da Amazônia e das demandas das suas populações. Essa modalidade não se destina apenas aos que já estão trabalhando com extrativismo, mas àqueles também que já se disponham a trabalhar respeitando o plano de uso e adotando atividades de baixo impacto.”

Recentemente, atividades desenvolvidas nessa modalidade de assentamento estiveram envolvidas em denúncias do Ministério Público Federal, que apontou irregularidades nos processos de criação na região da BR 163 e Transamazônica, ligando-as aos interesses de grupos do setor madeireiro que buscam assegurar a exploração madeireira a partir dos assentamentos regularizados que possibilitam a exploração de madeira. Tais fatos corroboraram para a suspensão da criação novos PDS's a partir de 2006 pelo Ministério Público

Federal. Um problema a mais para a análise científica da eficácia de políticas públicas ligadas à modalidade de PDS é a questão de conservação ambiental em regiões e contextos socioeconômicos e socioambientais complexos como a Amazônia.

Pacheco et al. (2009, p. 46), em estudo de caso na região localizada na área de influência da rodovia Transamazônica e cortada pelo Rio Xingu, afirmam que “há muitas inquietações sobre a implantação da modalidade PDS no Pontal (em Medicilândia-PA), pois ela não resolverá os problemas atuais e ainda levará à maiores conflitos, assim como não garantirá o assentamento da população que habita a região, uma vez que moradores de fora são privilegiados.

O mais viável seriam ações que contemplassem a regularização das terras já ocupadas pelos comunitários, sem ampliação ou expansão de ocupação de novas áreas. Para esse autor, o PDS poderia ter melhor resultado em áreas, onde já existem populações extrativistas que recebem pressão de grupos de madeireiros e fazendeiros. Nessas áreas, poderiam ser incentivadas atividades de manejo sustentável de recursos, desenvolvendo-se ações para garantir o controle da terra e promover o manejo sustentável dos recursos florestais.

O Projeto de Assentamento Florestal (PAF) é a última modalidade de assentamento criado pelo INCRA, através da Portaria nº 1.141, de 19 de dezembro de 2003. Segundo Treccani (2006, p. 479), essa modalidade foi criada depois de um intenso debate com os movimentos sociais e uma consulta pública. Segundo Azevedo, Diretor do Plano Nacional de Florestas (informação verbal)⁴, a situação do PAF naquele momento era a seguinte:

Quanto aos assentamentos florestais, existem dois criados no Acre e mais cinco em gestação no Pará e Amazonas. A implantação no Acre ainda está acontecendo mais lenta do que imaginávamos. As parcelas do Acre são de 300 ha e envolve cerca de 100 famílias cada assentamento, mas podem ser maiores ou menores dependendo das condições da floresta e da logística. O modelo de infra-estrutura ainda está sendo desenvolvido. Os planos de manejo podem ser em reserva legal, coletiva ou individual.

No Brasil, todas essas modalidades contribuem para a regularização fundiária das propriedades ocupadas por camponeses, que realizam atividades agroextrativistas como forma de garantir para o atendimento das necessidades básicas de suas famílias. No entanto, o enraizado modelo histórico de “anêmico”

⁴ Pronunciamento feito em fevereiro de 2005

controle estatal sobre as terras públicas ou particulares e sobre os usos dos recursos naturais associados tem contribuído para criar e perpetuar inúmeros problemas sociais, administrativos e judiciais mais amplos do que a proteção da biodiversidade.

Se observarmos a situação específica da regularização fundiária de algumas categorias de UC's federais, concluiremos como é desanimadora. No que se refere às reservas extrativistas, por exemplo, das 59 unidades, apenas duas (Chico Mendes e Alto Juruá), têm as suas áreas completamente regularizadas (IBAMA, 2010). Foi apenas nessas duas reservas extrativistas que houve a celebração formal dos contratos de concessão real de uso para as associações dos moradores locais.

A situação fundiária dos parques nacionais não é muito diferente. Dados do ICMbio mostram que, dos 67 parques criados de 1937 à 2011, a situação fundiária é tão preocupante quanto das RESEX e destes apenas 15 tem suas terras totalmente regularizadas.

O mesmo ocorre com as demais unidades de conservação, como a única RDS Federal e a RDS Estadual de Mamirauá no Amazonas que também não têm a situação fundiária regularizada.

Diferentemente dessa situação, todos os PAE's, através da concessão de uso amparados por instrumentos jurídicos do SPU e INCRA, a meu ver, apresentam uma satisfatória situação fundiária aos camponeses, já que, apesar de não terem títulos definitivos sobre as áreas, onde trabalham e moram, detêm os direitos de se apropriar dos recursos das várzea, garantir sua sobrevivência e aferir recursos financeiros

Em primeiro lugar, em todos os PAE's criados foram celebrados contratos de concessão de uso entre o INCRA, Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e associação de "assentados", inclusive com publicação no Diário Oficial que levaram em consideração os diferentes padrões de agricultura e manejo da floresta, ou seja, a forma de apropriação e uso dos recursos naturais e os arranjos instrucionais. Segundo, nesses contratos de concessão está presente a impossibilidade jurídica de alienação, já que não há a transferência de domínio, mas somente a cessão de uso do bem, ao fim a que ele se destina.

Atualmente foram vinculados na mídia paraense (Diário do Pará, Edição 9894 p. A14) que o Instituto de Terras do Pará, com aval da Procuradoria Geral do

Estado, questionará judicialmente a dominidade das ilhas fluviais, lacustres e costeiras do Pará onde foram criados dezenas de PAE's nos últimos anos em acordo entre a SPU e INCRA. Para o atual presidente do ITERPA, Carlos Lamarão, essas áreas no Pará não pertencem ao patrimônio da União, mas ao patrimônio do Estado.

Em resposta às informações vinculadas na mídia sobre a dominidade das Ilhas do Pará, o atual superintendente da SPU do Pará, Lélío Costa, respondeu que “os dispositivos constitucionais afirmam que sobre as ilhas localizadas em zona, onde se faça sentir influências das marés, a União detém domínio diferenciado sobre as várias tipologias de áreas existentes sobre as mesmas” (Diário do Pará, Edição 9902, p. A7). Em outro trecho afirma que a regularização fundiária de áreas ocupadas por camponeses se dá “tão somente, sobre as áreas constituídas de várzeas, enquanto leitos de rios federais e terrenos de marinha de indiscutíveis domínios da União”.

3.4 PLANOS DE USO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Um dos requisitos para a criação dos PAE na região do Baixo Tocantins, em áreas de várzea (consideradas áreas de Marinha) é a cessão dessas áreas sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) à associação solicitante. Essa cessão é feita por meio de contratos que vincula ao mesmo um plano de uso elaborado pela associação que, segundo a legislação (Benatti et al., 2005), deve ser executado para não ser rescindido o contrato. O camponês pode planejar a utilização da propriedade de maneira parcialmente livre, devendo, todavia, obedecer à legislação agrária e ambiental.

O plano de uso ou plano de utilização não é um requisito apenas para a criação de PAE, mas também para a criação de PAF, PDS e para algumas Unidades de Conservação de Uso Sustentável que em seu roteiro metodológico básico para a elaboração dos planos de manejo, têm tal exigência, tais como as Áreas de Proteção Ambiental (APA), RDS, RESEX e Floresta Nacional (FLONA). Segundo Verônica Silva Veloso, Coordenadora da Coordenadoria de Plano de Manejo do

ICMbio, as áreas de relevante interesse ecológico e a reserva da fauna ainda não tem um roteiro metodológico básico para elaboração de plano de manejo, logo o plano de uso não é requisito para criação desse tipo de unidade.

Das unidades de conservação de uso sustentável regulamentadas pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002⁵ para os quais já foram disponibilizados um roteiro metodológico básico para a elaboração dos planos de manejo, a reserva particular de patrimônio natural é a única que não exige um “plano de uso”, mas exige um programa de manejo” (Ferreira, 2004 p. 43) que apresenta uma proposta de gestão um pouco diferente do plano de uso.

Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio, 2011) mostram que de maio de 2008 a março de 2010, foram apresentados 30 planos de manejo para as diferentes modalidades de unidades de conservação de uso sustentável. Até o final do ano de 2011, outros 62 devem ser apresentados, no entanto, ainda existe um número considerado de unidades de conservação que não elaboraram seu plano de manejo.

Para ficar claro, o ICMbio em sua instrução normativa nº 1 de 18 de setembro de 2007 trata como diferentes o plano de uso e o plano de manejo. Plano de manejo para o ICMbio significa o:

Documento que representa o principal instrumento de gestão da unidade de conservação, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica, construído junto com a população tradicional da unidade.

Já o plano de utilização “consiste nas regras internas construídas, definidas e compactuadas pela população da unidade quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. Este é o documento base para que seja firmado o termo de compromisso entre a população tradicional beneficiária da unidade que receberá a concessão do direito real de uso, e o Instituto Chico Mendes, assim como o plano de uso do PAE.

A ideia de Plano de Uso de propriedades rurais como um elemento orientador para o que deve ser realizado e como deve ser a maneira com a qual as

5 Sobre o processo de negociação para a aprovação do SNUC, ver MERCADANTE, Maurício, Uma Década de Debate e Negociação: a História da Elaboração da Lei do SNUC In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coordenador), Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Rio de Janeiro, Forense, 2001).

comunidades devem se relacionar com a terra e com floresta (e produtos nela explorados), é uma ideia presente, mesmo de maneira indireta, em diferentes escolas de pensamento que tratam sobre o desenvolvimento agrário, como a agroecologia e permacultura, por exemplo. No entanto, não existe um consenso sobre a importância prática desses planos para o sucesso das propriedades ou lotes.

Se considerarmos a afirmação de Wey et al. (2009, p.79) que “considera o uso da terra (e as mudanças ambientais) como o efeito de decisões tomadas por atores que buscam objetivos complexos, dadas informações-chave que eles têm sobre a situação em que eles próprios se encontram e tentam mudar”, concluiremos, sem muita dificuldade o quanto é ousado e desafiador elaborar um plano de uso que consiga unificar os camponeses, capaz de substituir a totalidade das variáveis levadas em consideração pelos atores que tomam decisões cotidianamente.

Para Treccani (2006, p. 454-485), o plano de uso é peça fundamental para consagrar as possibilidades e os limites de uso da terra e demais recursos. Para ele, os desafios a serem levados em consideração nesses planos em ecossistemas de várzea (como a Ilha de Sumaúma) são: o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas em nível de posse familiar, as normas a serem respeitadas pela comunidade e todo o ecossistema da ilha ou da unidade de conservação como um todo, caso o plano se destine a regular estas.

Apesar da falta de consenso sobre sua importância e o desafio que representa a elaboração desses planos, muitos continuam sendo feitos para atender o que pede a legislação. No entanto, é importante refletir sobre a orientação paradigmática por traz dos mesmos, tornando-se relevante entender como diferentes visões sobre o desenvolvimento rural que incorporam a preocupação com o meio ambiente propõem o planejamento do lote, ou unidade de produção, ou seja, quais são os princípios estruturantes que guiam tal planejamento do espaço de produção rural sugeridos por diferentes concepções.

Altieri (2002, p. 152), com base no paradigma da agroecologia, propõe que a estratégia chave da agricultura sustentável seja a restauração da diversidade na paisagem agrícola. Para o autor, a agricultura sustentável, geralmente, refere-se à busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas. Sendo assim, quando se planeja agroecossistemas, não devem ser considerados planos conclusivos, mas sim

princípios, entre os quais destaca: 1) agroecossistemas são formados por conjuntos de componentes abióticos e bióticos, ligados intimamente, formando uma unidade ecológica funcional, 2) os agroecossistemas podem ser estabelecidos em limites definidos, de maneira que possam se auto-regular; 3) Os agroecossistemas variam de acordo com a natureza de seus componentes, seu arranjo temporal e espacial e em relação ao nível de intervenção humana; 4) nenhum agroecossistema é uma unidade completamente independente e raramente têm limites biológicos bem definidos; e 5) os agroecossistemas podem pertencer a qualquer escala biogeográfica.

Mollison (1991, p. 13) propõe também princípios e não planos no planejamento do “Design do Sítio” com base no paradigma da permacultura. Segundo o autor, os princípios do projeto permacultural são selecionados a partir de várias disciplinas: ecologia, conservação de energia, paisagismo e ciência ambiental. Em resumo: 1) cada elemento é posicionado em relação ao outro, de forma que se auxiliam mutuamente; 2) cada elemento executa muitas funções; 3) cada função importante é apoiada por muitos elementos; 4) planejamento eficiente do uso da energia para a casa e os assentamentos (zonas setores); 5) preponderância do uso de recursos biológicos sobre o uso de combustíveis fósseis; 6) reciclagem local de energia; utilização e aceleração da sucessão natural de plantas, visando o estabelecimento de sítios e solos favoráveis; 7) policultura e diversidade de espécies benéficas, objetivando um sistema produtivo e interativo; e 8) utilização de bordas e padrões naturais para um melhor efeito.

No Brasil houve uma importante experiência registrada pelo Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – PROAMBIENTE, um programa do Governo Federal para o qual se tentou execução pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com algumas organizações sociais, e que inclui a elaboração do plano de uso com objetivo de ser

Uma ferramenta para o planejamento da família quanto às mudanças no uso da terra; ser uma base de projetos de crédito rural, do Termo de Ajustamento de Conduta e Licenciamento Ambiental e; ser uma pré-condição para a certificação de serviços ambientais (IBAMA, 2005, p. 7).

Diante dessas abordagens, caso no planejamento de lotes para o desenvolvimento rural se opte pela idéia de plano de uso, este deve ser visto como

produto de uma ação coletiva, ou seja, participativo, o que sugere todo um trabalho de animação, de acompanhamento, de construção de indicadores técnicos, sociais, econômicos e ambientais, de avaliação e de troca de conhecimentos entre os usuários.

Nessa construção, parece fundamental que os diferentes interesses de atores governamentais e representantes dos comunitários sejam reconhecidas e expostas nos espaços de discussão para serem negociados, a partir de um diálogo, no qual os conflitos não devem ser regidos a partir de uma norma, mas por um acordo concluído entre seus protagonistas. Para Simões (2005, p.12), tal acordo representaria uma entorse a uma concepção da lei e das regras como a expressão da vontade geral ou coletiva.

De acordo com Simões (2005 p.12), podemos dizer que no processo de desenvolvimento de um trabalho que se propõe participativo, os pedidos, os anseios imediatos constituem a demanda aparente, ou seja, uma manifestação dos desejos e vontades dos indivíduos que ficam sempre permeados por injunções de natureza diversas (política, ideológica, econômica, científica, etc). É necessário recorrer a uma mediação dessas injunções, a fim de chegar a uma situação de demanda negociada e definir assim, num campo de possibilidades, a ação-intervenção que será colocada em prática.

Parece-me que a ideia de plano de uso de propriedades rurais como um elemento orientador para o que deve ser realizado, ainda necessita de uma ampliação por parte do Estado da possibilidade flexibilizar a legislação ambiental adequando às demandas negociadas, tornando assim os planos de uso exequíveis e não apenas uma “lei morta” para algumas normas.

4. É DO CAMINHO DE PEQUENAS CANOAS QUE SAEM AS GRANDES RIQUEZAS: BAIXO TOCANTINS, IGARAPÉ MIRI E O AGROEXTRATIVISMO.

4.1 PERÍODO COLONIAL

O Rio Tocantins, um dos maiores rios do Brasil, é formado a partir dos rios das Almas e Maranhão, cujas nascentes situam-se na região central do país, no interior do Planalto de Goiás, percorrendo cerca de 2.400 km até a sua foz na Baía do Marajó, mais precisamente no rio Pará, próximo a Belém, capital do Estado.

Segundo Menezes, (2000, p. 92), o Rio Tocantins já foi chamado de Rio Pará, e durante um período de Rio das Canelas em função da presença dessa especiaria em suas margens no período inicial da colonização europeia. Seu leito é geograficamente dividido em três partes: o Alto Tocantins, que corresponde ao segmento entre suas nascentes e a Cachoeira do Lajeado no Estado do Tocantins, com uma extensão de 1 060 km e desnível de 925 metros; o Médio Tocantins, que compreende o percurso entre Cachoeira do Lajeado e Cachoeira do Itaboca, com extensão de 980 km e desnível de 149 metros, sendo que essa cachoeira encontra-se “afogada” pelo reservatório da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHT); e o Baixo Tocantins, que compreende o segmento entre a Cachoeira de Itaboca até sua foz, com 360 km e desnível de 26 metros, incluindo parte do reservatório de Tucuruí.

Esse último trecho do rio deu nome a região que ficou conhecida como Baixo Tocantins, localizada ao Norte do Pará, abrangendo uma área de 36.024,20 Km² (MDA, 2011), formada atualmente por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

O Baixo Tocantins é uma das áreas de colonização europeia mais antiga da Amazônia. Segundo Menezes (1994, p.39), estiveram na região, antes dos portugueses, colonizadores franceses, ingleses e holandeses que ao chegarem encontraram uma numerosa população indígena, todos pertencentes ao grupo étnico dos Tupinambás. Em 1610, os franceses estabeleceram uma feitoria na foz do Tocantins.

O primeiro povoamento português nessa microrregião data de 1617 quando Frei Cristóvão de São José, religioso dos Padres Capuchos da Ordem de Santo Antônio, subiu o Rio Tocantins, desembarcando “numa margem de terra à esquerda do Rio”, iniciando a “civilização” cristã entre os índios Camutás, cuja derivação para Cametá deu nome à vila fundada em 1635 (MENEZES, 1994, p.40).

A descrição do Rio Tocantins feita pelo Jesuíta João Daniel (citado por Menezes, 1994), mostra que esse rio era cominho seguro para os navegantes se protegerem das correntes e das ventanias da costa marítima. O Rio Tocantins ou antigo Rio Pará facilitava a comunicação com as minas de Mato Grosso desde que o navegador fosse bom conhecedor de seu leito, pois nas vazantes das marés, os bancos de areias encalhavam as embarcações que eram obrigadas a esperar a nova maré para poderem seguir em frente.

No período colonial (período que inicia 1500 até 1822) essa região passa por transformações decorrentes da colonização portuguesa realizando mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena, e que visava à, prioritariamente a diminuição da organização social dos índios, assim como, a desestruturação tecnológica da atividade produtiva. Segundo Menezes (2000, p. 92), resultaram em mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas, ou ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha das prioridades.

As modificações dos sistemas agrários apoiaram-se em relações sociais escravistas, transformando o índio extrativista em escravo das matas e capoeiras, juntamente com o negro de origem africana, mão-de-obra esta que ajudou na transformação das paisagens, resultando sistemas agrários voltados para o mercado internacional em expansão.

Foram desconsideradas as relações de produção e os sistemas agrícolas locais de um espaço onde as técnicas tinham sido definidas durante gerações, representadas nos meios de exploração entre elas e o meio ambiente. Na ótica mercantilista, estas formas estavam fora da nova configuração de produção estabelecida para este território.

Estas modificações resultaram, entre outras, na perda, aos dos sistemas de manejo dos recursos florestais praticados pelos indígenas, extremamente diversificadas, que não foram internalizadas amplamente pelos novos habitantes da

Amazônia. Talvez por escaparem aos moldes, interesses e racionalidades inauguradas com a colonização portuguesa e as novas formas de produção que serviram aos interesses mercantis.

Menezes (2000, p. 96) cita que, em consequência das políticas Pombalinas⁶ desencadeadas na região, desconsiderou-se os limites físicos e socioculturais, como por exemplo, os climáticos, explicitados na tentativa do cultivo do trigo no Vale do Xingu em 1710, onde a média de temperatura anual está acima de 27°C e o índice pluviométrico atinge 2.200 mm, o que é inadequado a esta cultura que exige temperaturas amenas.

A racionalidade econômica introduzida pelos europeus e estimulada com maior intensidade no período pombalino inaugura na região transformações nas regras de gestão e manejo dos recursos naturais, prevalecendo os interesses do reino português de se apropriar de tais recursos e transformá-los em riquezas e, assim, atender o mercado europeu em pleno desenvolvimento, substituindo pela força as regras antes estabelecidas pelos nativos que ocupavam a região.

A cultura indígena na região do Baixo Tocantins se caracterizava pela mobilidade de grupos que circulavam de áreas onde os recursos tinham sido reduzidos para novas áreas com abundância de recursos, sendo que a cota média retirada, no geral, não ultrapassava a cota média de reabastecimento, sendo a gestão sustentável por tempo indeterminado. Enquanto que a exploração intensiva de recursos lenhosos, sob o comando do governo português na mesma região revelada nas fábricas reais de madeiras, ainda no século XVIII, já causava desequilíbrio na dinâmica dos ecossistemas (Menezes; Guerra, 1998, p. 125), sendo a cota retirada de madeira superior à capacidade de reposição. Fato também observado com o cultivo da canela (*Cinnamomum zeylanicum* s.p.) que desapareceu das matas, restando apenas nos quintais das casas (MENEZES, 2000, p. 118).

6 Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, (Lisboa, 13 de Maio de 1699 - Pombal, 8 de Maio de 1782) foi um nobre e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa. De maneira geral, o projeto pombalino caracterizaria em uma postura regeneradora sobre o estado português, que tomariam parte alguns elementos da elite lusa brasileira, onde um dos princípios desta nova postura seria a reavaliação acerca das condições envolvendo as relações Metrópole-Colônia, haja vista que o Brasil começaria a ser colocado como centro de atenções deste projeto, dado numa perspectiva de melhor execução do potencial de suas riquezas, uma vez que se julgou serem sub-aproveitadas, levando a possíveis desperdícios ou desvios sobre esta apuração econômica, visto em particular sobre o cenário amazônico.

A política pombalina resultou na instalação de sete fábricas reais de madeira no vale do Tocantins, localizadas às margens dos rios e seus nomes batizaram às povoações de índios e colonos no período colonial. Entre essas povoações podem ser citadas Moju, Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Acará, Barcarena, Conde, Baião e Beja. Estas eram administradas localmente pelos diretores coloniais, sob o controle da Conservadoria das Matas, instituição ligada ao programa de soerguimento do reino, lançado pelo Marquês de Pombal (PRADO JÚNIOR, 1992, p.216-217).

Segundo Lobato (2007, p. 27), no reinado de Dom João V, na atual a cidade de Igarapé-Miri, foi construída uma fábrica nacional para o beneficiamento de madeiras com alta qualidade e que eram exportadas em abundância para Belém, Segundo este autor,

Das Fabricas Nacionais da Província do Grão Pará, a de Igarapé-Miri foi a que mais se desenvolveu, concorrendo para isso o fato de estar situada em terrenos planos, sólidos e férteis, que se estendiam desde o Rio Santana de Igarapé-Miri, pelo centro, até o Rio Itanimbuca, numa distância de légua e meia. Acrescenta-se a circunstância de lá não serem conhecidas as febris palúdicas, que grassavam em grande parte no interior da província do Grão Pará (LOBATO 2007, p. 27).

Segundo Menezes; Guerra, (1998, p. 128) até mesmo a fragata Carolina que serviu de apoio à frota que transportou a família real portuguesa para o Brasil, em 1808, teria sido construída com madeiras provenientes da fábrica localizada em Igarapé-Miri.

A origem deste município tem uma forte ligação com a política manufatureira de Portugal, que criou as Fabricas Nacionais da Província do Grão Pará. Segundo Lobato (2007, p. 27), os anos que antecederam o século XVIII serviram para firmar, definitivamente, as bases do domínio português na região que, após expulsarem britânicos, holandeses e franceses das fortificações que haviam construído, possibilitaram a penetração dos colonos, em escala maior, nas zonas até então pouco explorada.

No início do século XVIII, João de Melo de Gusmão conseguiu em 10 de outubro de 1710 o registro mais antigo de cessão de área que se tem da região feito pelo Governador e Capitão General do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire.

Observa-se que, desde o início, a cessão de terras através de “Sesmarias”⁷ na região, não visava contemplar os camponeses e comerciantes, muito menos os povos indígenas que ali já se estabeleciam, pondo em evidência os interesses do governo português e a origem dos problemas agrários no município.

Segundo Lobato (2007, p. 28), esse ato do governo causou grande descontentamento aos que ali já estavam estabelecidos, e boa parte desses descontentes dirigiu suas reclamações ao Governador, que não os atendeu, sendo a “sesmaria” confirmada por Dom João V, em 20 de janeiro de 1714.

Nesse mesmo período, nos idos de 1700, segundo Lobato (2007, p. 55), chegou uma pessoa a Igarapé-Miri, com o apelido de Pernambuco, apelido esse que já indicava sua origem. Ele trouxe determinada quantidade de mudas de cana-de-açúcar que foram plantadas ao longo dos rios, como o Rio Anapú, Rio Panacauéra e outras partes da freguesia de Santana de Igarapé-Miri, primeiro nome dado ao município.

Com o progresso da produção de cana de açúcar, em 1712, foi possível instalar um pequeno engenho movido à água proveniente de uma represa montada no Igarapé da Calha. Nele fabricava-se mel, rapadura e açúcar mascavo e, posteriormente, aguardente feito em alambique, um tipo de caldeira em alvenaria. Estes engenhos aos poucos foram suplantando as lavouras de urucu (*Bixa orellana*) e algodão (*Gossypium sp.*) que foram os principais cultivos desde o século XVII (LOBATO, 2007, p. 99).

O desenvolvimento dos segmentos ligados à cana-de-açúcar no Baixo Tocantins, a partir do século XVIII, estimulou outras atividades nas várzeas da região, entre as quais a instalação de fábricas para o beneficiamento de produtos primários, alguns produzidos lá mesmo, destinados à exportação, destacando-se as usinas de arroz, atanados de couros e madeiras (AHUM, 1755-1776: Caixa n°. 15 e 27; 1783-1785, Caixa n°. 43 apud MENEZES; GUERRA, 1998, p. 128).

7 Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção: O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função. Este sistema surgiu em Portugal durante o século XIV, com a Lei das Sesmarias de 1375, criada para combater a crise agrícola e económica que atingia o país e a Europa, e que a peste negra agravava. Quando a conquista do território brasileiro se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, com algumas adaptações.

O projeto português apresentou dois momentos econômicos que comprometeram a regeneração dos recursos da floresta. O primeiro baseado na intensificação das atividades extrativistas, principalmente de madeira, e um segundo marcado pela experimentação desses produtos visando à transição para sistemas agroextrativistas.

A presença abundante de madeira, material nobre da construção em geral nos séculos XVII e XVIII, foi uma das descobertas mais importantes para impulsionar o interesse do colonizador na Amazônia. No entanto, ainda no século XVIII, a escassez de madeira se fazia sentir por todo o vale do Tocantins, sendo necessárias expedições por outras regiões do vale amazônico para suprir as necessidades das fábricas reais. Menezes; Guerra (1998, p. 132-133) afirmam que “compatibilização da velocidade da exploração das madeiras com o tempo de regeneração das espécies é, como se verifica pelos documentos aqui apresentados, um problema antigo”. Já no século XVIII, o problema obrigou praticamente a uma pausa no processo exploratório ou no deslocamento das usinas para outros locais.

O que se observa, a partir dos documentos históricos usados para descrever as atividades agroextrativistas, é que no período colonial a principal mudança induzida sobre o manejo dos recursos naturais pelos portugueses foi a exploração de árvores para o aproveitamento da madeira, tornando-se assim, o principal produto extrativo da região.

Paralelo à exploração da madeira e a transferência de material genético de cana-de-açúcar para as várzeas dos rios da região, aos poucos a produção canavieira ganhou espaço na economia de Igarapé-Miri como espécie exótica incorporada aos recursos da região, assim como, o arroz e o algodão. Somado a isso, não se pode deixar de citar as atividades de manejo desenvolvidas pelos indígenas próximo as cidades de Cametá, Baião, Conde e Moju.

Resquícios de um mocambo de índios, segundo Menezes; Guerra (1998) mostram que ele era organizado com casas e muitas plantações de mandioca. A cultura indígena na região era de uma civilização semi-fixa. A permanência em uma determinada área para o plantio de víveres, a caça e a pesca tinha um limite no tempo. Esgotados os recursos da área ocupada migravam para novos espaços, o que permitia a regeneração ou mesmo o adensamento de algumas espécies comestíveis como a castanha e o cupuaçu. A lógica de migração dessas comunidades foi alterada pelas novas formas de organização do trabalho impostas

pelos colonizadores, comprometendo a vida dessas populações, assim como, ameaçando algumas espécies de extinção.

A região, onde hoje se localiza o Projeto Agroextrativista (PAE) Ilha Sumaúma, não ficou à margem desse processo de exploração e manejo dos recursos naturais que deu origem ao Município de Igarapé-Miri. Segundo Lobato (2007, p. 55-56), por volta de 1700 já havia camponeses na ilha, precisamente, na comunidade Vila Menino Deus. Foi nessa ilha, banhada a oeste pelo rio Anapú, que a cana-de-açúcar foi introduzida no município. Um tempo depois foi instalado um engenho d'água nas margens do Rio para a produção de mel, rapadura, açúcar mascavo e, posteriormente, água ardente.

A atividade econômica com base na cana-de-açúcar resultou em significativas transformações na parte da ilha banhada por esse rio. A Comunidade Vila Menino Deus, ainda no século XIX, mantinha-se na frente do movimento forense, industrial e político da região, tendo importado da Inglaterra, inclusive, equipamentos e maquinários para os engenhos.

Desta vila saiu um dos primeiros Deputados Estaduais da Constituinte de 1891, o Coronel Vitorino Gonçalves de Castro. E no século XX foi escolhido o Ministro da Agricultura Geminiano Lira Castro, “filho da ilha”, no Governo do Presidente Washington Luiz.

4.2. CABANAGEM E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Desde o período colonial existe um importante tráfego fluvial nos rios e afluentes do Rio Tocantins, assim como, em outros rios próximos (Rio Pará e Rio Amazonas), antes realizado em embarcações de pequeno porte pertencentes aos camponeses e comerciantes que faziam transporte de bens e pessoas principalmente entre Igarapé-Miri e Belém e ainda para cidades do Baixo Tocantins, Manaus e Santarém, levando da cidade produtos resultantes do agroextrativismo e trazendo para a mesma, gêneros de necessidade básica para abastecer os comércios e conseqüentemente as famílias.

Segundo Lopes (2005, p. 121), na década de 1840, uma das preocupações dos presidentes da província do Grão-Pará centrava-se na

reestruturação do comércio interno e de toda vida social. Isso, porque as lutas pela independência (1823) e a cabanagem (1835) abalaram o movimento portuário, indicador das atividades de exportação e importação.

Não houve um ponto do território que estivesse isento daquilo chamado pelas elites como problema. Andréa (1838 apud LOPES, 2005) escrevia:

Não me consta que alguma outra parte da província escapasse ao furor dos malvados, assim, foram destruídos a maior parte dos Engenhos e Fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação, e extinta até a sementeira dos gêneros mais preciosos ao sustento ordinário; e há districtos aonde não deixaram vivo um só homem branco; e, por toda parte se sente a falta de população de todas as classes Andréa (1838 citado por LOPES, 2005).

A luta que ocorreu no Pará entre 1835 e 1840, conhecida como cabanagem, foi:

A revolução popular mais importante da Amazônia e entre as mais significativas da história do Brasil. Explodiu depois de declarações de independência, pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo central em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar a cidadania (DI PAOLO, 1985, p. 143).

A região do Baixo Tocantins foi um dos “epicentros” da revolução cabana, sendo Cametá um dos centros de refugiados políticos e uma base de defesa. Seguindo o exemplo de Cametá, em várias comunidades foram surgindo movimentos idênticos: Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu (atualmente comunidade de Igarapé-Miri), Igarapé-Miri, Moju, Conde, Beja e Ilha do Marajó. Como descreve Di Paolo (1985, p.113) “a região do Tocantins em pouco tempo ficou em armas: o fogo revolucionário das tabas, semi-apagados debaixo das cinzas, aflorava”. Para Di Paolo (1985 p. 111), talvez o maior exemplo do “cabanismo” no Pará tenha sido a região do Baixo Tocantins, por ser uma região com muitos engenhos e concentração de escravos.

Deste período poucas informações existem sobre a economia baseada nos produtos agroextrativistas do Município de Igarapé-Miri, no entanto, acredita-se que em função da retração da circulação de mercadorias e, conseqüentemente a redução da oferta dos produtos, a atividade extrativista também tenha se reduzido, principalmente os produtos voltados para o mercado de Belém. Lopes (2005, p. 121)

afirma que os pequenos e grandes comerciantes tinham receio de ter suas fazendas, engenhos, armazéns e lojas saqueados pelos cabanos.

Parece que o movimento em luta pela independência e pela revolução da cabanagem também interferiu diretamente no plantio de cana-de-açúcar nessa região, reduzindo mão de obra disponível (vítima da revolução) e destruindo engenhos, resultando também em prováveis mudanças no manejo dos recursos naturais. Segundo Marcoy (2001, p. 227) os barcos nessa época transportavam principalmente borracha, mel, água ardente, noz de sapucaia ou óleo de andiroba até Santana, maior povoado de Igarapé-Miri, de onde eram despachados para Belém.

Segundo Lopes (2005, p. 143), na pós-cabanagem vive-se um momento de florescimento comercial da província, sendo possível articular os diversos elos que se entretecem a partir das práticas mercantis que foram impulsionadas pelo estabelecimento da navegação movida por barcos a vapor. As políticas adotadas pelas autoridades provinciais revestiram-se em questões fundamentais para viabilizar o aumento da produção e a circulação de gêneros agrícolas e extrativos para os centros comerciais.

4.3 CICLO DA BORRACHA

O Ciclo da borracha constituiu uma parte importante da história econômica e social do Brasil, estando relacionado com a apropriação e comercialização do látex, seiva retirada do caule (painel) da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e de outras plantas (entre elas a mangabeira), e que dá origem a borracha. Este ciclo teve o seu centro na região amazônica, proporcionando grande expansão da colonização, atraindo riquezas e causando transformações culturais e sociais, além de dar grande impulso às cidades como Manaus e Belém, até hoje maiores centros urbanos e capitais da Amazônia brasileira.

Analisar o papel exercido pela economia gomífera e pelo sistema de aviamento na conformação do modo de organização social que viabilizou a reprodução social de camponeses e a acumulação de riquezas pela elite comercial no Baixo Tocantins, não significa nesta pesquisa estudar a história econômica da

região no período de 1850 até 1970. Mas compreender a formação do modo de gestão e manejo dos recursos naturais e circulação dos produtos extrativos, que teve na borracha o produto principal da economia de alguns municípios que compõem a região, principalmente Cametá.

A economia gomífera, que tinha no aviamento um dos seus principais suportes básicos contribuiu significativamente para a balança comercial brasileira. Sua importância foi tão significativa que desde 1898 o produto respondia por pelo menos 20% das exportações brasileiras, atingindo 40% do valor das exportações em 1910.

Em 1908, a Amazônia registrou um superávit comercial de 127.848 contos, passo que o dado para o Brasil como um todo era de apenas 138.519 contos (WEINSTEIN, 1993). A economia gomífera da Amazônia era responsável por mais de 90% do superávit daquele ano. Como a Constituição da República de 1891 estabeleceu a descentralização fiscal e administrativa, foi possível aos estados da Amazônia lograrem altos índices de arrecadação de impostos, o que possibilitou uma série de investimentos em obras urbanas.

Ferreira Reis (1953) fornece indicações claras sobre as áreas que produziam borracha já em 1830, dando destaque entre outras regiões a do Rio Tocantins:

Os seringais localizavam de preferência nas regiões das ilhas, inclusive o Marajó alcançando o Xingu e o Jary, no Capim, no Guamá, no Acará e no Moju. As populações ali localizadas eram eminentemente mestiças ou tapuias e aos poucos vinham abandonando as tarefas agrárias para dedicar-se a borracha [...] Esses trechos eram em grosso modo, no Baixo Amazonas, no Jari, no Tocantins, nas ilhas do Delta, nos cursos fluviais, nas cercanias de Belém, no Marajó (FERREIRA REIS, 1953, p. 53, p. 78).

O sistema de aviamento que marcou e ainda marca as relações econômicas da região do Baixo Tocantins e na Amazônia, tem sido objeto de estudo de diversos autores que tentam compreender a chamada economia gomífera da Amazônia. Como descreve Santos (1980, p. 155), o aviamento surge e tende a repetir-se em toda área econômica na qual estejam presentes as seguintes características:

- a) a base de recursos naturais ampla e de difícil acesso;
- b) técnicas de produção atrasadas;

- c) a participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo;
- d) a presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou agentes capazes de exercê-las;
- e) ligação dessas lideranças com um mercado monetarizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito;
- f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área.

O quadro construído e minuciosamente detalhado por Santos (1980, p. 160) explica o sistema como sendo uma rede que envolve desde agentes econômicos do mercado internacional, casas de aviadoras exportadoras, aviadores de primeira linha, aviadores de segunda linha e extratores, se tomarmos como referência para a discussão o aviamento no Baixo Tocantins observaremos que em Igarapé-Miri atuavam aviadores de terceira e segunda linha que funcionavam como uma espécie de entreposto na rede de aviamento passando mercadoria importada, cadeia abaixo, para os extratores nos seringais e carregando no sentido inverso o produto físico do interesse do comerciante, a borracha, ou como era chamado o produto da região, o “Cernambi-Cametá”. Esses percursos do aviamento envolviam agentes desde as matrizes em Nova Iorque ou Liverpool até os extratores nos seringais.

O Sr. Pedro Geraldo, morador do PAE Ilha Sumaúma, na sua fala descreve o funcionamento do sistema de aviamento na Ilha:

Só as mulheres que cortavam seringa, a mamãe chegou cortar também. Aquelas velhas passavam o dia no mato, quando voltavam chegavam feder a borracha. Vendiam pro Nanito ou pro papai, que vendia pra Namor Costa na cidade (informação verbal)⁸

A fala do seu Pedro, além da descrição do mecanismo de aviamento que contava com seu pai como comerciante de terceira linha, demonstra ainda, uma divisão social do trabalho, ficando para as mulheres de mais idade o papel de extrair esse recurso das matas da Ilha.

⁸ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

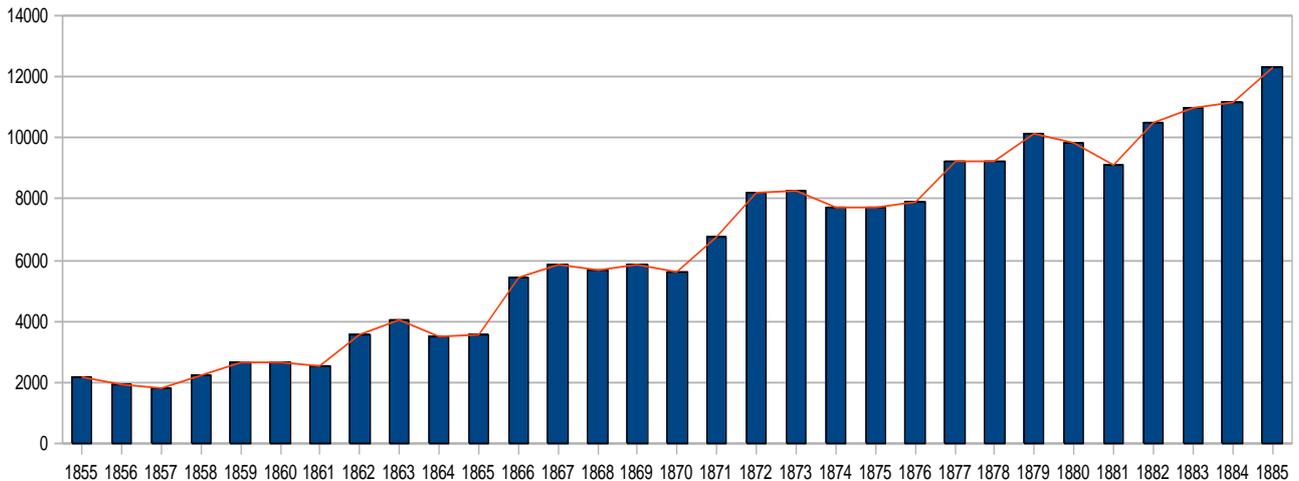


Gráfico 1 – Exportação de borracha da Amazônia, 1855-85 (toneladas)
 Fonte: Le Cointe, vol. 2, p. 432-4

Mesmo com a crescente exportação da borracha a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX para a Europa e Estados Unidos utilizada, principalmente, na indústria automobilística representando um importante produto para vários municípios do Baixo Tocantins, a economia da borracha não representou uma importante atividade na Ilha de Sumaúma ao ponto de desbancar em importância a economia da cana-de-açúcar.

Os relatos dos moradores mais antigos da ilha demonstram que a borracha tinha a mesma importância econômica que os outros produtos coletados na complementação da renda dos camponeses, como afirma dona Raimunda, moradora da ilha:

[além da extração do látex] Também faziam louça de barro, paneiro, peneira, mão de judá (pegar ucuuba), casco, tiravam pele de animais, prestavam serviço de calafate e carpinteiro sempre tem serviços, quando tu termina um trabalho já tem outro (informação verbal)⁹.

A forma de extração da borracha em Igarapé-Miri empregava instrumentos rústicos que danificavam a planta, reduzindo sua produtividade. O uso de machadinha danificava o painel da seringueira criando calosidades no caule conforme ainda hoje é possível verificar nas árvores da Ilha Sumaúma (foto 2).

⁹ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

A mamãe ia todo dia bem cedinho pro mato com o machadinho e um paneiro cheio de casca de uruá (foto 2), ia com paneiro pois naquele tempo não existia essas sacas de plástico, ia junto com a tia Mira e com barro colava em todas cascas nas árvores. No outro dia elas só iam pegar (Pedro, morador da Ilha em informação verbal)¹⁰.



Foto 2: Calosidade no painel da seringueira (*Hevea brasiliensis*) provocados pelo uso da machadinha

Fonte: Sacramento, 2010



Foto 3: Uruá (*Pomacea canaliculata*): sua "casca" era utilizada na coleta de látex

Fonte: Sacramento, 2010

Durante a Segunda Guerra Mundial, o extrativismo da borracha voltou a ser incentivado e atraiu várias famílias para os seringais, no entanto não se verificou um grande fluxo migratório para Igarapé-Miri, muito menos para a Ilha de Sumaúma. No pós-guerra o extrativismo terá por prioridade a extração de madeira, principalmente após o fim do ciclo da cana-de-açúcar.

4.4 TEMPOS DIFÍCEIS

Na década de 1980, a região do Baixo Tocantins passa por profundas transformações, resultante da implementação de grandes projetos de infra-estrutura

¹⁰ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

durante os governos militares e Igarapé-Miri também foi afetada por essas mudanças.

A atividade de pesca foi fortemente abalada pela construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí que, a partir de 1983, teria levado à redução de muitas espécies, principalmente o Mapará (*Auchenipterus nuchalis*). A vegetação da região ficou comprometida com atuação de serrarias (abertas após a abertura da rodovia PA 150, atual BR-155) e da indústria de palmito, responsável pela redução do mais tradicional alimento da população local: o açaí.

Essas fábricas começaram a se instalar nas regiões de várzea ainda na década de 1970, a partir do esgotamento das fontes de palmito jussara (*Eutherpe edulis*) na Mata Atlântica e a possibilidade de exportar esse produto para outras regiões do Brasil via a recém inaugurada BR-010, a rodovia Belém-Brasília. Como a cota de palmito retirado da região do Baixo Tocantins foi superior à cota de regeneração do ecossistema, não demorou para que as abundantes touceiras de açazeiros sofressem com o corte indiscriminado.

Isso acontecia em decorrência do preço baixo do açaí no mercado, o que fazia o camponês optar em vender o palmito que tinha na época, maior cotação. Esse tipo de manejo adotado para o açazeiro, segundo Cunha (2006, p. 6), afetou o estoque de frutos para a dieta alimentar da população, baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí.

A conclusão da estrada BR-010 ligando o mercado de Belém ao restante do Brasil, expôs os produtos produzidos na própria região à concorrência com os produzidos no centro sul do país. Isso causou uma mudança significativa na economia do município de Igarapé-Miri, tendo em vista que o custo de produção dos produtos derivados da cana-de-açúcar no centro sul serem mais baixos, em função, principalmente, do nível tecnológico empregado em toda a cadeia produtiva, que era bem superior ao empregado no Baixo Tocantins, o que viabilizava a produção mesmo com o custo do transporte, chegar ao mercado de Belém sem oferecer as mesmas condições de concorrência com aqueles produzidos pelos produtores do Baixo Tocantins.

Como conseqüência, dos 54 engenhos que produziam açúcar e cachaça em 1975, apenas nove restavam em 1983 e na década de 1990 praticamente todas desapareceram. Ex-proprietários de engenhos mudaram-se para Belém, onde abriram grandes supermercados, como o *Líder* e o *Nazaré*.

Muitos trabalhadores rurais ficaram desempregados, isolados, sem trabalho e sem possibilidade de produzir com competitividade. Sem esquecer a redução dos recursos naturais como o pescado, que inviabilizou a sobrevivência de muitas famílias na região. Parte destas migrou para a cidade de Igarapé-Miri ou para a capital Belém, formando um significativo contingente de moradores de bairros periféricos dessa cidade como Jurunas, Condor, Guamá e Cidade Nova.

5. ANALISAR AS REGRAS INSTITUÍDAS PELO PROJETO

5.1 CONSTRUÇÃO DAS REGRAS

Segundo Berger (1985 p.15), o mundo é um empreendimento socialmente construído. O homem constrói a sociedade e a sociedade constrói o homem de maneira que, considera-se a sociedade como um fenômeno dialético no sentido de ser produto do homem, que, no entanto, retroage continuamente sobre seu produtor.

Tendo como referência a visão de Berger sobre a sociedade, pode-se afirmar que as cinco comunidades existentes no PAE Ilha Sumaúma são produtos de processos sociais únicos que determinam práticas diversificadas no que se refere à relação com o ambiente, à apropriação dos recursos naturais, ao cultivo agrícola e aos tipos de cultura produzidas ou à forma da criação de animais.

Essa diferença se expressa, ainda, no modo de vida da população que reside nos ambientes de várzea e nas formas de sociabilidades dos camponeses entre si e com atores externos à ilha. Entre outras coisas, a locomoção dos mesmos apresenta diferenças quando comparadas com outras comunidades rurais, já que esta se dá quase que exclusivamente através dos cursos d'água usando canoas, barcos ou rabetas. Dificultando o contato constante das famílias das comunidades entre si e com os agentes externos, sendo que a comunicação principal se dá de forma unilateral, através do rádio e da televisão.

Friedberg, apud Schmitz, 2010 (1993, p. 394) considera importante as dinâmicas endógenas baseadas nas estruturas e nos mecanismos de cooperação, as quais analisa não como algo dado objetivamente e muito menos estável, mas como características particulares em que os atores internalizam elementos importantes que constituem suas personalidades, compostas por valores, regras de convivência, assim como, arranjos institucionais (usando o sentido neo-institucionalista de Ostrom, 1990) que definem entre outras coisas as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias, a distribuição de benefícios, ligados à gestão do sistema de recursos naturais da ilha.

Como mencionado no capítulo anterior, a partir da chegada dos europeus na região, houve significativas mudanças no contexto da ilha. O ambiente, antes povoado por pessoas que moravam nas várzeas há muitos anos e que tinham estabelecido suas formas de relação com o ambiente, a partir de uma cosmovisão que abrangia saberes ambientais, valores, regras de convivência, ideologias e identidades, construídas geralmente a partir do espaço geográfico das várzeas, foi significativamente modificada com a expansão da cosmovisão imposta pelo portugueses.

Esta pesquisa não pretende detalhar as evidências das modificações ocorridas a partir do século XVI pelos europeus que ainda podem ser observados através da população da região. Foram caracterizadas algumas dessas mudanças mais profundas apoiando-se nos estudos de Bourdieu (2003 p. 05-16) que as examina como transformações nas estruturas estruturantes.

Sistema de disposição durável, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura, as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2000, 15).

Tais estruturas, a partir de então, passaram orientar significativamente as ações dos que se estabeleceram e dos que já estavam presentes na região e são observadas nas relações de organização familiar, no Estado, na religião católica, na língua portuguesa, etc.

Segundo Neves (2005, p. 122), a partir do século XVII, os investimentos intermediários postos em prática por diversas ordens religiosas marcaram o tom do caráter da colonização portuguesa, atrelada às ações mais consistentes de reconversão de grupos indígenas. Destaca-se então o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña, autorizado por Felipe IV da Espanha a viajar pelo rio Amazonas em companhia do capitão-mor Pedro Teixeira, para realizar exaustivo levantamento sobre os habitantes e as riquezas a serem exploradas.

O resultado dessa interação entre europeus, africanos e indígenas em um ambiente com as características do meio biofísico das várzeas, combinados com relações sociais que favoreceram a dominação política, econômica e militar

portuguesa, assim como, as transformações socioeconômicas que ocorreram ao longo dos séculos na região ajudaram a estabelecer uma totalidade cultural que ainda prevalece nas regras que norteiam as relações entre os membros da ilha, os valores e princípios instituídos pela Igreja Católica.

Os portugueses ajudaram significativamente na constituição de uma cosmovisão herdeira de variações históricas complexas que internalizaram regras de gestão dos povos “originários”, assim como, de africanos que foram explorados como escravos na região. Disso tudo o que parece dar mais estabilidade às regras, como fonte mais poderosa, é o que Berger (1974 p.38) chama de Cosmo Sagrado¹¹.

Uma das mudanças ocorridas ao longo do tempo na região do Baixo Tocantins, uma delas foi a criação das comunidades estimuladas pela Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970. A função exercida por membros da igreja nesse período teve grande importância no processo de formação política e no fortalecimento dos movimentos sociais da região.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) entraram na região e “passearam” por um caminho que já estava construído a longas datas pela igreja católica. Essas comunidades surgiram em um contexto político da ilha marcado sobremaneira pelo coronelismo e paternalismo por parte dos comerciantes e donos de embarcações. Ajudaram a promover uma ruptura das “irmandades”, organizações religiosas católicas que promoviam eventos de devoção de santos nas casas dos “caciques” políticos locais que se favoreciam da estrutura religiosa para impor ou ampliar seu domínio político.

Esse trabalho de formação política por parte da Igreja Católica criou mudanças na manifestação do sagrado na Ilha Sumaúma, de modo que, atualmente, que são externalizados de forma marcante pelos moradores são especialmente os princípios instituídos pelo “novo catolicismo”, influenciado pela criação das CEB.

Para Sanchis (1988, p. 9) a característica desse “novo catolicismo” é o fato de que seus seguidores são orientados a identificar o mundo como algo desencantado e racional, típico da Teologia da Libertação (TL)¹². Nesse pensamento

¹¹ Esta definição é tirada de Rudolf Otto e Mircea Eliade, para a discussão do problema de definição da religião em um contexto sociológico. Berger (1974 p.38).

¹² A teologia da libertação é uma corrente teológica que engloba diversos pensamentos cristãos desenvolvidas em regiões pobres do mundo, principalmente na América Latina a partir dos anos 70

não é o mundo sobrenatural que, em última instância, dirige e define o mundo natural, mas o próprio ser humano, através de suas construções sociais e lutas políticas. Isso levou a Igreja Católica a apresentar, sobretudo na América Latina, sua mensagem mais em termos éticos (paz, justiça, direitos etc.) que em termos estritamente teológicos ou transcendentalizados.

Apesar da inserção de uma noção de racionalidade na interpretação dos fatos sociais que ocorrem na Ilha Sumaúma, introduzido a partir da criação das CEBs, a forma de compreender e legitimar o que ocorre e do que está instituído na ilha, não deve ser vista como algo livre da cultura, como sugere Sanchis, pois muito do que acontece na ilha ainda é analisado por seus moradores como um fenômeno de natureza metafísica e sobrenatural.

Dessa forma, a “visão racional” dos camponeses da ilha apresenta elementos complexos ligados à cultura que ajudam a dar sentido ao que é considerado problema ou não. Tal racionalidade resulta de uma combinação própria das relações que os moradores estabelecem entre si e com o sagrado, que influencia na criação de normas de gestão dos recursos naturais entre eles e ajuda a originar soluções para superar de seus conflitos, ao mesmo tempo, cria a obediência às normas religiosas.

Há nesse universo um conjunto de regras sociais formando um *habitus*, que funciona como um princípio prático, sendo que a conduta “obedece a uma lógica da prática, a lógica do fluido, do mais ou menos, que define a relação cotidiana com o mundo” (BOURDIEU, 1999, p. 98). A influência dos princípios difundidos pelo cristianismo católico está presente na Ilha quando se observa regras que se opõem à apropriação de pertences alheios, que condenam aquilo considerado pecaminoso e valorizam a ajuda ao próximo necessitado e a fraternidade, entre outros. Essa solidariedade entre os camponeses contradiz a racionalidade identificada por Hardin (1968), que consolidou a crença de que o manejo de recursos naturais baseado na propriedade “comunitária” estava destinado a provocar a ruína ambiental, ou seja, “a tragédia dos comuns”.

No entanto, por mais que os indivíduos continuem defendendo preferencialmente seus próprios interesses, para os membros da ilha, esses não são exclusivamente de natureza econômica, como aparece no cerne das idéias

do século XX, baseada na orientação das ações da igreja católica contra a pobreza e pela libertação (Wikipédia, 2011).

defendidas por Hardin da impossibilidade da ação coletiva para regular o uso do sistema de recursos. Existem outros interesses, principalmente de influência religiosa, que permitem de explicar as situações, nas quais os indivíduos se engajam em ações coletivas a nível local para gerir os recursos comuns. São muitas vezes bem sucedidas se considerarmos como de sucesso (ou fracasso) o mesmo utilizado por Feeny et al. (1990): o da sustentabilidade ecológica como o critério prático de sucesso, ou seja, se o recurso em questão tem sido explorado “sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades” (World Commission on Environment and Development, 1987, p. 08).

É interessante e que o exemplo usado por Hardin para explicar a “tragédia dos bens comuns” de que cada pastor aumenta seu rebanho até provocar o sobrepastejo (utilização excessiva do pasto) levando à tragédia no uso desse bem comum, é também um exemplo tratado pela Bíblia, livro orientador do cristianismo, logo referência filosófica por parte dos produtores familiares rurais da ilha.

No livro de Êxodo, capítulo 22, versículo 5, é dada uma solução que pode evitar tal tragédia caso o grupo de usuários seja orientado pelos dogmas da religião: “[...] se alguém fizer pastar o seu animal num campo ou numa vinha e largar para comer no campo de outro o melhor do seu próprio campo e o melhor da sua própria vinha restituirá [...]”, ou seja, o cristianismo exige para aqueles influenciados pela racionalidade utilitarista que, ao subtrair parte da prosperidade do outro, a restitua com o melhor que tiver para se redimir do pecado de atuar como um “aproveitador” (free-rider), e assim ser merecedor de dádivas divinas e fugir de suas sanções.

Para aqueles orientados por uma “cultura cristã”, que temem as sanções previstas na Bíblia, gera prejuízos, é mais vantajoso cumprir as regras.

A ideia de que aquilo que o grupo faz dependerá dos atos dos indivíduos desse grupo e que estes indivíduos atuam em função das vantagens relativas que tiram dos rumos alternativos de sua ação, também é abordada por Olson (1965, p. 21) que apresenta conclusões com grande importância para o estudo do sucesso da gestão coletiva dos recursos naturais. A partir da análise dos custos da ação coletiva e da sua partilha entre os membros do grupo, da natureza do “bem coletivo” fornecido e da dimensão e estrutura dos grupos, o autor afirma, a partir de uma abordagem utilitarista, entre outras, que os “indivíduos” racionais, escolhem ações adequadas para alcançar seus objetivos, geralmente de natureza econômica, baseadas numa relação custo benefício.

Segundo Baert (1997 p. 14), a visão de que existe apenas uma forma racional de agir é enganosa; além do que, a auto-reflexão de segunda ordem¹³ aparece somente em circunstâncias particulares. As pessoas não verificam continuamente a racionalidade de suas ações, fazendo isto apenas, quando confrontadas com conseqüências não intencionais.

Constatou-se que Olson atribui pouca importância também a normas, valores ou padrões culturais, a exemplo dos moradores da Ilha Sumaúma, como elementos que podem gerar condições em que indivíduos participam de ações coletivas. O autor não considera na sua teoria fatores como os significados atribuídos à quebra de aliança como, por exemplo, uma entidade divina que pode significar para os membros da religião o enfraquecimento do “progresso metafísico” da alma no exercício das virtudes e na prática moral proposta pela religião.

Esse tipo de transgressão pode ser passível de sanções que os moradores acreditam ser de natureza metafísica ou por parte dos membros da sua comunidade religiosa. Em muitos rituais é expresso o desejo coletivo de estar junto e o infrator poderá ser duramente excluído. Quanto maior a infração na avaliação local, tanto maior será o universo de laços de troca perdidos. Quanto maior a família daquele a quem ofendeu, maior também será a perda. Cabe ressaltar que a própria comunidade gere os sistemas de recursos, e que a quebra de laços do infrator pode refletir no insucesso da gestão comunitária dos recursos naturais, fortalecendo ou enfraquecendo os laços entre os membros da comunidade.

A intenção dessas conclusões preliminares que envolvem a construção de normas, arranjos institucionais e regras pelos produtores familiares do PAE Ilha Sumaúma, não é afirmar que os mesmos têm a Bíblia como um código de postura infringível, até porque tal afirmação não abrangeria a complexidade que envolve a construção das instituições. Essas combinam vários elementos como, as regras instituídas pela legislação ambiental, por atores externos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), partidos políticos, a prefeitura do município, entre outros. Mas destaca-se que muitas das

13 A auto-reflexão de segunda ordem, segundo Baert, diz respeito à habilidade das pessoas em desenvolver conhecimento teórico com respeito às condições e efeitos e às regras e premissas fundamentais de suas ações, fenômenos tomados como dados pela teoria da escolha racional. Em oposição, "auto-reflexão de primeira ordem" refere-se às habilidades práticas compartilhadas mediante as quais as pessoas monitoram suas ações na vida diária. A comunicação comum, por exemplo, se baseia em auto-reflexão de primeira ordem.

regras instituídas e seu cumprimento são influenciados por valores impostos àquelas pessoas que seguem o cristianismo.

Tais regras são formadoras não apenas de maneiras de garantir os recursos presentes no espaço geográfico e definir as relações entre os sujeitos que lá habitam, mas representam a formação de um espaço e normas que simbolizam um universo de possibilidades de relações de direito entre a população residente. Isso está em consonância com Halbwachs (2004, p. 151), que indica que “direito de propriedade está na base de todo pensamento jurídico, sobre o modelo e a partir do qual é possível conceber como todas as outras obrigações definidas”

O uso dos agroecossistemas¹⁴ desenvolvidos pelos camponeses da ilha obedecem a regras que são aceitas e seguidas através das práticas sociais instituídas pelos grupos, nos quais o “saber” construído e legitimado é passado de geração à geração através, principalmente, da oralidade, sendo os espaços da casa e os barracões das comunidades católicas os lugares privilegiados para essas práticas.

As regras devem ser seguidas por todos e a não observância das mesmas é frequentemente objeto de conflito e sanções. Estas regras e sanções, geralmente não estão previstas em regulamento redigido pela comunidade ou mesmo na memória dos produtores familiares rurais como um acordo previamente estabelecido. Mauss (1997 citado por Schmitz 2009, p.04) destaca a necessidade de compreender que os recursos em questão atendem, além dos interesses econômicos imediatos e de sobrevivência, outros como status, prestígio, honra e que as instituições são uma expressão inseparável das relações sociais e das estruturas historicamente específicas de poder.

Observa-se que nas sanções aos transgressores da ilha prevalecem geralmente aquelas de ordem moral, ou seja, que afetam a honra ou o prestígio associado à posição de alguém na comunidade, feitas oralmente por parte daquelas pessoas que sentem os prejuízos das transgressões realizadas. Este “ator”, freqüentemente, pode ser considerado o aproveitador (ou free rider), categoria proposta por Olson (1965), e que caracteriza, nesse caso, um membro da ilha ou

14 Segundo a definição de Conway, (1987, p. 95-117) os agroecossistemas são áreas de paisagem natural transformadas pelo homem com fins de produzir alimentos, fibras e outras matérias primas. Um das características, de acordo com Marzall (2007, p. 237-240), dos agroecossistemas é a predominância de espécies de interesse humano e uma organização espacial que estrutura e facilita o trabalho de produção.

uma pessoa externa que mesmo não contribuindo no manejo do agroecossistema, se favorece do sistema de recursos.

Um exemplo desse tipo de mecanismo de transgressão e sanção pode ser observado na fala do Sr. Tomé, produtor familiar rural pertencente à comunidade Sumaúma:

Nesse tempo, meu filho, aqui era dois terrenos, um emendado no outro, e aí a metade era do meu tio e outra metade da mamãe, meu tio morreu e aí depois de muito tempo minha mãe morreu. Mas esse terreno não era muito grande, era parte do antigo quinhão. Aí a gente preparou o terreno, preparou um projeto [de manejo dos açazais] até a boca do furo e aí veio o posseiro e tomou conta. Esse projeto custou dinheiro do banco, cinco mil quinhentos e pouco, já sabe? Isso em 2004, pra começar pagar em 2011. Aí saiu o posseiro. Quando ele saiu, vendeu para outro posseiro, aí eles iam trocando se fazendo de dono e aí apareceu esse um, veio de Belém, botaram na cabeça dele que todos que vinham aqui, vinham buscar o terreno. Aí depois veio com uma proposta de comprar o terreno, disse que me “dava” dois mil reais, aí eu disse que não. Minha filha ficou com medo dele me mandar matar. Pediu pra eu liberar o terreno pra ele. Nós deixemos, meu filho, [ele ficar com os recursos] porque se a gente não entregasse o terreno ele vinha com o um tal de IBAMA, vinha acabar com a serraria, vinha tomar o barco. O que aconteceu é que o primeiro que vendeu o terreno foi lá pra Belém e disse que vendeu a casa, só a casa. Mas como eu estou lhe dizendo, entrego na mão de Deus, eu vou pagar o banco, os mil e oitocentos, eu já paguei mil e pouco e pedi pro gerente do banco procurar o cadastro que está lá. Minha filha Maria ficou com medo de quando eu fosse receber me marcassem pra roubar todo o meu dinheiro ou mandar matar. Mas a gente não quer mais ficar no terreno. Se ele viesse e conversasse com a gente, a gente ia fazer um negócio com ele, ele indenizava meu açazal ou então a gente mandava tirar o palmito e ele ficava com a terra, porque quem plantou esse açazal foi a gente, não tinha açazal plantado aí. Emprestei dinheiro, paguei trabalhador, eu não comprei uma cueca com o dinheiro do banco. Aí ele vende o palmito, ele vende o barro, vende o açáí. Mas tá bom, deixo na mão de Deus (Informação verbal)¹⁵.

Antes da criação do projeto de assentamento agroextrativista, já se observava a existência de regras instituídas entre os camponeses para a gestão dos bens comuns, como no caso da caça e do peixe, e mais especificamente no caso relatado pelo Sr. Tomé, demonstrando que com as regras instituídas, os moradores da ilha conseguem impor exclusão aos externos à sua família nuclear¹⁶ na exploração e regulação dos sistemas de recursos que estão próximos à sua casa, como árvores de açáí, cacau, café, laranja, turanja (*Citrus paradisi sp.*), e também patos, porcos e galinhas. No entanto, à medida que os recursos se localizam a uma distância maior em relação a sua casa, como madeira, caça e os açazais,

¹⁵ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

¹⁶ Família extensa é entendida aqui como um conceito como família de sangue, já que na ilha todos de certa forma compartilham certo grau de parentesco.

aumentam as dificuldades no monitoramento dos sistemas de recursos por parte dos que se consideram legítimos.

Além disso, fica claro na fala acima que as famílias da Ilha consideram as áreas tradicionalmente ocupadas, na prática, como sendo propriedade privada, sujeitas a preceitos jurídicos, como o desmembramento em várias pequenas propriedades rurais ou herança, o que não é reconhecido pela legislação brasileira, pois a várzea é considerada um bem público de domínio da União, conforme a previsão do artigo 20 da Constituição Federal¹⁷, estando à maior parte dessa área sob a administração da Secretaria do Patrimônio da União.

Isso significa que antes da criação do PAE os moradores não possuíam títulos expedidos pelo Poder Público. No entanto, existia na Ilha e em toda região de várzea do Baixo Tocantins um reconhecimento comunitário em relação à legitimidade dos direitos de propriedade privada. Mesmo assim, nem todos legitimam esses direitos, o que gera conflitos e dificuldades em impor a todos as reivindicações privadas a recursos de propriedade comum, principalmente para pessoas externas à comunidade, que não internalizaram a cosmovisão das pessoas nascidas na Ilha. Isso leva a reivindicações conflitantes, causando dificuldade de coerção por aqueles que se consideravam donos ou herdeiros.

Essas ocasiões também apontam incompatibilidades entre dois universos de ordenamentos jurídicos que declaram pontos de vista diferentes sobre o mundo, levando assim quase sempre a posicionamentos discordantes, em decorrência os envolvidos de serem sujeitos com *habitus* distintos.

Essas incompatibilidades são perceptíveis na exclusão dos moradores pela legislação que regulamenta os recursos da ilha, que geralmente são construídas por pessoas externas a ilha. E não considera normas de gestão ao sistema de recursos das famílias da ilha.

Além, disso, de maneira geral, a dificuldade de promover a exclusão relatada do aproveitador expõe o insucesso nas ações de coerção, o que não é generalizado e tem como principais transgressores os camponeses que migraram recentemente de outras regiões, tais como Belém, ou que nasceram na Ilha, migraram e retornam após longo período de ausência.

¹⁷ Art. 20. Trata dos bens da União no §IV diz que as ilhas fluviais pertencem à união.

Isso se explica em parte pela quebra da socialização (ou a não socialização) e a inserção de outros grupos de classe com práticas sociais particulares e distintas distanciadas do “cosmo sagrado” dos moradores da ilha, o que faz exacerbar suas diferenças ao demonstrar não temer as sanções de um “Ser” de natureza metafísica onipresente, capaz de monitorar todos ao mesmo tempo. Assim, esses indivíduos não têm motivos para não atuarem como aproveitadores, já que não temem as sanções pela transgressão do direito a uma suposta propriedade privada não instituída pelo Estado, apesar de ser reconhecida pela maioria dos produtores familiares da ilha.

O fato de ter ao mesmo tempo uma referência no “mundo sagrado” e no “mundo humano” trazida pela CEB na década de 1970, se reflete na característica dual da interpretação dos problemas da comunidade, podendo ser observada nas opções selecionadas nas eleições dos representantes municipais aos cargos de vereadores e prefeito.

Pessoas que inicialmente se tornaram líderes religiosos nas CEB's representando a igreja católica, organizando cultos e assumindo o papel dos padres, quase sempre ausentes nesses recantados amazônicos, adotam a postura moral de defensor das normas instituídas pelo cristianismo católico e procuram no sagrado soluções para os desafios cotidianos dos moradores da Ilha.

Com o passar do tempo, algumas dessas lideranças se candidataram a cargos públicos, assumindo a característica comum das lideranças da ilha de, ao mesmo tempo, adotar o papel de representantes políticos, e se utilizar das interpretações e soluções sagradas, para superar os problemas locais, e assim continuar como referências religiosas, adotando um discurso, ora parcialmente racional e até mesmo burocrático, de quem analisa e se posiciona politicamente a partir de uma relação de custo benefício, ora religioso instigando a devoção e o cumprimento da “palavra de Deus” como saída para as dificuldades.

Ostrom (1990) fala no desenvolvimento de uma teoria dos arranjos institucionais relacionados à gestão efetivas de recursos comuns. Através das ferramentas disponibilizadas por esta teoria, é possível entender como as instituições funcionam e como os indivíduos mudam suas próprias instituições.

O que essa teoria traz de importante é a afirmação de que ações coletivas bem sucedidas, com base na teoria dos recursos comuns, não são resultados simplesmente de valores entre seus membros, conforme ressaltado acima. Esta por

mais que importante, seria insuficiente para proteger os recursos naturais da degradação.

A visão institucionalista de Ostrom ajuda a entender como os membros de uma comunidade constroem soluções cooperativas para os problemas de manejo de recursos naturais, especialmente recursos comuns, ao focalizar as regras formais e informais que impedem e facilitam a ação coletiva, tais como conselhos locais, grupos de trabalho e direitos de propriedade.

É importante perceber a sagacidade de Ostrom ao analisar a teoria da escolha racional, a qual considera que pode até ajudar a explicar os dilemas da ação coletiva e a entender, porque os indivíduos agem no sentido de maximizar interesses, mas não tem sido capaz de explicar, porque muitas vezes os indivíduos têm se engajado em ações coletivas de manejos de recursos comuns, mesmo sem uma autoridade externa oferecendo recompensas ou impondo sanções para que a cooperação seja mantida.

Sendo assim, é preciso entender que ao longo dos anos, a partir de diversas experiências vivenciadas pelos camponeses, estabeleceram-se alguns consensos quanto ao que é considerado aceitável ou não na gestão dos sistemas de recursos. Estes consensos estão presentes na memória individual e coletiva, constituindo instituições no sentido neo-institucionalista de Ostrom, ou seja, um conjunto de regras de trabalho que determinam, dentre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias, a distribuição de benefícios, o acesso, a fronteira do sistema de recursos, as sanções, as assembléias dos usuários e a coordenação (OSTROM, 1990, p. 51).

Através dessa abordagem, foram analisadas as instituições, no sentido de Ostrom (1990), criadas para regular o acesso e o uso dos recursos comuns antes da criação do PAE, privilegiando uma visão analítica das experiências coletivas dos camponeses da Ilha Sumaúma que têm como espaço privilegiado a sede da comunidade. Neste lugar o “cosmo sagrado” perpassa transversalmente todos os temas eleitos como importantes para serem debatidos ali.

5.2 REGIME DE PROPRIEDADES E NATUREZA DOS RECURSOS NA ILHA

Antes de tratar especificamente os arranjos institucionais e normas elaboradas pelos camponeses do PAE Ilha Sumaúma, aprofundar-se-á a discussão sobre uma questão central no âmbito do neo-institucionalismo e que trata do direito de propriedade. Feeny et al.(2001), abrem novas possibilidades para a análise da gestão dos recursos naturais ao apresentar a classificação dos recursos comuns quanto a sua natureza e quanto ao regime de propriedade.

Para estes autores (2001, p. 19), os recursos de propriedade comunitária compartilham duas características importantes. A primeira é a dificuldade do controle de acesso. A natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por usuários pode ser custoso ou até mesmo impossível. A segunda característica básica dos recursos de propriedade comunal relaciona-se à subtração: a capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro. Dessa maneira, definem recursos de propriedades comuns como uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração (Berkes et al., 1989 apud Feeny et al. 2001, p. 20).

Com o intuito de facilitar a análise, Feeny define quatro categorias de direito de propriedade, em que os recursos comuns podem ser: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal. Relacionando a classificação das categorias de direitos de propriedade expostos acima com a portaria do INCRA/P/Nº 627 de 30 de julho de 1987 que cria o PAE, constatou-se que a destinação das áreas para tais projetos se deu mediante concessão de uso, em regime comunitário, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias.

A partir da portaria/INCRA Nº 28, de 6 de setembro de 2006, que cria o PAE Ilha Sumaúma, institui que os aproximadamente 4.897,44 ha que compõem a ilha deveriam ser geridos e regulado pelos moradores das comunidades locais de forma comunitária, tendo como quadro normativo orientador: o plano de uso da ilha.

No plano de uso deste PAE, construído em conjunto entre os camponeses através da sua associação, o INCRA, a Embrapa, a antiga Secretaria

de Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – PA (SECTAM)¹⁸, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Colônia de pescadores de Igarapé-Miri, determina-se que “no PAE Ilha Sumaúma não há títulos individuais de terra, mas concessões de uso que legalizam a ocupação tradicional dos moradores em ‘propriedades’”.

Essas ditas “propriedades” que não são privadas, mas que se utiliza o termo para definir a área de trabalho, ou seja, algo similar às colocações nas regiões de seringais no Estado do Acre, uma das regiões da Amazônia que a legislação do PAE, quando criada, priorizou ordenar legalmente a posse da terra.

Na prática, a partir do cotidiano dos camponeses a ilha pode ser classificada como uma propriedade comunitária, regida por diversas regras de acesso aos sistemas de recursos, criadas muito antes da criação do PAE, que as reconheceu parcialmente. Por outro, foram instituídas novas normas que, da mesma forma, são parcialmente reconhecidas pelos camponeses.

A classificação como propriedade comunitária não deve criar a impressão errada de que propriedade comunitária não é propriedade privada, é importante nesse caso reconhecer primeiro o que diz McKean; Ostrom (2001 p. 83) que consideram a mesma como propriedade privada compartilhada, e que, o fato de se tratar de concessão, não permite a compra e venda da mesma, já que a terra ainda pertence ao Estado Brasileiro, modificando uma característica importante da propriedade privada, que pode proteger a ilha de futuras pressões externas da especulação por terras. Ou fato de ser considerada nesse trabalho como área comunitária, não descarta o fato de que a mesma compartilha características de outros regimes de propriedade.

É pertinente entender a propriedade comunitária, como uma forma de privatizar direitos sobre um objeto sem dividi-lo em pedaços McKean; Ostrom (2001 p. 83). Quando se fala em propriedade comunitária ou regime de propriedade comunitária, refere-se ao arranjo de direitos de propriedade nos quais os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos.

No PAE Ilha de Sumaúma observa-se que, de maneira geral, os camponeses são bem sucedidos na exclusão de outras pessoas que não são membros das comunidades da ilha, sendo exceções os casos em que pessoas

¹⁸ Esta secretaria deu origem a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT).

externas ao PAE conseguem impor-se às regras e explorar os sistemas de recursos. No entanto, na comunidade, por mais que seja uma das exceções, existe uma situação atualmente que merece destaque pela sua dimensão. Uma empresa se considera proprietária de uma parcela significativa da porção oeste da ilha e instalou na área um grande projeto de manejo de açazais.

Nesse caso, prevalece entre os camponeses a noção de que a empresa é proprietária legítima, mesmo que a área formalmente não pode ser considerada propriedade privada, por se tratar de área de marinha concedida para a criação do PAE¹⁹.

No encontro entre diferentes normas sempre há possibilidade daquela que possui mais poder, anular a outra, sobretudo quando uma delas possui o privilégio de se impor como reconhecidamente válida no mundo social, não havendo possibilidade para contestações.

Nessa parte da ilha atualmente, mora a família do Sr. Mundico e da Sra. Ramita, que nasceram nos arredores da ilha e nunca questionaram a ilegalidade da mesma ter proprietário, já que se trata de terras de Marinha, e nem vislumbram a possibilidade de terem algum reconhecimento por parte do Estado que os mantenham na área, como ocorre com demais camponeses que compõem o PAE como propriedade comunitária.

Essa parte da ilha é gerida pelo suposto proprietário que orienta cada etapa do manejo ao Sr. Mundico, que não faz nada sem seu consentimento, como diz no trecho da entrevista abaixo:

Aqui se eu tirar um pau pra fazer um casco pra eu andar no rio, peço permissão. Enquanto, isso a terra é dele, se ele mandar eu buscar um açai; eu entrego na hora, enquanto ele me dá pelo menos pra eu me alimentar, é dele. Ele vai me dá um dia se ele quiser uma em outro lugar, agora não vou dizer pra ele me dá o terreno. Se ele disser que eu vá pra outro lugar eu vou, eu deixo tudo pra ele [Bony], mas agora ele vai ter que dá outro pra mim, com certeza, em outro lugar, e vai ter que plantar outras plantas pra mim, porque eu estou “empatado” a sete anos aqui e não tenho outra casa pra voltar, se eu tivesse tudo bem (Informação verbal)²⁰.

19 Segundo Surgik (2005, p.30), a natureza jurídica da várzea é híbrida, abordando aspectos de água e de solo. Não é adequado encaixar esse ecossistema complexo em naturezas jurídicas já existentes (água e Áreas de Proteção Permanente - APP) que limitam a otimização de uso e proteção ambiental dessas áreas. No entanto, sendo APP ou água, a legislação revela a possibilidade de uso das várzeas por populações ribeirinhas e pequenos proprietários. Para ela a dominialidade das várzeas sob influência do Rio Tocantins é pública e federal. A competência para discriminar áreas de várzea é do SPU, permitindo apenas a concessão de uso para tempo determinado.

²⁰ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

O Sr. Mundico explica em outro trecho de sua entrevista os motivos dessa área ser considerada propriedade da empresa Bony. Para ele, estas áreas antes da criação do PAE, eram propriedades privadas passíveis de venda e de serem herdadas, como mostra o trecho:

Eu trabalhava ali [no outro lado da Ilha], num pedacinho de terra que a mãe dela deixou pra ela [Sr. Ramita]. Nós fomos levando, morando nesse pedacinho de terra lá atrás da Ilha, nós moramos muitos anos com meu sogro e minha sogra lá, na nossa casa mesmo nós moramos só uns cinco anos. Hoje, já é outra casa, que meu filho fez. Depois o Pé de Boto (apelido de um dos que afirmava ser dono do terreno) nos arranhou essa área, que o dono do terreno vendeu pro Pé de Boto, o dono do terreno era o Carmito Fernandez, ele nunca fez nada no terreno. Diversos moradores já moraram aqui antes, não foi só nós. Esse moradores fizeram plantio, plantou caju, plantou pimenta, goiaba, plantou turanja, (Um tipo de citros híbrido) muitas plantas plantaram aqui, fora o que roubaram daqui. Esse terreno ficou do povo, todos que queriam entravam antes da gente estar aqui. Arrancaram caneleira, cortaram coqueiro, eu sei que mexiam em todos os plantio do homem, enfim, cortam pupunheira, palmito tirava por cima com serrote, quando nós chegamos aqui não tinha um açazeiro de cacho, nós que plantamos aqui, ai quer dizer, que não foi só agente que morou aqui, foram diversos. Eu sei que o velho [Carmito Fernandez] “pegou corda” e vendeu pro Pé de Boto antes de morrer, ai o Pé de Boto já nos botou pra cá, nós viemos como vigia, eu não queria vir no início, mas eu não tava vivendo bem lá, quando foi um dia o Pé de Boto mandou me chama e disse: “porque tu não faz uma casa lá em cima, toma conta daquele terreno lá pra mim, eu te pago eu te dou uma despensa cada mês, um dinherinho, tu vai logo trabalhando eu vou logo te pagando”. Ai eu disse pra minha esposa que era uma boa oportunidade. Custava pra gente tomar um leite e de lá vem tudo. Só que ele não pagava todo dia, quando eu ia lá [na cidade de Igarapé Miri] a minha despensa vinha. Depois que agente tava dois anos aqui ai o Pé de Boto já vem e apresenta esse Bony, que é o nosso patrão, que já tinha vendido o terreno pra ele, e disse que eu ia passar ganhar dele e ser vigia pra ele. O que eu podia dizer? Nada! Depois disso, ele já veio aqui na área umas cinco vezes, mas quando ele não vem, ele manda o gerente dele de lá [de Belém] trazer pra gente alguma coisa, uma cesta básica, já tá três meses atrasado com agente. Mas quando o Bony veio aqui me prometeu a casa, mas não veio. Mas como agente tava morando aqui nós fomos ajeitando nossa casa, ai eu fui comprando a madeira, mandei cobrir, mas ele é o dono depois da gente já está aqui já veio outras vezes. Ele é um cara demais legal, gente fina, nunca chegou brabo, mas se ele chegar aqui e dizer que não me quer aqui, o que eu posso fazer, eu tenho que me colocar no meu lugar (Informação verbal)²¹.

O trecho acima demonstra o que dá legitimidade à empresa de considerar a área que explora, mesmo que ilegalmente, como sua propriedade: a mesma é reconhecida coletivamente por parte dos moradores da ilha. Se entende, também, os motivos que levam a população a acreditar ser legítimo a empresa Bony explorar

²¹ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

os recursos da ilha da maneira que acha conveniente, recebendo inclusive certificação dos seus produtos como orgânicos pelo Instituto Biodinâmico (Foto 04).

Nessa condição, o Sr. Mundico, demonstra ter grande gratidão ao “Pé de Boto” e a empresa Bony, pelo fato de ter tido a oportunidade de prestar serviços em uma área próxima (e similar) a que sempre viveu. Por considerar uma excelente oportunidade para melhorar a situação de sobrevivência econômica de sua família, sequer cogita a situação de ilegalidade, que poderia lhe beneficiar caso o INCRA o considerasse morador da Ilha e o incorporasse ao já existente PAE Ilha Sumaúma.

Interessante também é que o Instituto Biodinâmico (IBD), certificador de produtos orgânicos, aprove que os produtos da empresa extraídos dessa área embora do decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que dispõe sobre agricultura orgânica preveja no seu artigo 3º que as relações de trabalho entre empregado e empregador sejam baseadas na justiça, dignidade e equidade, sendo que a empresa Bony se quer providenciou para Sr. Mundico e sua família certidões de nascimento, documento básico que poderia permitir ao mesmo acesso ao direito a dignidade presente na constituição brasileira.

Além disso, a empresa ainda explora as condições dos camponeses da ilha em seu site afirmando que a parceria entre Bony Acaí e a comunidade local de Igarapé-Miri tem mudado a realidade daquela região:

A colheita dos frutos trouxe melhor qualidade de vida, esperança, aprendizado e dignidade para a comunidade que agora conta com a orientação de especialistas em agricultura durante as épocas de plantio e colheita. Tudo acontece através de palestras e seminários sobre o assunto, bem como com o suporte médico que oferece ao povo local a chance de fazerem exames periódicos e futura hospitalização, caso seja necessário. (<http://www.bonyacai.com.br/social.html>)



Foto 04: Placa fixada na área da ilha com plantios da empresa Bony.
Fonte: Sacramento, 2010.

A reciprocidade é uma das bases da ação coletiva segundo (SCHMITZ et al., 2009, p. 2) identificada por uma troca voluntária e simultaneamente obrigatória que não estabelece equivalências em valores de mercado, mas no princípio da honra (ALTVATER, 2006, citado por, SCHMITZ, 2006, p. 2). A reciprocidade permite pensar a ação coletiva para além da visão utilitarista de Olson (1998) e ajuda explicar os motivos que levam o Sr. Mundico contribuir com a manutenção da área considerada privada, já que o mesmo retribui aquilo que considera como dádivas ofertas pela Bony e acredita que com esse tipo de relação possa conseguir outras, como, por exemplo, a construção da casa.

Além disso, as informações fornecidas pelo Sr. Mundico revelam que a área, onde a empresa mantém o plantio, está sob influência de três regimes de propriedade. Por algum tempo era tida como uma área de livre acesso, já que quem se considerava dono não conseguia excluir as pessoas externas de se apropriarem dos sistemas de recursos, tendo em vista que a garantia da exclusão talvez gerasse um custo econômico e/ou social que não justificou esse investimento. O que não evitou que os recursos fossem explorados abertamente, alguns além da cota de reabastecimento.

Ao mesmo tempo, o Estado, o legítimo proprietário, nunca fez uso de seu poder coercivo para assegurar o uso sustentável de seus recursos. Isso confirma a idéia de Feeny et al. (1990, p.31) que consideram as propriedades estatais

raramente associadas ao manejo bem sucedido em países menos desenvolvidos, principalmente pela falta de estrutura, como por exemplo, pessoal nas instituições controle, como o IBAMA no Brasil. Segundo a ASIBAMA (2010) a infra-estrutura profissional responsável pelo manejo de recursos no organograma estatal neste órgão é pouco desenvolvida e a imposição de normas é problemática, o que causa insatisfação por parte de servidores do órgãos.

Essas duas situações contrariam o argumento de Hardin (1968), apresentado na “Tragédia dos Comuns”, em que proprietários particulares ou gerentes estatais conseguem melhor evitar a degradação dos sistemas de recursos, por que providenciam os incentivos para o uso regulado de formas consistentes com a sustentabilidade.

No entanto, o que acabou sendo mais eficaz na ilha, no sentido de reduzir o risco de degradação, foi a presença de um representante daqueles que se consideram donos da área. Este é de uma família moralmente respeitada na comunidade, com valores reconhecidos, com laços afetivos e de reciprocidade com os moradores através de outras interações complexas envolvendo características dos recursos e arranjos institucionais que contribuíram para garantir o respeito à restrição do acesso à área. Confirmando Feeny et al. (1990, p.31) ao dizer que propriedade comunal, propriedade privada e propriedade governamental têm sido, todas, associadas tanto ao sucesso, quanto ao fracasso.

Definidas as características do conjunto de direitos de apropriação dos recursos, destaca-se a observação feita por Cunha (2002, p. 75), de não existir concordância quanto à necessidade e a importância dada a estas classificações. Podendo se identificar três posições a respeito:

- 1) Ênfase nos dois tipos de classificação, tanto dos recursos, quanto dos regimes de propriedade (FEENY et al., 1990);
- 2) Ênfase na natureza dos recursos (OSTROM et al., 1994) e;
- 3) Ênfase no regime de propriedade no qual os recursos são apropriados (BROMLEY, 1992).

O exemplo acima sobre a área, onde a empresa Bony esta instalada, deixa clara a importância da classificação dos regimes de propriedade, tendo em vista que Hardin (1968) em “tragédia dos comuns” identifica o sucesso apenas nos

regimes de propriedades privadas e estatais, enquanto o sucesso e o fracasso podem também ser identificados, tanto nos regimes identificados por Hardin, como em regimes de propriedades comunais.

Além disso, há autores como Schmitz et al. (2009, p. 06) que vão além e não concordam com Hardin (1994, apud McKEAN; OSTROM, 2001, p. 81) de que recursos em áreas de livre acesso significam sempre recursos não manejados, idéia apresentada em trabalho posterior ao clássico artigo sobre a tragédia dos bens comuns (HARDIN, 1968) para modificar a sua visão anterior. Segundo o autor, observam-se muitos casos de recursos manejados em áreas de livre acesso, como nos casos apresentados por Diegues (2001) e Berkes (1987) e, no caso das catadoras de mangaba (Schmitz, 2009), com a finalidade de evitar a situação de escassez dos recursos, prevista por (HARDIN, 1968).

Isso tudo, minha opinião, demonstra a importância da classificação dos regimes de propriedade, o que não negligencia os arranjos institucionais e o desenvolvimento de uma abordagem analítica que envolva a natureza dos recursos como fator que influencia o comportamento dos indivíduos.

Segundo Cunha (2002, p. 54), estudos de caso indicam interações complexas entre as características do recurso, o regime de propriedade e arranjos institucionais, de um lado, e o contexto sócio-econômico, por outro, influenciando no grau de “sucesso” do manejo. Sendo assim, a ênfase analítica deste trabalho adere à idéia que seja dada importância tanto à natureza dos recursos, a partir da característica da “excluibilidade” e “subtraibilidade”, quanto ao regime de propriedade.

Tendo em vista que nesse debate tem se desenvolvido a idéia de uma abordagem analítica para as experiências coletivas que envolvam o manejo de recursos comuns. Mermet (1992) caracteriza a gestão com o envolvimento de uma multiplicidade de atores como “gestão comunitária”, enquanto a gestão coletiva refere-se à coletividade (*collectivité*), quer dizer, à esfera governamental. Para evitar problemas com uso inadequado do termo “comunidade”, Schmitz et al., (2009) sugere o uso da expressão “gestão coletiva de bens comuns”, em vez de gestão comunitária.

Segundo Cunha (2002, p. 76), essa abordagem da “gestão coletiva dos bens comuns” privilegia a análise das instituições criadas para regular o acesso e o uso dos recursos comuns. Cabe-nos agora identificar e compreender os

mecanismos que garantem o funcionamento desses arranjos no PAE Ilha Sumaúma e os fatores internos e externos que aumentam ou diminuem a eficiência das instituições, partindo do pressuposto de que os produtores familiares rurais são capazes de estabelecer acordos entre si, comprometendo-se com uma estratégia de cooperação por eles criada.

5.3 A LÓGICA COSTUMEIRA QUE REGE O ACESSO AOS BENS COMUNS NO PAE ILHA SUMAÚMA

Os aspectos morfológicos da ilha a tornam parte do ambiente das várzeas amazônicas, apresentando característica biofísicas importantes, como a fertilidade, sendo que sua formação depende da ação erosiva e do número de partículas em suspensão. Dessa ação forma-se a várzea alta, inundável por um pequeno período, no auge da cheia (AUBRÉVILLE, 1961) a várzea baixa, inundável por um período mais longo (AUBRÉVILLE, 1961) e o igapó, que são áreas periodicamente inundáveis por ciclos anuais regulares de rios de água preta e clara; pobres em material suspenso e dissolvido (não transportam sedimento), gerando baixa fertilidade. Esses tipos de ambientes têm características florísticas, possibilidade de manejo e implantação de atividades agrícolas distintas.

Adaptada às condições climáticas, a vegetação da Ilha Sumaúma apresenta-se composta de mata primária e secundária, com predomínio da segunda, tendo uma disposição florística variável e distribuídas nas três faixas distintas de terras acima citadas.

Vista do rio, após 3 a 5 horas de viagem do perímetro urbano do município de Igarapé-Miri (dependendo da velocidade da embarcação), após uma monótona sucessão de paisagem de matas aparentemente uniformes e ricas em açaiçais e casas com fachadas verdes claros e portas brancas cobertas com telhas de cerâmica, provavelmente feita de argila da própria região, a Ilha Sumaúma guarda as mesmas características de outros povoados que vivem à margem dos rios do Baixo Tocantins e que foram “contemplados” com o Projeto de Assentamento Agroextrativista(PAE).

O modo de vida atual de seus moradores, apesar de guardar similaridades, é, ao mesmo tempo, bem distinto de outras comunidades rurais amazônicas, principalmente se comparado com outras cidades do nordeste paraense e maior ainda se comparados com comunidades rurais de municípios compostos predominante de pessoas que migraram nos últimos quarenta anos para o Estado do Pará, como na região Sul e Sudeste.

Descendo da embarcação e caminhando sobre os trapiches ou estirpes de buritizeiro, (ou melhor, “miritizeiro” como chamam as pessoas da região essa palmeira muito alta e dispersas pela ilha), para manter um breve contato com os moradores do local, percebe-se que mesmo dentro de uma pequena Ilha existe uma diversidade de situações sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas que influenciam as diferentes estratégias dos camponeses. O cenário romântico, simplificado e monótono visto do rio, dá lugar a um ambiente com relações dinâmicas e complexas, no qual o investimento feito na construção desse trabalho certamente não permitirá aprofundar o suficiente.

A comunidade Sumaúma, Pindoalzinho e Alto Anapu três das cinco comunidades que compõem o PAE, guardam semelhanças e particularidades com outras comunidades. Localizam-se na porção oeste da ilha, região, predominantemente de várzeas baixas inundadas diariamente pelas águas do Rio Sumaúma e Rio Anapu, permitindo que os produtores familiares dessa região trabalhem em três ambientes – terra, floresta e água.

Em toda ilha existem dois tipos de florestas: a de várzea, que são as florestas inundadas diariamente por influência da cheia da maré, localizada em toda a área que é circundada pelo rio, principalmente o lado oeste da ilha. E a floresta de terra firme localizada nas áreas mais elevadas da ilha, principalmente em sua área central e no lado leste.

As florestas inundadas podem ser caracterizadas pela predominância de poucas espécies arbóreas, muitas das quais de importância econômica e que já foram a base de economias extrativas. Apesar de toda cobertura vegetal que existe, a Ilha sofreu os efeitos de distúrbios antrópicos durante séculos de contínuas ocupações. Mesmo assim, atualmente a gestão comunitária dos sistemas de recursos da Ilha, ainda abrange um conjunto incomensurável de organismos vivos.

Diante da complexidade que envolve a gestão comunitária, e o número incontável de recursos existentes na ilha, este trabalho se centrará na gestão dos

bens comunitários mais apropriados atualmente pelos produtores familiares rurais, destacando arranjos institucionais, de um lado, e o contexto sócio-econômico, por outro, e como influem no grau de “sucesso” do manejo.

5.3.1 Madeira

Na parte oeste da Ilha, segundo o Sr. Pedro, já existiram cerca 33 espécies de árvores que poderiam ser utilizadas para retirar madeira, principalmente na várzea alta, sendo que desse total 13 espécies não existem mais e as outras 20 permanecem, mas com sua densidade reduzida (Anexo 1).

As árvores com características para madeira, para fins de acumulação de capital, são exploradas desde o período colonial, quando o Marquês de Pombal resolveu fazer desse recurso um produto rentável aos cofres portugueses. Nesse período, as terras eram consideradas da Coroa Portuguesa, ou seja, do Estado. Mesmo assim, pelos relatos do Sr. Pedro, no período colonial o fluxo de unidades de árvores retiradas de diferentes espécies, na sua grande maioria, não ultrapassou a cota reabastecimento que compromete as espécies, fato que permitiu que perdurem até os dias atuais.

O extrativismo chamado por Homma (1993, p. 04) de aniquilamento ou depredação, quando a velocidade de regeneração é inferior à velocidade de exploração extrativa, se deu na Ilha com a madeira em outro momento. Segundo o “Sabazinho”, por volta da década de 1980, quando o ciclo da cana-de-açúcar declinou definitivamente, uma das alternativas econômicas no local foi a venda de madeira em tora para as serrarias. Estas por sua vez, vendiam a madeira serrada para as estâncias em Belém, que são lojas de matérias de construção. Em sua fala, o Sabazinho descreve a quantidade que apenas ele retirou da Ilha, a cadeia de venda dos produtos e quem mais se favoreceram com a exploração dos recursos:

Meu filho, eu já trabalhei com madeira mais de 15 anos, trabalhava feito um burro e não ganhava quase nada, conheci todas as estâncias de Belém, andei aquela cidade pra cima e pra baixo, só aqui nesse rio eu já tirei mais de um milhão de metros cúbicos, (o equivalente 400 piscinas olímpicas cheias de madeira) mas com o que eu fiquei? Nesse negócio ganha quem tem serraria ou dono da estância lá em Belém, nós não fica com quase

nada. Resolvi parar, guardar um dinheirinho e abrir esse comércio aqui, que pra mim ficou sendo bem melhor (Sabazinho, morador da ilha em informação verbal).²²

Assim, como o Sr. Sabazinho, muitos outros produtores familiares rurais da Ilha Sumaúma exploravam as árvores que se localizavam em suas ocupações tradicionais, algo similar as colocações dos castanheiros do Estado do Acre. Na prática, a regra na exploração da madeira determina que cada família pode explorar a madeira na área tradicionalmente ocupada por sua família, e essa tradição é reconhecida pelos moradores.

No entanto, muitas vezes, por não ser muito claro o limite dessas áreas, os sistemas de recursos como as árvores para madeira, são reivindicadas como posse de distintos proprietários, o que gera conflitos entre os camponeses.

Para efeito deste trabalho, entende-se o conflito social como uma interação entre atores, na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim, que a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social (GLASL, 1997, apud SCHMITZ et al., 2010, p. 06).

Esses conflitos, na maioria das vezes, são velados e acabam sendo relevados pela família ou pessoa que se sente prejudicada, e que normalmente, evita comprometer os laços afetivos e de reciprocidade entre os entes em conflito, já que a ilha é composta por diversas famílias que estabelecem uma forte relação entre si. Seria muito difícil não haver relação de parentesco com outros membros da ilha, fato que se reflete até mesmo no tratamento entre os moradores que se chamam mutuamente de “parente”.

No entanto, existem situações em que esses laços são ameaçados e os conflitos pelos sistemas de recursos ganham proporções violentas com ameaças de morte, contornados muitas vezes, pelo temor a entes de natureza metafísica, e pelas sanções de natureza moral por parte da comunidade.

Um exemplo é o caso contado pela Sra. Ana Maria, em que sua tia viúva teria herdado de seus pais uma porção de terra e a mesma teria reservado alguns cachos de açaí, para um dia comemorativo. As vésperas, ela e seu sobrinho foram até a terra herdada “apanhar” os cachos de açaí, quando foram recebidos com

²² Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

ameaças por um vizinho que reivindicava que a terra, onde estava o açazeiro, era sua, logo os cachos também seriam e quem ousasse subir na árvore e apanhar os frutos seria derrubado com um facão. A viúva não hesitou e mandou seu sobrinho coletar os cachos, sendo que o vizinho ameaçou de morte os dois por tal ato, fato que não se consolidou, pois o mesmo, dias depois alegou ter sido ameaçado pela assombração do marido da viúva, o que o fez, inclusive, alguns meses depois se mudar do local para outra parte da ilha.

Além disso, o que ocorreu também foi que a comunidade condenou a atitude do vizinho, dando toda razão à viúva e reconhecendo que o tal cacho lhe pertencia, pois estava em terras de domínio dos seus ascendentes, e a mesma teria o direito de herdar. Este fato comprometeu a reputação do vizinho com a comunidade, dificultando as relações interpessoais e de amizade, o que talvez também tenha contribuído para ficar em espécie de “ostracismo” e deixar a comunidade.

A perda do universo de relações de reciprocidade é impensável pelos camponeses da ilha, pois nela reside à vida social no seu aspecto pleno, é onde o homem se efetiva enquanto ser social, como parte do grupo. Não há internamente práticas jurídicas que possam punir direta e expressamente um infrator por um delito, como, por exemplo, reclusão ou expulsão do território de sua unidade social. Não há assim outro meio de punir que não seja a negação ao infrator de um conjunto de relações sociais com aqueles cujo direito infringiu.

A opção pela exploração, pelos camponeses, de árvores usadas para madeiras parece estar diretamente relacionada a fatores externos ligados ao mercado da madeira, assim como, fatores internos à ilha relacionados ao declínio do ciclo da cana-de-açúcar na região, que antes da madeira permitia ter acesso ao dinheiro.

Segundo a teoria econômica neoclássica, o preço dos produtos e fatores decorre apenas do equilíbrio entre oferta e a procura pelo produto ou fator a curto prazo. A madeira é um produto com elevada procura principalmente para ser utilizada na construção civil.

Como demonstra Picoli (2006, p.142), cerca de 90% das madeiras serradas são consumidas no próprio país, evidenciando-se que o Brasil é um grande consumidor, O consumo é vinculado basicamente a três segmentos: a indústria de embalagens, a indústria moveleira e a indústria da construção civil. Demonstra-se

que a madeira é um produto com boa liquidez no mercado interno e conseqüentemente um recurso que permite ao camponês da ilha Sumaúma ter acesso ao dinheiro necessário para adquirir alguns bens de consumo importantes para garantir a reprodução familiar.

Essa visão econômica neoclássica é corroborada por Matos (2008, p. 32) que considera que o ato de desmatar é um reflexo da situação econômica do extrator, assim como Homma (1992, p 252-256) sugere que se deve abandonar a idéia romântica de que os extrativistas não praticam o desmatamento, pois esta atitude está muito relacionada com a situação econômica.

Os arranjos institucionais envolvendo os recursos madeireiros são influenciados por diversas organizações presentes na ilha, não muito eficazes na instituição de regras conservacionistas à maioria dos moradores, já que a boa liquidez do mercado de madeira e a dificuldade de acesso ao capital mínimo importante à reprodução familiar parece ser o que determina a manutenção ou retirada da madeira na Ilha.

Segundo a fala dos camponeses, a gestão dos recursos entre eles é pautada na Associação Mutirão, sendo que nem todos os produtores são associados, na Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri, na Colônia de Pescadores e no STR. O espaço privilegiado, onde ocorrem as reuniões de todas essas organizações dos produtores são os barracões das comunidades da igreja católica que existem na Ilha. Esse fato não parece ser mera coincidência, tendo em vista que desde a criação das CEBs é a igreja que mais estimula a organização dos produtores. Ela propõe que os mesmo tenham uma postura conservacionista, fato constatado na fala de Dona Durica:

Aqui na minha terra quando agente chegou só tinha cinco árvores de açáí, agente que começou plantar aqui. Quando agente comprou o dono nem morava aqui, morava no Janimbu. Ele só vinha tirar palmito e madeira para a serraria. Eu comecei a plantar porque agente trabalha na pastoral de saúde e lá já incentivavam agente a plantar e através da comunidade, agente vai trazendo a experiência (Informação verbal)²³.

Essa análise de que a Igreja Católica influencia as ações dos produtores familiares rurais é corroborado por Benatti et al. (2003, p.139) em um artigo que analisa o manejo comunitário dos recursos naturais na Amazônia. Segundo estes

²³ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

autores, a maior influência de mediação externa, é exercida pela igreja católica, que está presente no fortalecimento da organização social que, por sua vez, fortalece o processo de gestão dos recursos. Afirmam ainda que as comunidades com influência da Igreja Católica apresentam os melhores resultados em suas iniciativas e os arranjos institucionais são mais complexos do que os inicialmente adotados.

No entanto, as árvores para madeira, em função das características do seu mercado e das características da economia dos produtores familiares descritas acima, parecem ser regidas muito mais por normas de mercado do que as instituídas pelas associações ou CEB's.

Percebeu-se que o estímulo à instituição de regras para reduzir a retirada de madeira não tem surtido o efeito desejado, sejam os estímulos de interferência externa, através de campanhas pela preservação de diversas origens, que chegam à ilha, ou até mesmo as regras construídas internamente. Um exemplo disso, é que no plano de uso do PAE Ilha Sumaúma construído internamente entre os moradores acordou-se que:

Fica permitido ao morador do PAE a extração de madeira de lei existente em sua 'propriedade', desde que seja avaliado por técnicos a condição de corte, e que o destino seja para atividades pouco exigentes em madeiras a exemplo de cercas, trapiches, pontes, canoas, dentre outras; e b) exploração comercial poderá ocorrer desde que as árvores sejam oriundas de área de plano de manejo (Informação verbal)²⁴.

Constatou-se que estas regras, como as outras presentes no plano de uso, não são lembradas pelos moradores, que em geral, desconhecem esse plano e não cumprem o que lá está acordado. Esse fato de forma alguma tem resultado em penalidades pelo conselho deliberativo que prevê ao não cumprimento das normas:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Embargo de atividades;
- d) Perda definitiva da concessão de uso, no caso de reincidência.

O INCRA designa que formalmente a associação da ilha faça as advertências verbais e por escrito ao morador que não tiver cumprido as normas estabelecidas. Sabe ao mesmo, caso considere injusta a penalidade, dentro de dez

²⁴ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

dias, recorrer junto à diretoria executiva da associação a partir do recebimento da notificação da punição. No caso de sua defesa não ser acatada em primeira instância, o morador poderá recorrer ao INCRA. Já as punições de embargo de atividades e perda definitiva da concessão de uso serão impostas ou pelo INCRA ou pelos órgãos ambientais como SEMA ou IBAMA.

Segundo o Sr. Quintino, morador da Ilha, muitas pessoas o tem procurado para comprar a madeira que é considera de sua propriedade, no entanto, o mesmo não considera necessário nesse momento comercializá-la:

Eu tenho a virola aqui, a samaúma, ainda graça a Deus não precisei tirar. Dessa vez nós não tem necessidade, eu tenho um filho que está em Belém, ainda ontem telefonou me dizendo 'papai porque o senhor não tira essa madeira? Tira essa madeira, vende, porque isso não dá importância. Guarda isso pra que?' Eu digo: 'não meu filho, estou guardando pra vocês, quando eu morrer vocês vê o que vão fazer. Se vocês quiserem vender vocês vendem, se quiser tirar, tira (Informação verbal)²⁵.

A fala do Sr. Quintino demonstra a compreensão de que as árvores para madeira são tratadas como um bem que se distingue dos demais da ilha, já que ninguém falou em deixar o aningal (população de aninga, que é uma planta da família das aroídeas) ou aturiá (*Drepanocarpus lunatus*), por exemplo, como herança. As árvores para madeira são consideradas importantes pelo seu valor comercial e por ser um recurso usado como “poupança viva” a ser vendida em um momento de necessidade financeira. Outro elemento que chama atenção na fala do Sr. Quintino é o fato de não considerar atualmente necessário retirar a madeira existente na ilha para a reprodução de sua família, já que a sua família tem como fonte de capital as aposentadorias da esposa e sua.

5.3.2 Açaí

Observou-se que a maioria dos camponeses, diferentemente da família do Sr. Quintino, consideram como sua principal atividade na obtenção de renda a venda dos frutos do açaizeiro, considerado atualmente como o mais importante produto do agroecossistemas. É da venda do fruto que os camponeses obtêm a principal parcela de capital necessário a sua reprodução. Como explica seu Tomé:

Pra mim de todo esse objetivo o que tem dado renda é o açaí, porque quando começou minha vida, quando eu casei, eu trabalhava na madeira,

²⁵ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

mas a madeira ficou difícil, a gente entrava no Igarapé, agente cortava [mesma fala do agricultor] madeira, depois começou a passar a carregar só com boi, puxar com o boi do centro, aí eu não tenho boi e madeira acabou de perto, a madeira melhor, aí só quem tem boi que puxa as de longe. Agora pra viver, colho o açaí quando chega a safra, vendo, aí mando fazer o paneiro ali atrás da ilha, o mapará também agente pega, agente come bem, come semanas aí, quando dá pra vender o peixe agente vende (Sr. Tomé em informação verbal)²⁶.

Um exemplo mostra a ausência de madeira nas matas da ilha: a família do Sr. Pedro estava fazendo uma reforma em sua pequena embarcação, trocando algumas tábuas e braças, sendo que a madeira utilizada para isso vinha de outras regiões do município. A madeira que existe na mata da ilha é pouca e não poderia ser apropriada pelo Sr. Pedro, nem mesmo para realizar pequenos reparos como mostrado na imagem abaixo.



Foto 05: Uso de madeira de outras regiões da ilha para reparos na embarcação.
Fonte: Sacramento, 2010.

De fato, o açaí na década de 1990 sobrepujou a madeira, que segundo o Sr. Pedro não estava dando o retorno necessário “por não ter mais madeira tão grossa” e a cana-de-açúcar no lado leste da ilha atingiu o auge da decadência ainda no início da década de 1980. Das áreas hoje compostas predominantemente com açaí, no passado, pela facilidade de transporte na água, eram extraídos, além da madeireira, também o cacau, as sementes de oleaginosas, em particular da

²⁶ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

andirobeira (*Carapa guianensis*) e ucuubeira (*Virola surinamensis*) e o látex de seringueira (*Hevea brasiliensis*), que continuam ser extraído para uso doméstico ou medicinal, mas não mais para a comercialização.

Antes do aumento da demanda de frutos do açazeiro, a extração do açaí tinha por objetivo o consumo familiar doméstico, com pouca venda de excedente. A partir da década de 1970, quando o preço do palmito se valorizou no mercado em função da redução da possibilidade de extração da palmeira Jussara (*Euterpe edulis*) na região sudeste do país, o palmito de açaí passa ser uma alternativa de acesso ao capital necessário pelas famílias, o que resultou em derrubadas dos açazeiros para extração do mesmo, obrigando o presidente Ernesto Geisel a assinar a Lei nº 6.576/1978, proibindo a sua derrubada, regra que na prática não se instituiu entre os produtores familiares rurais.

O açazeiro tornou-se a principal espécie dos sistemas agroextrativistas dos produtores familiares rurais da ilha por iniciativas dos próprios produtores como se observa na fala do Sr. Pedro:

No começo não tinha projeto assim, começou pelo FNO [Fundo Constitucional do Norte], depois passou para o PRODEX [Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agroextrativismo] e depois passou para o PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. Quando a gente começou era aquele sonho de organizar as famílias que já estavam sem atividades por causa da cana-de-açúcar, essas coisas, madeira. Ninguém tinha projeto de nada pra cá. No[a] [Ilha] Pindoal e no Caji consegui os primeiros projetos em 1996. Foi projeto para terra firme: laranja, coco e acerola. Ainda não se falava em açaí. Aí começamos a pensar em projeto de açaí e começamos a plantar também, por que a maioria da área de Igarapé-Miri é de várzea e pouca terra firme, uns 70% à 80% é várzea. Aí agente partiu pro açaí. É o que esta dando certo até hoje (Informação verbal)²⁷.

A maioria da área da ilha destinada para o manejo de açazais nas várzeas é constituída de vegetação secundária que já sofreu forte extração madeireira no passado, principalmente as áreas próximas aos terreiros por facilitar o deslocamento e intimidar eventuais furtos dos cachos, por estar relativamente próxima a moradia da família. Outras áreas incorporadas são as matas de vegetação primária, que sofreram extração de látex de seringueira, sementes de andiroba e ucuuba etc. onde são necessários efetuar derrubadas de árvores mais

²⁷ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

grossas e de buritizeiros (*Mauritia flexuosa*), sendo menos vantajoso plantar açaí por esta distante de rios e furos que facilitam o transporte.

Ao longo dos anos estabeleceram-se alguns consensos quanto ao que é considerado aceitável ou não no agroextrativismo do açaí, nesse caso influenciado recentemente pelos agentes de extensão rural, que contribuíram significativamente na instituição de regras. Por exemplo, recomendaram conciliar o plantio com outras espécies que não necessariamente tenham valor econômico, fato bem aceito e cumprido pela maioria dos produtores familiares da ilha, por considerarem que será mais vantajoso. No entanto, a principal regra de exploração dos açaizais na ilha é a mesma da madeira: cada família pode praticar atividades agroextrativistas com açaí apenas nas áreas tradicionalmente ocupadas por sua família, e essa tradição é reconhecida pelos moradores.

As atuais regras de manejo dos açaizais instituídas são principalmente influenciadas pelos agentes de desenvolvimento da Emater-PA, como é possível perceber na fala do Sr. Tomé:

Quando eu fiz esse projeto de açaí cortei as madeiras pequenas, as grandes ficaram, ainda tem, no meio do açaí, tem lugar que tem menos. Isso a Emater, nos falou pra não tirar, já vieram diversas vezes aqui examinar. Porque desmatar muito aí o sol queima o açaí também. Nós não tira porque se derrubar uma árvore vai quebrar muito o açaí. Só tira o que ta fora do projeto [açaí] (Informação verbal)²⁸.”

A consorciação do açaí com espécies florestais que não necessariamente têm valor econômico aparece nas falas de vários entrevistados como uma regra instituída entre os produtores familiares que possibilitou a conservação de algumas espécies florestais, assim como, a manutenção de uma diversidade vegetal favorável à reprodução de diversas outras espécies do ecossistema de várzea, algumas dessas usadas na alimentação dos produtores, como medicamento ou caça, por exemplo.

Outra regra instituída na gestão comunitária da ilha e no manejo da vegetação é a definição de espaços no entorno da casa chamados de terreiros e que não têm como espécie prioritária o açaizeiro, já que este espaço é geralmente destinado a criação de pequenos animais e plantio de espécies olerícolas, plantas medicinais, ornamentais, aromáticas e frutícolas de consumo da própria família.

²⁸ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

Observa-se a presença de jiraus, geralmente com tomateiros, chicórias, pimenteiras e cebolinhas, o que de certa forma contribui com a manutenção de muitas espécies nativas da região sendo um verdadeiro banco de germoplasma.

A respeito de quem toma as decisões sobre a gestão e a forma de manejo dos açazais nos limites ocupados tradicionalmente pelos núcleos familiares, constatou-se que principalmente o pai decide se cumprirá as regras estabelecidas, fortalecendo os arranjos institucionais que envolvem a gestão dos açazais ou não.

No geral, o manejo do açazeiro na ilha inicia-se com a atividade de “limpeza da área”, atividade que consiste na remoção de plantas, cipós, algumas árvores que obstruem a entrada de luz, mantendo algumas de reconhecida importância para os produtores familiares e tendo o cuidado de não danificar os açazeiros já presentes. Como diz o Sr. Pedro, “basta essa limpeza que os ‘filhos’ de açai vem”, ou seja, o objetivo deste raleamento da vegetação é permitir que as mudas de açai distribuídas aleatoriamente na área proveniente de sementes dispersas naturalmente se desenvolvam e tenham condições ambientais de se tornarem novas touceiras produtivas.

Além disso, é feita uma espécie de repicagem de mudas dos locais que estão mais concentradas, para locais que estão menos concentradas. Outra prática de manejo comum na ilha envolvendo os açazais é o desbaste das touceiras. Como diz a Sra. Iza, “*esse negócio de Emater orientou a gente deixar três açazeiros por touceira*”, ou seja, a prática de desbaste, que visa eliminar o excesso de estipes, deixando de três a quatro em cada touceira, sendo eliminados aqueles muito altos, finos, velhos e defeituosos ou que apresentem pouca produção de frutos. Essa prática é realizada na entressafra, que na região vai de fevereiro a abril, com aproveitamento dos palmitos e também das estirpes mais lignificadas para confecção de assoalhos, estivas, curral de porcos, sanitários entre outros usos.

E por fim, é feita a “limpeza” dos açazais, ou seja, anualmente é efetuada a eliminação de algumas plantas rasteiras que nascem entre os açazeiros.

Com a criação do PAE Ilha Sumaúma, e conseqüentemente a implementação do plano de uso da ilha foram estabelecidas duas novas regras envolvendo os açazais, que são cumpridas apenas parcialmente. Quando foram criadas talvez, não levaram em consideração o contexto existente para seu cumprimento.

A primeira normatiza que “a exploração dos açazais de igapós para a produção de palmito deve ser feita de forma sustentável, e assim, garantir que estes não se degradem. Os moradores que exploram esta atividade devem elaborar e apresentar um plano de manejo sustentado, para garantir controle e qualidade da produção, os moradores da Ilha Sumaúma concordam com uma fábrica coletiva, administrada pela comunidade, sendo proibida a instalação de fábricas individuais (fabriquetas) para o beneficiamento do palmito”.

No entanto, como descrevi acima, no manejo dos açazeiros, uma das práticas comuns é o desbaste de estirpes muito altas, finas, velhas e defeituosas ou que apresentem pouca produção de frutos, sendo que destas são retirado o palmito e comercializado, atividade feita sem nenhum plano de manejo. No entanto, mesmo não cumprido o plano de uso, os produtores familiares rurais não são sancionados de nenhuma forma pela associação.

A segunda norma diz que

[...] a exploração de açazais de igapós para a produção de vinho e palmito, e de outras espécies de valor econômico em áreas comuns dar-se-á mediante acordo entre os moradores que estão trabalhando na limpeza dos canais, ficando os mesmos obrigados a cumprirem os projetos de manejo (informação verbal)²⁹.

No entanto, entre todos os entrevistados quando perguntados sobre o manejo dos açazais, nenhum afirmou ter feito qualquer plano de manejo para a exploração fato passível de sanções pela associação de moradores da Ilha, que, no entanto nunca a discutiu.

É possível dizer que há uma ordem jurídica local, com suas normas, na perspectiva sociológica, quando sua validade é garantida externamente pela possibilidade de coação (física, psíquica ou simbólica) exercida por um conjunto de indivíduos com a missão de obrigar a observância desta ordem ou de castigar e punir a sua transgressão (WEBER, M., 1999 p. 5-43).

Weber, M. (1999, p. 28) destaca que o “essencial no conceito de direito é a existência de um quadro coercitivo. Este, naturalmente, de modo algum precisa assemelhar-se ao que nós hoje conhecemos”, ou seja, uma ordem jurídica estatal. No entanto, esta norma, apesar de estar instituída no plano de uso, não parece fazer

²⁹ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

parte do *habitus* dos camponeses da ilha. Sendo assim, se não existe mecanismos de coerção internos à Ilha, nem externos por parte de órgãos estatais como o INCRA e o IBAMA, quais as possibilidades de considerarmos a obrigatoriedade da elaboração de planos de manejo como uma norma local?

Observou-se que as normas instituídas pelo plano de uso que se relacionam à exigência de um plano de manejo, no caso da extração de açai, não são cumpridas pelo simples fato de não ser exequível, já que o acesso a técnicos especializados por parte dos camponeses não é fácil. Além disso, as regras não obedecem um conjunto de normas que fazem parte do *habitus* dos camponeses que, segundo Bourdieu (1999, p. 98) funciona um princípio prático, sendo que a elaboração do plano de manejo não “obedece a uma lógica da prática, a lógica do fluido, do mais ou menos, que define a relação cotidiana com o mundo” (BOURDIEU, 1999, p. 98).

5.3.3 Pescado

Outro bem coletivo explorado pelos camponeses são os peixes dos rios que circundam a ilha. Em diferentes níveis, a pesca nos oceanos, rios e lagos são um exemplo clássico dos dilemas envolvendo a ação coletiva. Weber, J. (1997, p. 134), a partir da “... observação de inúmeras experiências de negociação no campo da gestão de recursos naturais renováveis, especialmente nos casos das atividades de pesca e de construção de represas de grande porte” defende “... uma concepção da decisão pensada como o resultado de um processo de interação entre atores individuais e/ou coletivos”.

No caso estudado observou-se que existe um comportamento diferente dos indivíduos e/ou coletivos em áreas com regimes de propriedade distintas. As áreas onde os produtores familiares rurais se apropriam de pescado são a baía, área que fica em uma zona de fronteira entre o Rio Tocantins e o Rio Pará, e os rios do entorno da Ilha.

Essas áreas, do ponto de vista jurídico, pertencem à União, assim como, todos os rios federais (onde seu curso percorre mais de um Estado). Existem regras e políticas na tentativa de preservar esse ambiente e todas as unidades de recursos

presentes através de legislações específicas. Observa-se, no entanto, que são na prática áreas de livre acesso, ou seja, com ausência de direitos de propriedades bem definidos.

O acesso aos recursos, principalmente os pescados, na prática não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer pessoa. Fato que causa, de certa forma uma insatisfação dos camponeses da Ilha Sumaúma, que moram próximo à área explorada, demonstrado nas falas de quem reclama o esgotamento do estoque pesqueiro.

As evidências percebidas durante o “borqueio”, como chamam o método de pesca adotado na baía, apóiam o argumento de Hardin (1968), quando diz que os recursos pesqueiros caminham em direção à degradação, ou seja, ao esgotamento. Nesse caso, não se observou a existência de nenhum esforço de regulamentação da apropriação dos bens para evitar a situação, que tem gerado a escassez dos recursos.

Por outro lado, as saídas apresentadas por Hardin, parecem ser de difícil implementação, já que a privatização da zona de pesca seria uma ideia provavelmente rechaçada por parte significativa da sociedade em geral. Resta a alternativa da presença do Estado, reprimindo os infratores que desrespeitassem as regras que visam preservar os recursos pesqueiros, o que atualmente é feito com pouca eficiência em função principalmente da pouca estrutura do mesmo para essas ações.

Diferentemente do que ocorre na baía, nos rios constatou-se a existência de regulamentação para a realização da pesca, sendo chamada de acordos de pesca. Segundo dados fornecidos pelo Sr. Ezequiel, morador da ilha, a situação da pesca no início da década de 1990 nos rios do município era a seguinte: oito rios preservados, para oito rios discutindo a preservação, 600 famílias envolvidas, 3000 pessoas diretamente beneficiadas.

As construções dos acordos não foram fáceis, segundo Sr. Ezequiel: “No princípio havia um ‘sentimento’ de que o rio fosse propriedade dos moradores localizados às suas margens”. Essa situação gerou conflitos que resultou em acordos iniciais para a divisão do pescado entre os moradores da ilha e os pescadores de outras ilhas e cidades, no quais os moradores das margens ficam com 1/3 e os pescadores, geralmente de outra localidade, com o restante, ou seja,

com 2/3. Por outro lado, isso motivou a organização da chamada “conservação dos rios”.

Os conflitos existentes foram marcados por situações que resultaram em cortes de redes, confrontos armados, naufrágios propositais de embarcações para impedir a pesca com a rede em determinados locais considerados de procriação das espécies. Outra estratégia adotada pelos moradores da ilha ao chegar o pescador (dono de apetrechos modernos) à comunidade para pescar, foi soltar pistolas (fogo de artifício) para que as pessoas se reunissem rapidamente a fim de impedir a pesca.

Os camponeses moradores da ilha, antes do acordo, centralmente reivindicavam a partilha. Quem mora na ilha se considera também dono dos rios e o pouco peixe pescado deveria ser dividido entre eles e apenas o restante com o pescador (dono dos apetrechos). Na grande maioria dos casos, o taleiro (pessoa que fazia a sondagem do cardume) recebia 5% do pescado. O taleiro geralmente era a liderança da comunidade e o responsável pela organização da pesca.

A partilha feita hoje como fruto dos conflitos, na maioria é de 50% para a comunidade, 25% para o dono da rede (que tira daí 10% para o taleiro) e 25% para o grupo de pescadores. Medido sem precisão a “olho nu”.

Os agentes presentes nas atividades que foram possíveis de identificar durante o trabalho de campo e pelos relatos dos produtores familiares rurais são:

Dono do barco e apetrechos: a pessoa que tem a propriedade de embarcações de pesca com todos os apetrechos necessários, como a rede o chumbo, etc. Estabelece uma relação de meia com os produtores rurais que praticam a atividade da pesca, onde os mesmos têm que destinar a metade do pescado adquirido com a pesca para o dono do barco e apetrecho, fora os 10% destinados a manutenção dos equipamentos de pesca.

Camponeses que praticam pesca: se subdividem em dois tipos na Ilha Sumaúma, de acordo com a diferença na execução da atividade e na relação com o mercado. Primeiro aqueles que pescam nos barcos dos “donos de barcos e apetrechos” por não possuírem embarcação própria, nem recursos para fretar uma. Dedicam-se à atividade pesqueira prioritariamente, e só eventualmente envolvem-se com a agricultura e/ou coleta de produtos do extrativismo vegetal.

Esse tipo sai todos os dias em direção com a “turma”, uma espécie de mutirão de pesca, em números que variam de 8 a 13 pessoas, sendo uma delas

especializadas em ouvir no fundo da baía o ruído feito pelo peixe (nesse caso no momento em que estava lá a pescada (*Cynoscion leiarchus*) e que ganha 10% dos pescados por essa atividade. As viagens duram geralmente o dia inteiro e são extremamente desgastantes, principalmente por causa da incidência solar, que muitas vezes provoca queimaduras, facilmente percebidas no rosto de alguns pescadores.

Do total estipulado entre os pescadores, a metade do pescado fica livre para o dono da rede e embarcação, da outra metade é descontado o valor das despesas com a viagem (óleo diesel para o barco, gelo e combustível) e o restante fica dividido em partes iguais entre os pescadores que têm a obrigação de entregar a embarcação totalmente lavada. O valor em dinheiro geralmente é entregue aos componentes da pesca logo que estes terminam a organização da limpeza do barco, que se dá após a comercialização local (muitos peixes são vendidos ali mesmo na chegada para os marreteiros³⁰ que quase sempre já dispõe do dinheiro).

Um sub-tipo, em menor proporção, corresponde ao autônomo que possui canoa ou barco pequeno e alguns trabalham com um número menor de pessoas, que aumenta consideravelmente a renda com a atividade. No entanto, também vende o pescado para marreteiros.

Trabalhador especialista: são os trabalhadores que não são nem pescadores, nem marreteiros, nem ficam apenas pedindo pescado após uma pesca bem sucedido. São aqueles que são especializados em ouvir os cardumes, principalmente de pescada, ao mergulharem no fundo do rio. Por esse trabalho, geralmente ele tem uma recompensa equivalente a 10% do total pescado.

Marreteiro: são aqueles que nos casos em que a produção é obtida e não é congelada para a venda em Cametá, Igarapé-Miri ou Belém, compram todo o pescado. Os marreteiros são decisivos para a comercialização do produto. Eles compram boa parte do pescado conseguido. Estipulam o valor a ser pago ficando com uma alta margem de lucro sobre a exploração dos mesmos.

Pedinte: são várias pessoas que vão para baía apenas pedir pescado para aqueles que conseguiram pescar. Isso ocorre, pois a grande maioria dos camponeses não tem acesso aos apetrechos de pesca e não consegue realizar pescaria.

30 Marreteiro corresponde aos atravessadores na Amazônia.

Abaixo busco demonstrar matematicamente, através de formulas, um pouco sobre a economia ligada à pesca na Ilha Sumaúma e comparar a renda obtida com o valor do salário mínimo:

Formula da renda dos camponeses que praticam a pesca:

$$\text{Recurso do produtor} = ((PT/2)-(PT.0,1)-C-G-R)/Np$$

PT= Peixe Total

C= Combustível

G= Gelo

Np= nº de pescadores

R= manutenção da rede =(PT.0,1)

Exemplo que aconteceu durante minha pesquisa de campo, sendo que o peixe foi vendido na hora da apropriação: Um grupo de 12 camponeses, sem contar com o especialista, conseguiu pegar 10 basquetas, cada uma com 50 Kg de pescada, obtendo o total de 500kg de pescado que foi vendido para o marreteiro que pagou em dinheiro na hora o valor de R\$ 1,00 por quilo do pescado, ou seja, R\$ 500,00.

Sendo assim:

Recurso do pescador=(500/2)-(500.0,1)-(500.0,1)-30)/12=R\$ 10,00 por pescador /dia. Caso trabalhe 5 dias por semana e tivesse (como eles mesmo falam) sorte de pegar essa quantidade pescado por dia, ganhariam R\$ 200,00 mês, ou seja, 36, 7 % do atual salário mínimo.

Trabalhador especializado: 500.0,1= R\$ 50,00/dia e R\$ 1.000,00/mês o equivalente a 1,83 salário mínimo.

Dono do Barco e apetrechos = 500/2= R\$ 250,00 o equivalente a R\$ 5.000,00/Mês.

Segundo o pescador “Chico velho”, o valor recebido pelo dono do barco por mês equivale à 1/3 do valor do principal e mais caro apetrecho da pesca: a rede, que custa R\$15.000,00. O dono da rede ainda recebe 500.0,1 para realizar a manutenção da rede, ou seja, nesse caso R\$ 50,00, o equivaleria R\$ 1000,00/mês.

Em junho de 2009 foi sancionada a lei que dispõe sobre a política nacional do desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, que revoga legislações anteriores e regula a atividade pesqueira, instituindo o período de defeso, ou seja, período de paralisação temporária da pesca para a reprodução das espécies, que na ilha vai de novembro a março, perfazendo quatro meses.

O período de defeso foi instituído na tentativa de reduzir o efeito da sobrepesca das espécies existentes que, segundo o Sr. Tomé, foi o principal responsável pela redução do pescado nos rios do entorno da ilha. Essa opinião crítica, mesmo que não cientificamente, a tese muito difundida que a construção da Barragem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí a montante da região seria o maior responsável pela redução dos peixes e expõe a percepção sobre a existência de sobrepesca nos rios do entorno da ilha:

Peixe diminuiu por causa que o consumo é muito, sempre que eu me entendi por gente eles tiravam muito peixe quando agente pegava mapará, agente borqueava esse poço, puxava pra beira no lugar onde não tivesse pau e de lá eles tiravam, não havia comprador, negócio de tá comprando em paneiro, não sabe? Era só pouco no máximo era quinhentos o mapará, acabavam que eles não tiravam muito porque não tinha pra quem vender, eles salgavam o peixe na beira, e ensacavam, aí vinha o comprador e comprava. Isso já faz muito tempo, porque foi acabando e não houve mais quem fizesse essa pega grande, olha ali no Maubá nós soltava peixe porque não tinha pra quem vender, então essa fartura não tem mais (Informação verbal)³¹.

O Sr. Tomé, assim como a maioria dos moradores, não acredita que a redução do estoque pesqueiro no rio do entorno da ilha foi conseqüências da construção da barragem que obstruiu o rio Tocantins na cidade de Tucuruí – PA, Para o Sr. Tomé

Tem gente que fala que por causa da barragem [de Tucuruí] os peixes diminuíram, mas não concordo. Olha, por exemplo, aqui deu uma safra de Tainha teve gente que pegou até vinte toneladas, ai não aproveitaram todo esse peixe.... ainda apresavam pra acabar aquele pra ir tornar borgueá, ai tinha dia que agente reclamava aí eles falavam “ ai não, tem que pegar”, mas quando eles voltavam não tinha pra quem vender ai jogavam fora, ai acabou. Olha outro exemplo, a pescada tem seis pulsar ai fora [no rio], aí o peixe não entra, antes não existia o pulsar era só rede aberta, e pegava tudo que tinha e pulsar não pega tudo que tem, só que o pulsar tem uma desvantagem, porque se tiver tempo ele borqueia três, quatro, cinco vezes e a rede aberta era um borqueio, pegava tudo que estava no poço conforme o borqueio, mas era um borqueio só, o pulsar borqueio na enchente borqueia na vazante, ai eliminam tudo (Sr. Tomé em informação verbal)³².

Para tentar normatizar a pesca e instituir normas de gestão entre os produtores familiares rurais da ilha, a colônia de pescadores discutiu e criou normas

³¹ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

³² Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

que, segundo os moradores, não são cumpridas, o que resulta na diminuição do pescado a cada dia que passa. O que confirma a Sr. Elza:

Foi proibido não bater chocalho, não usar o pindá, não puxar o peixe na ova, não matar caça preta, tudo foi proibido, mas as pessoas não guardam isso....Quem proibiu foi a colônia, reuniu, discutiu, tem um tempo que vai bem, mas sempre tem um ou dois que escangalham tudo. Uma outra coisa é o matapi na várzea, é carrega o matapi da beira pra botar no poço, aí acaba da beira e acaba do poço. Outras regras é não colocar matapi no centro, no poço, jogar piaba, que é um peixe plástico, com uma linha grossa, mas com o tempo eles respeitam outro tempo não respeitam, não usar a malhadeira com mais de 30 metros com malha 30 cm no máximo, mas o pessoal não tá obedecendo, quando a gente vai na colônia e diz que eles não estão obedecendo eles se revoltam. Por isso que agora não tem condições de você pescar no rio, quando passa um barquinho lá vem outro com dois peixes. Ainda tem o pessoal que entra no rio a noite, matam caça e tiroeio para todo lado, você não pode ir lá! (Informação verbal)³³.

Percebe-se que as normas instituídas na ilha beneficiam financeiramente os donos de embarcação e apetrechos e marreteiros, pelo fato dos camponeses não terem os apetrechos, isso sem falar da cadeia que atravessa a comercialização do pescado até chegar ao consumidor final. O que se constata é que as relações entre os agentes mencionados denunciam:

[...] a existência, ao lado de uma atividade funcionando segundo os mecanismos de mercado, de uma ampla camada de camponeses cuja pobreza impede o acesso ao crédito, nesse caso principalmente para a compra dos apetrechos de pesca, obriga o uso de empréstimos junto a comerciantes locais e favorece a reprodução da estrutura econômica típica da sociedade camponesa. Os mecanismos de mercados característicos da vida camponesa alimentam-se assim, na maior parte dos casos, da pobreza dos agricultores, tanto quanto sua reprodução miserável conta com as estruturas imperfeitas pelas quais seus produtos se tornam mercadorias. (...) Detentor dos caminhos pelos quais passa esta rede, é claro que o comerciante/usuário (o patrão no caso estudado) exercerá o poder econômico decorrente de sua situação de monopólio. Um dos mais típicos exemplos, neste sentido, é o aviamento característico das regiões ribeirinhas da Amazônia (ABRAMOVAY, 1992, p. 34).

O caso de pesca nos rios da ilha é um exemplo de que estes mecanismos de dominação econômica se expressam muito bem, sendo também observadas em localidades de difícil acesso, desprovidas de meios de comunicação e onde não há uma forte vinculação entre o rural e o urbano. De fato, a matriz estrutural deste processo está ligada ao estabelecimento de relações personificadas e de clientela (D'INCAO, 2000) e em mecanismos de dominação e violência simbólica

³³ Informação verbal obtida durante a pesquisa em campo, Igarapé-Miri, 2010-2011.

(BOURDIEU, 1996) que acabam condicionando a ação humana frente a um mercado de características fragmentárias. As condições de precariedade, nas quais as famílias vivem, acabam deixando um vasto caminho aberto para a reprodução de relações tradicionais de dominação

5.3.4 Outros Recursos

Com a criação do PAE Ilha Sumaúma outras regras foram criadas e instituídas para a gestão comunitária dos recursos que compõem o sistema da ilha. Destacam-se atualmente como recursos que são apropriados com maior fluxo o açaí e os açazeiros, ou seja, o fruto e a planta, e o pescado. No entanto, observou-se a apropriação em menor fluxo de outros recursos, que também foram objeto de preocupação por parte dos moradores da ilha, que criaram normas regulando a retirada dos mesmos na tentativa de evitar esgotamento, como é o caso da extração da argila das várzeas para a confecção de cerâmica e que é proibida, assim como, a extração de areia dos rios para a construção civil e para a comercialização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisei a gestão comunitária e individual dos recursos naturais nas várzeas do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha de Sumaúma localizado no município de Igarapé Miri – PA.

Discutiu-se que nos séculos subseqüentes à colonização, a várzea da ilha Sumaúma passou por grandes transformações econômicas e sociais. Cada etapa desse processo foi acompanhada pela incorporação de elementos que contribuíram na construção das organizações presentes na ilha que, por sua vez, ajudaram no estabelecimento dos atuais arranjos institucionais presentes na gestão comunitária dos recursos naturais. Foram as organizações como a igreja, sindicato, a comunidade eclesial de base, a colônia de pescadores, entre outros, que contribuíram para a construção da sociabilidade e da totalidade cultural da população dessa área.

Constatou-se que, dessa totalidade cultural, o que dá mais estabilidade às regras como estrutura estruturante que norteia as relações entre os membros da ilha são os valores e princípios instituídos pela igreja católica. Essa influência fortalece a organização social, estabelecendo laços entre aqueles que compartilham da mesma orientação ideológica e, também, o processo de gestão dos recursos.

O que se percebeu é que o estímulo à instituição de regras para reduzir a retirada de alguns recursos possibilitou a conservação de espécies florestais, assim como, a manutenção de uma diversidade vegetal favorável à reprodução de diversas outras espécies do ecossistema de várzea, algumas dessas usadas na alimentação dos produtores, como medicamento ou como caça, por exemplo.

No entanto, para outros recursos as normas acordadas entre camponeses para estimular a conservação dos recursos, não estão surtindo o efeito esperado. Um exemplo são as árvores retiradas para madeira, uma vez que os estímulos de interferência externa, através de campanhas pela preservação de diversas origens que chegam à ilha, ou até mesmo as regras construídas internamente, não têm evitado a extração das mesmas.

Constatou-se que as regras presentes no plano de uso, em muitos casos, não são cumpridas pelo simples fato de não estarem internalizadas como um elemento orientador do manejo dos recursos, tendo em vista que a maioria das

normas presentes no plano de uso se quer são lembradas pelos moradores que, em geral, desconhecem o plano.

Com a criação do PAE Ilha Sumaúma, o espaço que antes era gerido por normas informais de gestão comunitária dos recursos, coletivamente reconhecidas pelos moradores da ilha, passou a ter ingerência da União, através do INCRA, que conjuntamente com outras organizações que representam os moradores da ilha e o Estado criaram novas regras que procuraram atender tanto um como outro.

Nesse dialogo entre Estado e comunitários, evidenciou-se, a partir dos dados recolhidos, que há muito que se caminhar na direção da superação de formas de dominação reproduzidas localmente. Esta no cerne do diálogo³⁴ que cria este projeto a imposição por parte do Estado de uma legislação ambiental que, apesar de reconhecidamente importante, não se adéqua totalmente as especificidades socioambientais das ilhas do Baixo Tocantins.

No plano de uso da ilha existem aproximações e distanciamentos entre as normas do Estado e dos camponeses, e isso é cercado de confrontos e conformidades. Como ressalta Koubi (2004, p. 531), na “relação entre as minorias e o Estado, ‘há um constrangimento, mas não, necessariamente, apenas constrangimento’ cercado essa relação.

O principal desafio para o sucesso do PAE é conseguir articular ações, na implementação de um processo de regularização fundiária, que estejam associadas a outras articulações voltadas à gestão dos recursos comunitários da ilha. Essas ações conjuntas devem ter pelo menos três princípios; 1) ser consistente com a manutenção da integridade dos processos ecológicos da várzea; 2) ser coerente com os arranjos institucionais não formais desenvolvidos pelos camponeses; e 3)

15 O diálogo “(...) envolve uma troca de perspectivas, experiências e convicções na qual as pessoas falam e ouvem aberta e respeitosamente. Nos debates políticos, as pessoas falam a partir de um posicionamento de certeza, defendendo suas próprias convicções, desafiando e atacando o outro lado e tentando persuadir os outros a adotar seu ponto de vista. Elas geralmente não falam como indivíduos, mas como representantes de um posicionamento definido pelo discurso dominante. No diálogo, os participantes falam como indivíduos únicos sobre suas próprias convicções e experiências, revelam suas incertezas e certezas e tentam entender-se. À medida que as pessoas que participam de um diálogo se ouvem aberta e respeitosamente, sua relação muda de oposição para interesse – e às vezes de compaixão para uma ligação empática. As limitações do discurso dominante são freqüentemente reconhecidas, e as possibilidades para ir além dele podem ser consideradas. As diferenças entre os participantes tornam-se menos assustadoras e podem até mesmo começar a parecer-se mais como recursos sociais em potencial do que problemas sociais insuperáveis. Os velhos padrões de retaliação perdem sua atração à medida que o diálogo faz com que as pessoas se sintam ouvidas e respeitadas, e não agredidas e amarguradas ou vitoriosas e preparadas para uma reação” (BECKER et al., 1999 p. 261).

capaz de responder adequadamente às pressões econômicas sobre os recursos da região. Para isso, é importante continuar analisando as experiências atuais de PAE's e apontar soluções para dois aspectos que se interligam: a dominialidade da terra de várzea e as possibilidades de regularização fundiária, a gestão dos recursos naturais.

A proposta de criação de PAE's nas Ilhas do Baixo Tocantins possui alguns aspectos importantes relacionados a co-gestão de áreas coletivas e a regularização fundiária, que pode-se destacar positivamente. O fato de conceder o uso para a comunidade e não para proprietários individuais e a exigência de um plano de uso construído conjuntamente para o território reforça a estrutura coletiva de gestão dos acordos, tanto relacionado aos recursos da ilha como à pesca nas águas em torno dela.

O PAE sem dúvida é uma boa iniciativa do Estado para garantir legalmente o domínio da terra aos camponeses da várzea do Baixo Tocantins, principalmente por reconhecer o direito à terra a quem nela está estabelecido e executa atividades produtivas. Apresenta dois instrumentos jurídicos importantes, a meu ver: 1) leva em consideração os diferentes padrões de agricultura e manejo da floresta, ou seja, a forma de apropriação e uso dos recursos naturais e os arranjos instrucionais. 2) A impossibilidade de alienação, já que não há a transferência de domínio, mas somente a cessão de uso do bem.

Já a proposta de gestão associada ao PAE, tem como principal desafio superar o fato de se centralizar no cumprimento das normas materializadas em um plano de uso.

Apesar da preocupação com o caráter democrático e participativo e coerentemente atribuir grande importância aos arranjos institucionais não formais desenvolvidos pela população, essa forma de planejar a gestão comunitária dos recursos naturais ainda apresenta limitações significativas, principalmente por ser severa, ou seja, por não considerar as normas como reguladores da vida. Segundo Agambem (2003), são criadas, destruídas e recriadas com o objetivo de incluírem situações às quais a dinâmica dos tempos e dos fatos precisa responder.

Os habitantes da comunidade consideram a ordem jurídica do Estado como capaz de lhes garantir direitos, mas não negam que seu sistema é dotado de igual capacidade. Eles podem tornar esse sistema menos subentendido, quando exemplificam a quebra das normas locais e as sanções aplicadas. Isso também

pode ser verificado, quando uma regra deixa de ter efeito, sendo modificada ou substituída por outras.

Além disso, o plano de uso não prevê formas eficientes de sanções ao descumprimento de normas estabelecidas, já que vincula as punições de embargo de atividades e perda definitiva da concessão ao INCRA ou aos órgãos ambientais como SEMA ou IBAMA, que demonstram ser pouco eficientes no controle ao descumprimento da legislação ambiental em ambientes como a da ilha.

Um dos principais problemas identificado no fato de que o PAE não intervém na economia, no sentido de valorizar os produtos da biodiversidade da Ilha como fonte principal dos recursos necessários para o atendimento das necessidades básicas das famílias, a exemplo do programa de aquisição de alimentos do MDA³⁵. Isso permite que a lei da oferta e da procura continue influenciando significativamente a tomada de decisão sobre as questões relativas à gestão comunitária e individual dos recursos.

O mercado atualmente estimula, através de preços atrativos, a extração de poucos recursos em grandes quantidades como o peixe e a madeira que é classificada por Homma (1993, p.04) como extrativismo de aniquilamento, e o açaí classificado como extrativismo de coleta. Num primeiro momento, o extrativismo de coleta pode parecer ideal para conciliar a produção com a manutenção da biodiversidade, no entanto, sua forma de manejo na Ilha Sumaúma está reduzindo significativamente a presença de outras espécies vegetais e conseqüentemente a biodiversidade.

Evidenciou-se que o “crédito fomento” do INCRA para a aquisição de materiais para ajudar na extração, produção, armazenamento e comercialização dos produtos da ilha, apesar de contribuir para a melhora econômica dos produtores familiares rurais, não parece ter uma sinergia com o que está proposto no plano de uso da ilha, já que pouco valoriza os produtos e matérias primas da biodiversidade da várzea.

Este crédito tem sido usado para aquisição de alguns instrumentos importantes na redução da penosidade do trabalho realizado pelos camponeses, no

16 Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

aumento e na diversificação da produção, na melhoria do armazenamento e comercialização e na garantia da segurança alimentar³⁶. Ressalta-se, no entanto, que esse recurso parece estar estimulando indiretamente um tipo de gestão que amplia a pressão sobre os recursos naturais, tendo em vista que muitos produtores estão adquirindo motores com geradores de energia elétrica, embarcações e eletrodomésticos como bateadeira de açai e freezers, que necessitam de energia e manutenção, e conseqüentemente, ampliam a dependência dos camponeses a produtos elaborados no exterior da ilha que são adquiridos através de dinheiro.

Essa ampliação da necessidade de dinheiro tem sido suprida na maioria dos casos com o aumento do volume de vendas da madeira, do pescado e do açai extraídos da ilha, tendo em vista que as árvores para madeiras existentes atualmente são de baixo valor financeiro e não houve nos últimos cinco anos mudanças significativas nos preços pagos aos produtores do pescado e de açai que permitisse aferir mais recursos com o mesmo volume de produção.

Do ponto de vista da sustentabilidade dos agroecossistemas, o modelo de exploração das Ilhas do Baixo Tocantins pelos camponeses não deve ser visto como única solução para o desenvolvimento rural da região, mas como uma estratégia que pode ser a mais adequada quando desenvolvida a partir de princípios claros de sustentabilidade e quando no dialogo entre camponeses e Estado os dois terem possibilidade de ceder.

17 A Segurança alimentar é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.(Losan, 2004)".

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, Ed. da UNICAMP, 1992. 275 p.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 234 p.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia: relatório síntese. Brasília: ANA/SPR, 2009.

ALEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Antony. et. al. (orgs.). **O destino da floresta: reservas extrativistas desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Instituto de Estudos Amazônicos Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. p. 17-47.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. [2. ed. rev. ampl.]. Rio de Janeiro: AS-PTA; Guaíba, RS: Agropecuária, 2002. 592 p.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. Disponível em:< <http://www.asibamanacional.org.br/>>. Acesso em 15 de out. 2010.

AUBRÉVILLE, A. **Étude écologique des principales formations végétales du Brésil et contribution a la connaissance des forêts de l'Amazonie Brésilienne**. Paris: Centre Techn. For. Trop., 1961. 268 p.

BAERT, Patrick. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n. 35, 1997.

BECKER, Howard. **Observação social e estudo de casos sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.101p.

BENATTI, José Heder. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural**. 2003. 344 p. (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônico – Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

BENATTI, José Heder, et. al. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: IBAMA/Pro Várzea, 2005. 104 p.

BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos Rurais**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. 194p.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>

BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Bookman, 2003. 278 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectivas, 1999. 424 p.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 320 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania**, Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixotocantinspa/one-community?page_num=0> Acesso em 05 de mar. 2011

Bromley, D. W. **Making the Commons Work**. San Francisco, CA: Institute for Contemporary Studies Press, 1992.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: Uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 123 p. (Bol. Téc.

Nº. 22).

CONWAY, G. The properties of agroecosystems. **Agricultural Systems**, London, v. 24, n. 2, p. 95-117, 1987.

COSTA, Francisco. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2000. 355 p.

CUNHA, Luis Henrique. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**: arranjos institucionais e mediação externa. 2002. 196 p. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônico – Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.

DIEGUES, Antonio; ARRUDA, Rinaldo. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ São Paulo: USP, 2001. 175 p.

_____. Universidade de São Paulo. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa de Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 1994. 163 p.

_____. **Povos e águas**: inventário de áreas úmidas brasileiras. São Paulo: Napaub-USP, 2002. 597 p.

D'INCAO, M. C. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da Microrregião de Marabá. **Agricultura Familiar**, Belém, v. 1, n. 2, 75-92, 2000.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985. 415 p.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. **The tragedy of the commons: twenty-two years later**. Human Ecology, California, v.18 n. 1, 1-19, 1990.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: Diegues, Antonio Carlos; Moreira, André de Castro C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.17-42.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000. 320 p.

_____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: Anais. XIII. **Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, n. 1 2002. CD-ROM

FERREIRA, Lourdes M. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para reservas particulares do patrimônio natural**. IBAMA. Brasília, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2007.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 412 p.

KOUBI, Genevière. Entre Sentimento e Ressentimentos: As incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. **Memórias e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004

LOBATO, Eládio. **Caminho de canoa pequena**. 3 ed. Belém: Copyrigh Eládio Lobato, 2007. 209 p.

LOPES, Siméia de Nazaré. O reflorescimento da economia pós-cabanagem. In: COELHO, Mauro Cezar et.al.(org.) **Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, Séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 120-144.

HARDIN, Garret. La tragedia de los bienes comunes. In: Smith, R.C.; Pinedo, D. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonia**. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002, p.33-48.

HOMMA, A. K. O. Oportunidades, limitações e estratégias para a economia extrativa vegetal na Amazônia. In: **Seminário Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Amazônia**. Belém: PRODEPA, 1992. p. 252-256.

HOMMA, Alfredo. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. p. 202

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cities@**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 05 de mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de utilização de unidade de produção / Ministério do Meio Ambiente, Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural**. Brasília: MMA, 2005. 16 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. IBAMA. Disponível em:< <http://www.ibama.gov.br/>> Acesso em 17 de nov. 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **ICMbio**. Disponível em:< <http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em 25 de jan. 2010.

ISAAC, Victoria, et. al. **Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal**. Belém: Secretaria de Estado de Pesca e Aqüicultura, 2008, p 156.

MANN, P. Método científico em sociologia. In: Zahar Editores. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro, 1973. p. 21-39.

MARCOY, Paul. **Viajem pelo Rio Amazonas**. Editora Universidade do Amazonas. Manaus, 2001

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARZALL, Kátia. Fatores geradores da agrobiodiversidade – influências socioculturais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v 2, n 1, 2007.

MATOS, Grimoaldo Bandeira de. **Valorização de produtos florestais não madeiros: o manejo de bacurizeiros (*Platonia insignis* Mart.) nativos das mesorregiões nordeste paraense e do Marajó**. 2008. 112 f. Dissertação (mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MAZZOTTI, Alda Judith A.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998, 203 p.

MENEZES, M.A. As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desenvolvimento na Amazônia. In: ANDERSON, Antony, et. al. **O destino da floresta**; reservas extrativista desenvolvimento sustentável na Amazônia. Instituto de Estudos Amazônicos Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro, 1994. P. 17-47.

MENEZES, Maria de Nazaré Angelo. **Historia social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins - Para - Brasil (1669 - 1800): rupturas e estabilidades**. 1994. 102 p. Tese (doutorado) - Ecole Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, 1994.

MENEZES, M. de N.; GUERRA, G.A.D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: v.15, n. 3, p.123-145, set./dez. 1998.

MENEZES, M. N. A. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.

MOLLISON, B. **Introdução à permacultura**: National Library of Austrália. 1º ed. 1991.

MORAES, M.D.C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, nº.17, p.121-134, jun. 1998.

NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva do; **Desenvolvimento da produção agrícola e intervenção social**: estudo de caso em uma comunidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. 2003. 126 p. Dissertação (mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

NEVES, D.P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (orgs.). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133-159.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio Rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: Deborah Magalhães. (Org.). **Diversidade socioambiental**

nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005, v. 1, p. 101-156.

OLSON, M. **A Lógica da Acção Coletiva:** Bens Públicos e Teoria dos Grupos. Cambridge: Harvard University Press. 1965 [Tradução do Inglês]. 168 p.

OSTROM, E. **Governing The Commons:** The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge University Press, 1990, p. 280

OSTROM, E.; R. GARDNER, J.; Walker. **Rules, games, and common-pool resources.** University of Michigan Press, Ann Arbor, Michigan, USA, 1994.

OSTROM, Elinor; MCKEAN, Margaret. **Regime de Propriedade Comum em Florestas:** Somente uma Relíquia do Passado? Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 80 - 95.

OSTROM, E; WALKER, J. **Trust and Reciprocity:** Interdisciplinary Lessons from Experimental Research. Russell Sage Foundation. New York 2005. p. 409

PACHECO, P. et. al. **Acesso a terra e meios de vida:** examinando suas interações em três locais no estado do Pará. UFPA/ARCA/RRI. Belém, 2009. 74 p.

PARÁ. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. **Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura no Estado do Pará.** Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/diag_pesca2008.php> Acesso em: 19 maio 2011.

PICOLI, F. **O Capital E Devastação Da Amazônia.** Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, [1992] 390 p.

QUARESMA, D. DE A. B; CAMPOS, R. I. R. DE. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** Belém, v. 1, n. 2, p. 139-147, maio-ago. 2006.

QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato brasileiro.** 2.Ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 242p. <Primeira Ed. 1973>

REIS, Marise. **Arengas & Picicas: reações populares à reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005. 178 p.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**. Itabuna, v.19, p.21-30, 2007.

SANCHIS, Pierre. **As religiões dos brasileiros**. Belo Horizonte: 1988. p. 1-16.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980. 358 p.

SCHMITZ, H.; et. al. Conflitos Sociais em Debate: O Caso das Catadoras de Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, p. 157-178, 2010.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 12, p. 273-292, 2009.

SCHMITZ Heribert. **Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito na atualidade brasileira**. In: XXXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú: 2008. 17 p.

SIMÕES, Aquiles . O desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira Ellery. (Org.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: SBSP, 2005. 199-222 p.

SOUZA, M. M. O. Utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: O Diagnóstico rural/rápido participativo. **Revista em extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul. 2009.

THE WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*, London: Oxford University Press, 1987.

TRECCANI, Girolamo Domenico; Universidade Federal do Pará. **Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá**. 2006. 725 p.

(Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Altos Estudos Amazônico – Universidade Federal do Pará. Belém, 2006

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E.D., MOTA, D.M.; IVO, W.M.P.M. (Eds.). **Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe**, 2, 1997, Aracaju-SE. Agricultura familiar em debate - Anais. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997, p.9-40.

WAY, L. K. V.; OSTROM, E.; MERETSKY, V. teorias subjacentes ao estudo de interações homem-ambiente. In: **Ecossistemas Florestais: Interação Homem-ambiente**. Morán, E. e Ostrom, E. Org. p. 41-81. São Paulo. Edusp-2009.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 115-146.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. 371 p.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Universidade de Michigan. SILVA O. C. C. (tradução). ZAHAR editores, Rio de Janeiro, 1976. 30 p.